

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ

Departamento de Ciências Sociais – DECIS

Programa de Pós-Graduação em História – PGHIS

Renata Alves Pinto Lemos

O ESTADO PATRIMONIALISTA E O FUTEBOL BELO-HORIZONTINO:

**O incentivo do poder público para os clubes de futebol de Belo Horizonte entre 1904 e
1950**

São João del-Rei

2021

Renata Alves Pinto Lemos

O ESTADO PATRIMONIALISTA E O FUTEBOL BELO-HORIZONTINO:

**O incentivo do poder público para os clubes de futebol de Belo Horizonte entre 1904 e
1950**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Euclides de Freitas Couto

Área de concentração: Poder e Relações sociais

São João del-Rei

2021

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB) e
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L557e Lemos, Renata Alves Pinto.
O Estado patrimonialista e o futebol belo
horizontino : O incentivo do poder público para os
clubes de futebol de Belo Horizonte entre 1904 e
1950 / Renata Alves Pinto Lemos ; orientador
Euclides de Freitas Couto. -- São João del-Rei, 2021.
120 p.

Dissertação (Mestrado - História) -- Universidade
Federal de São João del-Rei, 2021.

1. Futebol e política. 2. Futebol belo
horizontino. 3. Belo Horizonte. 4. Patrimonialismo.
I. Couto, Euclides de Freitas, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL –REI

Programa de Pós-Graduação em História

Este exemplar da dissertação intitulada O ESTADO PATRIMONIALISTA E O FUTEBOL BELO-HORIZONTINO: O INCENTIVO DO PODER PÚBLICO PARA OS CLUBES DE FUTEBOL DE BELO HORIZONTE ENTRE 1904 E 1950, da mestrandia RENATA ALVES PINTO LEMOS, corresponde à redação final aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Euclides de Freitas Couto
Universidade Federal de São João del-Rei
Orientador

Dr. Marcus Vinícius Costa
Universidade Federal de Minas Gerais
Membro Titular

Profa. Dra. Patrícia Castro Mattos (UFSJ).
Universidade Federal de São João del-Rei
Membro titular

São João del-Rei, em 19 de fevereiro de 2021.

À minha família, aos que estão e aos que já se foram, por todo o incentivo.

Ao Igor, pelo apoio e paciência de sempre.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais por todo o incentivo, desde o início de minha caminhada. Obrigada por todo o esforço e dedicação! Sem eles nada disso seria possível.

Ao meu avô Francis (*in memoriam*) por sempre me cobrar empenho nos estudos e pelas horas infinitas de histórias da família, que muito contribuíram para a escolha do caminho que hoje sigo.

Às minhas avós Fausta e Judith, ao meu avô Cid e à minha madrinha Tia Beth por todo o amor e apoio durante a minha vida.

Agradeço ao Igor pelo companheirismo, pelo apoio e por ajudar em todos os momentos de estresse e desgaste emocional.

À Clara pela amizade e apoio. Por não me deixar desistir.

Às Damas, amigos que a História me deu e que construíram esse caminho junto a mim. Em especial à Carolina, que foi a primeira grande incentivadora à minha continuidade acadêmica.

Às atleticanas que sempre me apoiam e mostram novas possibilidades de reflexão sobre o mundo. Em especial à Marina, que trilha os caminhos das Ciências Sociais e do Futebol junto a mim e sempre auxilia diretamente na pesquisa. À Barbarella que, de orientadora virou amiga, por sempre embarcar nas minhas ideias e estar sempre disponível a todo tipo de ajuda!

Ao Galo Delas, que tem sido uma luz em minha vida, um escape e um caminho de possibilidade. À Pati, Petra, Marcella, Rafa e Barbarella por toparem essa aventura conjunta e por darem a mim todo o suporte diário.

Aos Brodins, pela amizade, distração e papos em mesa de bar – ou *lives* em tempos de pandemia.

À Galera da rua Matipó, pela amizade de infância e por apoiar todos os meus projetos.

Ao Galo, por ser minha primeira e maior paixão no futebol. Por todos os momentos de felicidade e pelos encontros em consequência deles. Ao Galo Feminino por me abrir as portas e me mostrar possibilidades de lutas pelo meu ideal. À Paçoca por ser uma inspiração pessoal.

Ao Gefut, por me acolher durante esse processo, em tempos difíceis de isolamento social. A todo o pessoal do Óbvio Ululante, em especial ao Prof. Silvío, por acreditar em minha capacidade.

Ao professor Euclides, por aceitar embarcar nessa aventura, pelos ensinamentos e paciência.

Ao Marcus, por sempre se mostrar disponível e por me ajudar no início com indicações de fontes para a pesquisa.

À UFSJ e ao PGHIS pela oportunidade de desenvolvimento deste trabalho.

À Diretoria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, ao Museu Abílio Barreto e ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte por terem cedido acesso à documentação, sem a qual o trabalho não seria possível.

Enfim, agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender e analisar o incentivo que o poder público destinou ao futebol espetacularizado em Belo Horizonte desde o seu surgimento, em 1904, até 1950. As relações políticas com o futebol são inegáveis. A elite belo-horizontina se encantava pelo esporte, e, como consequência, aproximavam o poder público do futebol. A utilização da discussão teórica sobre o patrimonialismo lança luz para o entendimento das relações estabelecidas entre os grupos interessados e os benefícios percebidos pelos clubes de futebol. Para a análise, utiliza-se documentação referente a trocas financeiras, assim como doações de terrenos, arrendamento, beneficiamento em construções de estádios e discussões e renegociações de dívidas dos clubes para com o poder público.

Palavras-chave: futebol e política, patrimonialismo, futebol belo-horizontino, Belo Horizonte.

ABSTRACT

This work aims to understand and analyze the stimulus given by the government to the spectacularized football in Belo Horizonte since its beginning, in 1904, until 1950. The interaction between politics and football are undeniable. Belo Horizonte's elite were amazed by the sport and they brought it closer to the public power. The use of the theoretical discussion on patrimonialism brings light to the understanding of the interactions established between interest groups and the benefits perceived for the football teams. For the analysis, documentation referring to financial exchanges are used, alongside with land donation, lease, stadium construction benefits, and renegotiations of debts of the teams with the public power.

Key words: football and politics, patrimonialism, football in Belo Horizonte, Belo Horizonte.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte.

Imagem 2 – Projeto Geral do Parque Municipal.

Imagem 3 – Sport Club em 1904.

Imagem 4 – Cartão-postal das arquibancadas do Prado Mineiro.

Imagem 5 – Foto do campo do Atlético.

Imagem 6 – Localização do novo bairro Santa Rosa, na Região da Pampulha.

Imagem 7 – Projeto Estádio do Atlético.

Imagem 8 – O magestoso (sic) Estádio “Independência”, cujas obras se acham em via de conclusão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FIFA – *Fédération Internationale de Football Association*

IB – *International Board*

FMF – Federação Mineira de Futebol

APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Plambel – Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana

CCNC – Comissão Construtora da Nova Capital

LMSA – Liga Mineira de Sports Athleticos

CBD – Confederação Brasileira de Desportos

LMDT – Liga Mineira de Desportos Terrestres

AMET – Associação Mineira de Desportos Terrestres

UMG – Universidade de Minas Gerais

AME – Associação Mineira de Esportes

FBF – Federação Brasileira de Futebol

CNE – Conselho Nacional de Esportes

CND – Conselho Nacional de Desportos

CRD – Conselho Regional de Desportos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DE BELO HORIZONTE.....	25
1.1 A mudança da capital	26
1.2. A política belo-horizontina e sua organização nos anos iniciais	29
1.3. Planejamento urbano	32
1.4. Os espaços de lazer.....	36
CAPÍTULO 2: OS PRIMEIROS ANOS DO FUTEBOL NA CAPITAL MINEIRA.....	45
2.1. O futebol chega a Belo Horizonte	48
2.2. Estruturação do futebol belo-horizontino	55
2.3. Patrimonialismo.....	61
2.4. A cidade e o clubismo	66
CAPÍTULO 3: AS RELAÇÕES ENTRE PODER PÚBLICO E FUTEBOL ENTRE 1930 E 1950.....	80
3.1. Amadorismo marrom e a profissionalização dos futebolistas em Minas Gerais.....	80
3.2. A Era Vargas e futebol brasileiro	86
3.3. As concessões do poder público aos clubes belo-horizontinos	92
3.4. A Construção do Estádio Independência para a Copa do Mundo de 1950	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
FONTES DOCUMENTAIS	1088
BIBLIOGRAFIA	111

INTRODUÇÃO

Em futebol, o pior cego é o que só vê a bola.
Nelson Rodrigues

Muitas vezes é a falta de caráter que decide uma partida. Não se faz literatura, política e futebol com bons sentimentos.
Carlos Drummond Andrade

Na historiografia que trata do esporte em Belo Horizonte há o consenso de que o poder público apoiou, incentivou e beneficiou os clubes esportivos por meio de incentivos fiscais, amortização de dívidas, doação de terrenos e uma série de outros dispositivos econômicos e legais que favoreceram o crescimento dessas entidades, bem como o desenvolvimento das diversas modalidades esportivas, em especial, o futebol.¹ Embora alguns estudos insinuem a participação decisiva do poder público para a conformação de um campo esportivo em Belo Horizonte, nenhum deles arrolou a documentação oficial que revela o *modus operandi* pelo qual o poder público favoreceu o crescimento e o desenvolvimento dos clubes de futebol, indubitavelmente, as entidades que agregavam maior popularidade nas primeiras décadas do século XX. Com vistas a suprir essa lacuna, a presente pesquisa relaciona e analisa a documentação referente à doação de terrenos e dos dispositivos legais que ordenavam e incentivavam as práticas esportivas.

A análise se delimita ao intervalo entre 1904 e 1950, por ser 1904 o ano de início do futebol na capital mineira, e, 1950, quando houve a construção do Estádio Independência, grande marco para o futebol espetacularizado da capital. A escolha de Belo Horizonte como local da pesquisa é a relação direta que se entende entre o esporte e a construção dessa cidade, já que ambos são entendidos como símbolo da modernidade vigente na época.

O futebol demorou a encontrar seu espaço dentro das Ciências Humanas. Ele foi visto, por muito tempo, com certo desprezo. Mesmo assim, os primeiros estudos em relação ao tema no Brasil datam da década de 1940.² A temática, no entanto, não teve muita atenção até a década de 1970, quando começam a aparecer teses e a aumentar o número de produções acadêmicas.

¹ Ver, por exemplo, os trabalhos: RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade:** Uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). 2006. 340f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2006; e COUTO, Euclides de Freitas. **Belo Horizonte e o futebol:** integração social e identidades coletivas (1897-1927). 2003. 142f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão das Cidades. 2003.

² GÍGLIO, Sérgio Settani; SPAGGIARI, Enrico. A produção das ciências humanas sobre o futebol no Brasil (1990-2009). São Paulo, **Revista de História USP**, n. 163, jul.-dez., 2010, p. 295.

Segundo Giglio e Spaggiari,³ a maior concentração de estudos relativos ao futebol se dá a partir da década de 1990.

Importante ressaltar que antes de 1970, já havia publicações sobre o futebol, mas eram pautadas no jornalismo e não na academia.⁴ O entendimento sobre o esporte, naquele momento, dizia respeito a sua funcionalidade para o discurso médico e militar e para o aprimoramento da raça e do corpo. A análise que fugisse disso, como a política, social e histórica, não era uma preocupação. Assim, o interesse que se tinha nos estudos do esporte naquele período era mecânico, para o aprimoramento do saber fazer corporal, e não para o entendimento dos reflexos sociais.

A produção acadêmica sobre futebol aborda as mais diversas temáticas, desde a inserção de negros no futebol, a relação do esporte com a identidade nacional, os estilos de jogo, entre outros. Na década de 1990, com o crescimento, explorado pela mídia, da violência nos estádios, as torcidas organizadas começaram a ser discutidas e se contribuiu para a ampliação das pesquisas relacionadas ao futebol brasileiro.⁵

Giglio e Spaggiari destacam a publicação de uma edição da *Revista USP* voltada apenas para estudos do futebol, em 1994, como um marco importante da historiografia. Ressalta-se que o campo de estudo já estava consolidado, visto que foi possível que uma revista fizesse um dossiê apenas com o tema futebol, mas a publicação de tal periódico “trouxe uma decisiva visibilidade à temática futebol dentro das ciências sociais”.⁶

A historiografia esportiva atenta para a relação com a política nas últimas duas décadas. Mais recentemente, o interesse cresceu, principalmente pelos acontecimentos de junho de 2013,⁷ a Copa das Confederações do mesmo ano e a Copa do Mundo de 2014. A maior parte das pesquisas produzidas, segundo Souza,⁸ tendem a analisar o aspecto político do campo esportivo nos períodos de recessão, Estado Novo e Ditadura Civil-Militar. Na presente pesquisa, a análise consiste em demonstrar e analisar as formas de participação política do poder

³ GIGLIO, SPAGGIARI, 2010, *op. cit.*

⁴ Autores como Mario Filho, Nelson Rodrigues e Gilberto Freyre já referenciavam a modalidade em suas obras.

⁵ GIGLIO, SPAGGIARI, 2010, *op. cit.*, p. 296.

⁶ GIGLIO, SPAGGIARI, 2010, *op. cit.*, p. 298.

⁷ As manifestações que tomaram as ruas do país em junho de 2013, se iniciaram pelo aumento da passagem de ônibus em São Paulo, mas incorporaram uma série de insatisfações populares, inclusive a recusa à realização da Copa das Confederações daquele ano e a Copa do Mundo de 2014. Os movimentos reclamaram o alto investimento na realização desses eventos enquanto áreas como saúde e educação necessitavam mais recurso financeiro para melhoramento. Para mais informações sobre, ver em: ROMÃO, Wagner de Melo. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. **Revista Agenda Política**. São Carlos, SP, v.6, ano. 2, 2018.

⁸ SOUZA, Jhonatan Uewerton. A “Candidatura *Sportiva*” e outras aproximações entre esporte e política na Curitiba da Primeira República. **Vozes, Pretérito e Devir**, Teresina, v.5, n.1, 2016, p. 122-148.

público municipal belo-horizontino no incentivo político e financeiro com vistas à introdução e ao desenvolvimento do futebol na capital mineira.

Pensando nas relações da política com as diversas esferas sociais, Jhonatan Souza afirma que o esporte não foge a essa lógica de expansão do espaço político. Assim, “suas entidades se organizaram para defender seus interesses em face ao Estado e, com o tempo, o próprio esporte foi convertido em política pública”.⁹ A historiografia esportiva não ficou alheia e tem explorado essa relação.

Segundo Linhales,¹⁰

Como um fenômeno social possuidor de certo grau de autonomia e legitimidade, o esporte constitui-se então, como uma instituição não apenas vulnerável a predeterminações, mas também capaz de influir e alterar relações e valores em várias instâncias da vida social. Assim, o processo de inclusão da instituição esportiva em diferentes contextos históricos e sociais caracteriza-se como um movimento de trocas, capaz de comportar ações recíprocas e, por vezes, até contraditórias.¹¹

Assim sendo, no campo esportivo, coexistem diversos interesses que disputam espaço entre eles. Os diversos conflitos entre os atores sociais, como o Estado, estão presentes em toda a trajetória do esporte.

No início de Belo Horizonte, o campo esportivo não estava consolidado. A cidade iniciava sua trajetória moderna e as práticas começavam a aparecer e a se consolidar. O esporte era uma delas. Nas diversas tentativas de implementação de modalidades, como o ciclismo e o turfe, encontrou-se dificuldade de popularização dessas práticas; o que inclusive não chegou a acontecer. O ciclismo logo caiu em desuso e o turfe teve um breve momento na história da capital.¹²

As abordagens sobre a relação esporte-Estado são diversas. Meily Linhales¹³ destaca algumas dessas linhas de interpretação histórica da relação entre esses agentes. O primeiro grupo interpretativo é o dos *pluralistas*, que entendem que o processo de modernização da sociedade exige ações estatais que garantam o bem-estar dos indivíduos e, a partir daí, se

⁹ SOUZA, 2016, *op. cit.*, p. 124.

¹⁰ LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. 267f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 1996.

¹¹ LINHALES, 1996, *op. cit.*, p. 21.

¹² RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: Uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). 2006. 340f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2006.

¹³ LINHALES, Meily Assbú. Jogos da política, jogos do esporte. In.: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte**: políticas públicas. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

desenvolvem políticas sociais capazes de atender a esses anseios. Essa abordagem se subdivide e os *pluralistas funcionalistas* postulam que a urbanização e industrialização das sociedades ocidentais, nos séculos XIX e XX, geraram rupturas dos vínculos sociais que passaram a necessitar de políticas capazes de suprir tais falhas. A segunda abordagem *pluralista* é a *conflitualista*, na qual “o processo de diferenciação social afeta os indivíduos e justifica a ação do Estado”.¹⁴ Eles entendem que o perfil de tais intervenções estatais em programas sociais expressa a influência das organizações sociais junto ao Estado.

Uma segunda abordagem, a *liberal clássica*, entende que é o indivíduo ou grupos específicos que escolhem a prática e organização do esporte. Dessa forma, o poder público não deve intervir em estratégias para a realização das práticas esportivas, visto que elas devem se restringir ao âmbito das relações privadas de mercado. O início do desenvolvimento do esporte moderno esteve inserido em um momento que a aristocracia e a burguesia inglesas tentavam reservar uma prática esportiva ociosa e desinteressada, sendo essas camadas sociais beneficiárias do esporte. A abordagem liberal clássica serviu de inspiração nesses primórdios do desenvolvimento do esporte moderno.

A autora expõe, ainda, uma terceira vertente que interpreta o desenvolvimento das ações públicas no campo das relações ideológicas. As *ações estatais* são analisadas a partir de sua intencionalidade de instrumentalização do esporte para a legitimação política. Isso é percebido nas disputas ideológicas entre nações que vão se utilizar do esporte para afirmação. Os Jogos Olímpicos, que aconteceram durante a Guerra Fria, são um exemplo de quando o mundo se dividiu em dois blocos – *capitalista* e *socialista* – e a competição foi utilizada para medir forças entre as maiores potências de cada lado da disputa, Estados Unidos da América e União Soviética.

Dentro do contexto político que pauta o esporte, é importante ressaltar que toda ação é regida por interesses diversos. Assim, desde os primórdios de sua implantação na capital mineira o futebol foi objeto de interesses políticos. No caso belo-horizontino, o que se percebe é que o campo esportivo se desenvolve por meio de instituições privadas (clubes) que são responsáveis pelo que se entende como esporte espetacularizado.

O campo de estudo e a prática do futebol vão além do exercido dentro do segmento profissional, com padronização de uma associação, como a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA). Ele passa por práticas diferentes que se assemelham ao jogo do futebol, ultrapassa o exercício profissional e se espalha por toda a sociedade brasileira. É o caso

¹⁴ LINHALES, 2001, *op. cit.*, p. 45.

das *peladas*, do futsal, do futebol de botão, entre tantos outros exemplos. Para tanto, utilizarei aqui a taxionomia proposta por Arlei Damo¹⁵ entre futebol *espetacularizado*, *bricolado*, *comunitário* e *escolar*.

O *futebol espetacularizado* é aquele organizado pelas associações, federações e confederações espalhadas pelo mundo, que se centralizam na FIFA. Essas instituições organizam competições e controlam a circulação de atletas e o comércio de imagens. As regras do jogo são controladas pela *International Board* (IB), que está ligada à FIFA. Essa instituição preza pela prática nos moldes daquela estabelecida pelos ingleses em meados do século XIX e, quando há propostas de mudanças nessas normas que alteram o jogo e a forma de se jogar, acontece um enorme debate interno para apurar se inicia a aplicação da mudança ou não, de forma que não descaracterize o esporte. Pela existência da IB, o *futebol espetacularizado* é praticado da mesma forma em todos os cantos do planeta, o que permite mobilidade entre os atletas, com maior facilidade de adaptação. Importante característica do *espetacularizado* também é a divisão dos atores, tanto dentro de campo quanto fora, ou seja, o treinador é apenas treinador e não entra em campo, o juiz está lá apenas para apitar o jogo, e também há a diferença entre a responsabilidade e atuação entre o goleiro e o atacante, por exemplo.¹⁶

A prática do *futebol bricolado* é a que admite maior variação dentro daquilo que caracteriza a unidade do futebol.¹⁷ Não existe uma agência para controle dessa prática, por isso se percebe muita improvisação, adequação e invenção, diferenciando muito do *futebol espetacularizado*, joga-se com aquilo que é possível, adaptando as regras e os recursos. Essas regras são arbitradas pelos próprios participantes, o que gera muito conflito. Os espaços para sua prática são muitos: ruas, terrenos baldios, praças, parques, entre tantos outros.¹⁸

Existe uma matriz intermediária à *espetacularizada* e *bricolada*. Segundo Damo, ela é vinculada ao lazer, realizada de forma mais padronizada que a *bricolada*, mas sem a rigorosidade da *espetacularizada*. É o que chamamos de *futebol amador*, ou *futebol de várzea*. A divisão das funções fora e dentro de campo existe, mas é precária. O técnico, por exemplo, existe em todos os times de *futebol amador*, mas ele não recebe salário como no

¹⁵DAMO, Arlei. **Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França**. São Paulo: HUCITEC, 2005. p. 359.

¹⁶ DAMO, 2005, *op. cit.*

¹⁷ Segundo Damo, há uma estrutura que permite o reconhecimento dessa unidade dentre os tantos futebolis, caracterizada por “a) duas equipes (princípio da coletividade); b) perseguindo objetivos idênticos, porém assimétricos (princípio do conflito); c) sendo a disputa mediada por um objeto (princípio da evitação, mas não da interdição do corpo-a-corpo); d) um conjunto de regras (circunscrevendo o espaço, o tempo e o ilícito, dentre o qual se destaca o uso das mãos, salvo exceções, sendo esta uma modalidade de marca diacrítica em relação a outros esportes)”. DAMO, 2005, *op. cit.*, p. 36.

¹⁸ DAMO, 2005, *op. cit.*

espetacularizado, nem treina o time durante toda a semana, afinal, os jogadores possuem fontes de renda que lhe tomam o tempo. Em alguns lugares, os torneios são organizados pela federação local subordinada à FIFA. É o caso de Belo Horizonte, atualmente, em que o campeonato amador é organizado pela Federação Mineira de Futebol (FMF).

Por último, temos aquele futebol ligado à Educação Física, o *futebol escolar*. Ele é parte de uma disciplina constituída. É praticado dentro da estrutura escolar e, muitas vezes, conta com estrutura própria, como quadra, marcações de linha e traves, por exemplo. São praticados dentro de um tempo certo (o limite da aula ou do recreio), mas o número de jogadores varia, não há funções bem definidas fora de campo e, em grande parte, nem dentro de campo. Ele é voltado para a prática corporal e uma ideia de coletividade, da qual as crianças devem ser capazes de adquirir noção.¹⁹

As relações entre o Estado e o esporte se diversificam de acordo com o momento histórico, e variam a partir das concepções político-sociais de esporte e das ideologias e modelos de Estado existentes no contexto histórico em que se inserem.²⁰ Existe uma pluralidade de interesses na relação existente entre esporte, sociedade e Estado, e uma disputa pela consolidação desses interesses. Por isso, se diz que as relações esportivas, ou na esfera esportiva, estão politizadas, tanto no âmbito social, quanto no estatal. A disputa de interesses, que permeia essa relação de três lados – Estado, esporte e sociedade –, permite a caracterização política do mundo esportivo.²¹ Esses interesses são facilmente percebidos quando olhamos para as configurações do futebol. A criação de um time, ou a organização de vários times dentro de uma federação esportiva, traduz interesses compartilhados entre indivíduos (quando se forma um time) ou entre clubes esportivos (quando se organizam em federações). O Palestra Itália Mineiro, por exemplo, fundado em 1921, formou-se a partir de movimentos que confluíam interesses de imigrantes italianos reunidos por um mesmo objetivo: a criação de um time de futebol exclusivo da comunidade italiana em Belo Horizonte.

Para Linhales,²² o processo de politização do esporte se desenvolveu a partir da multiplicidade de atores e das disputas que o esporte começou a incorporar, passando a ser uma atividade política. A inserção do esporte nas relações econômicas e políticas o enquadram nesse

¹⁹ DAMO, 2005, *op. cit.*

²⁰ LAGE, Marcus Vinicius Costa; CORNELSEN, Elcio Loureiro. A institucionalização política dos esportes em perspectiva comparada: o totalitarismo nazista (1933-1945) e o autoritarismo varguista (1930-1945). In: ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. **Aspectos Filosóficos, Sociais, Políticos e Econômicos / III Encontro Paulista de Sociologia do Esporte**. São Paulo: Ed Escola de Artes, Ciências e Humanidade. 2016.

²¹ LAGE; CORNELSEN, 2016, *op. cit.*

²² LINHALES, 2001, *op. cit.*

jogo de interesses que permeiam a sociedade e o Estado, concretizando essa relação trilateral. O Estado incorpora, ao se apropriar do esporte, as contradições e tensões que permeiam as instituições esportivas. Ao mesmo tempo, o esporte estabelece outros padrões de relacionamento com instâncias de poder nesse espaço permitido pelo poder político do Estado.

Ao se traçar uma cronologia sobre o esporte e o lazer, foi na sociedade industrial do século XIX – momento de surgimento do futebol moderno – que o direito ao lazer e ao esporte começou a se delinear. Segundo Linhales,

Tal como o direito ao lazer, o direito ao esporte começou a se delinear com o advento da sociedade industrial, que sedimenta a divisão entre trabalho/tempo livre e se torna complexa no século XX, em meio ao percurso de consolidação do Estado de Bem-Estar Social. O direito ao esporte encontra-se imbricado na construção social do direito ao lazer e ao tempo livre.²³

Ao pensarmos sobre as interferências e influências que a política exerce sobre o futebol e vice-versa, nos deparamos com um debate ainda atual, mas é interessante notar que, no início do século XX, essas relações já existiam. Nossa hipótese é que a “camaradagem” existente entre os dirigentes dos grandes clubes de Belo Horizonte e os políticos permitia que as instituições esportivas se beneficiassem, seja por meio de benesses econômicas ou de apoio político para seus projetos. Se pensarmos nos papéis que alguns políticos exerciam dentro dos clubes, como sócios ou até mesmo como dirigentes, parece previsível que poderes públicos cedessem às vontades desses clubes.

Para se compreender a apropriação do Estado por entes privados, um dos conceitos fundamentais, e que utilizamos nesta pesquisa, é o de patrimonialismo. Apesar de ter sido elaborado por Weber, foi Sergio Buarque de Holanda quem utilizou pela primeira vez o conceito para o caso brasileiro. O autor aborda a mistura entre o público e o privado na figura do “homem cordial”, o qual se comporta socialmente embasado em seus valores familiares, sem diferenciar em tratamento as questões de caráter privado das públicas. Segundo o autor, “a indistinção fundamental entre as duas formas [família e Estado] é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX”.²⁴ Os detentores de posições públicas não conseguem compreender as distinções entre suas funções públicas e privadas, de modo que as práticas políticas, a administração dos recursos públicos e as ações do Estado são quase sempre motivadas por interesses privados.

²³ LINHALES, 1996, *op. cit.*, p. 33.

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26ª ed. p. 139.

Para essa pesquisa mobilizaremos também a tese de Raymundo Faoro²⁵, cuja análise também se remonta ao cenário brasileiro. Ele entende que o patrimonialismo é uma prática política/econômica que mistura as esferas pública e privada, enaltecendo o capitalismo e transformando o Estado em “fiador” de interesses pessoais dos governantes. Assim, as regras econômicas se moldam de acordo com quem detém o poder, ou seja, aquele governo que se estabelece no momento.

As críticas contemporâneas à tese do patrimonialismo, formuladas especialmente pelo sociólogo Jessé Souza,²⁶ dizem respeito a reificação dessa teoria como eixo explicativo para toda a corrupção historicamente instalada no país. Segundo ele, a tese do patrimonialismo remete ao Estado e aos agentes individuais que o controlam, toda a responsabilidade pelos saques ao patrimônio público, quando, o que ocorreria, na verdade, é um acordo entre agentes privados como organizações financeiras, empreiteiras e grandes corporações, para gerir e desviar o dinheiro público. Nessa lógica, a corrupção não poderia ser creditada apenas ao Estado, mas também a uma elite financeira-empresarial que o controla.

A interferência estatal no campo esportivo pode ser considerada a distensão de um projeto modernizador arquitetado pelas elites brasileiras, que tinha na mudança dos hábitos um dos seus pilares. Assim, o ideal que se tentou implementar na capital, desde sua fundação, o da modernidade, contribui para o desenvolvimento esportivo, visto que o esporte é utilizado pelos poderes para a formação desse novo estilo de vida. A sociedade moderna do fim do século XIX e início do XX precisa das práticas corporais para desenvolverem noções de civilidade e higienismo, por exemplo, essenciais para esse novo homem, nova sociedade.²⁷ Esportes como o turfe e o ciclismo foram considerados na elaboração do planejamento da nova capital de Minas Gerais e a eles reservados espaços de prática.²⁸

O futebol chega ao Brasil em um momento em que ideais republicanos estão em discussão. Algumas práticas que visam a uma modernização social começam a ser trazidas para o país. Aqui, cabe a nós ressaltar as teorias higienistas e civilizatórias que a República trouxe. O esporte logo foi visto como uma possibilidade de propagação dessas teorias, de controle da população. Nessa perspectiva, Sevckenko afirma:

²⁵ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

²⁶ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

²⁷ Ver em BORGES, Maria Eliza Linhares (Org.). **Campo e cidade na modernidade brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 247; e JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: Eliana R. Freitas Dutra. (Org.). **BH: Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, v. 1, p. 49-105.

²⁸ RODRIGUES, Marilita, 2006, *op. cit.*

O desenvolvimento dos esportes na passagem do século se destinava justamente a adaptar os corpos e as mentes à demanda acelerada de novas tecnologias. Como as metrópoles eram palco por excelência para o desempenho dos novos potenciais técnicos, nada mais natural que a reforma urbana incluísse também a reforma dos corpos e da mente. Esse amplo processo de transformação comportaria uma alteração crucial no quadro de valores. Nessa nova sociedade da cultura desportiva o valor máximo é necessariamente a ideia de saúde, cuja condição básica é a limpeza cuja patente é a beleza.²⁹

O futebol chega a Belo Horizonte quando a cidade já contava sete anos desde sua inauguração. A novidade ganhou adeptos na capital e diversos clubes foram fundados nos primeiros anos.

O planejamento urbano belo-horizontino favoreceu, indubitavelmente, a prática do futebol. Como a cidade não estava com todas as construções planejadas acabadas, os terrenos vazios foram utilizados para a prática futebolística.³⁰ Além disso, construções destinadas às práticas esportivas como o ciclismo, que logo caiu em desuso na capital, foram apropriadas para partidas do esporte bretão.

Belo Horizonte, planejada e construída para uma vida nos moldes da modernidade norte-americana e europeia, sofreu com a adesão tardia da população à identificação com seus espaços. Inicialmente, os espaços urbanos destinados à socialização não eram frequentados de forma assídua, o que frustrou as expectativas do poder público, das elites republicanas e dos idealizadores técnicos da nova capital. A cidade, da forma higienista e geométrica como foi projetada, constrangia a interação social, “as praças, ruas, cafês, apesar de convidativos aos encontros, pareciam entregues ao abandono ou eram, então, usufruídos timidamente”.³¹

A chegada do futebol à capital recém-fundada contribuiu para a socialização esperada no contexto da modernidade vigente e implementada na cidade. A contribuição para a formação de Belo Horizonte não termina aí. A construção urbanística teve muita interferência desse esporte.

O futebol foi o primeiro esporte consolidado na nova capital mineira. Talvez por estar em alta na Europa, e a cidade tentar seguir um estilo de vida como no velho continente. Talvez por sua simplicidade com poucas regras e de fácil assimilação. Assim, Ribeiro afirma que “a

²⁹ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos no Rio. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da Vida Privada no Brasil – República**: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, v. 3. 1998. p. 571.

³⁰ RIBEIRO, Raphael Rajão. Em busca de um campo: o futebol belo-horizontino e a transformação dos espaços da cidade (1904 – 1921). In: BORGES, Maria Eliza Linhares (Org.). **Campo e cidade na modernidade brasileira**: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 97-125.

³¹ JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: Eliana R. Freitas Dutra. (Org.). **BH: Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, v. 1, p. 96.

pesquisa acerca da prática de tal atividade atlética na capital mineira deve atentar-se para os temas mais amplos do universo social e do contexto da modernidade industrial”.³²

O poder público esteve participativo na vida esportiva da capital mineira desde o início do século XX. Doações de terrenos municipais para clubes visando à prática esportiva beneficiaram agremiações, possibilitando o crescimento delas em Belo Horizonte com ajuda financeira para construção de estádios – como o do América, inaugurado em 1923. Marcus Lage afirma que:

o poder público e as agremiações esportivas de Minas Gerais, notadamente os clubes praticantes de futebol em Belo Horizonte, interagiram desde, ao menos, os anos de 1910, quando a nova capital do Estado tinha pouco mais de uma década de existência. Por meio de uma política imobiliária, a Administração Municipal “concedeu” terrenos e/ou reconheceu/legitimou a ocupação de lotes vagos por campos de jogos na restritiva e excludente Zona Urbana da nova capital, com destaque para aqueles clubes com maior capilaridade social, dada a diversidade social e étnica de seus participantes – i.e. *Yale Athletic Club*, 1911; *Sport Club Luzitano* e *Societá Sportiva Palestra Itália*, 1922 – e daqueles com influência política e social, em função da origem social e econômica elitista de seus participantes – i.e. *Club Atletico Mineiro*, 1916 e *America Futebol Clube*, 1920.³³

Ao voltarmos o olhar para Belo Horizonte, percebemos uma série de informações que nos remetem a uma hipótese de que essas relações entre dirigentes e políticos beneficiem os clubes aos quais eles estão ligados em detrimento de outros. Pode ser possível que esses subsídios ao Atlético, América e Palestra Itália³⁴ permitiram um crescimento maior dessas instituições e por isso elas se destacaram e se destacam no futebol mineiro e se projetaram no cenário nacional e internacional.

Assim, podemos levantar as seguintes questões: qual é a relação entre os dirigentes dos clubes de futebol de Belo Horizonte e o poder público? As relações entre eles influenciaram o incentivo dado ao futebol? Quais os tipos de incentivos que o poder público deu ao futebol belo-horizontino?

A pesquisa é municiada por obras acadêmicas e documentos oficiais do período em questão. As correntes de análise serão a História Política e a História Social, que nos permitem

³²RIBEIRO, 2008, *Op. cit.*, p. 99.

³³ LAGE, Marcus Vinicius Costa. A política de esportes varguistas (1930-1945) e a interação entre os poderes públicos municipal/estadual e os clubes de futebol de Belo Horizonte/MG: permanências e rupturas (?). **Revista Temporalidades**, Belo Horizonte, v.7 (Suplemento, 2015), p. 1.193.

³⁴ Ver documentação proposta para a pesquisa, tais como BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **América Futebol Clube – Carta de emissão a favor da Prefeitura extraída dos autos de ação executiva hipotecária que Almerio Gonçalves de Amorim e s/m moveram à América Futebol Clube, para título e conservação de seu direito**. 1939. BELO HORIZONTE. Lei 121. In: **Anais da Câmara Municipal**. 1916. BELO HORIZONTE. Lei 187. In: **Anais da Câmara Municipal**. 1920. BELO HORIZONTE. Lei 213. In: **Anais da Câmara Municipal**. 1922.

uma variação das temáticas de estudo, dentre elas as relações de poder político com aspectos sociais. Para tanto, a noção de Cultura Política como base fundamental dessa pesquisa se caracteriza como “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”.³⁵ É preciso entender, a princípio, como se davam as relações políticas e econômicas entre os poderes no contexto em questão e entender as características de cada governo ao longo desses anos para entender o motivo do investimento ou não no esporte e no futebol.

As fontes documentais para a realização da pesquisa estão disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, na Secretaria Municipal de Patrimônio de BH e no Museu Abílio Barreto. A primeira documentação trata de doações de terrenos vazios para clubes de futebol pela prefeitura. Essas doações estão registradas em regulamentações legislativas e seus projetos antes da aprovação discutidos na Câmara Municipal. Essas documentações são encontradas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) na Coleção Legislação Municipal Impressa e Coleção Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Tais fontes nos permitem compreender como era feita a distribuição de concessões de terrenos, já desenhando os primeiros benefícios que os clubes futebolísticos tiveram na capital mineira.

A Secretaria Municipal de Patrimônio guarda uma variada e volumosa documentação referente ao futebol, contando desde contratos assinados entre clubes e prefeitura até fichas de terrenos, relatórios e cobranças feitas pela prefeitura aos clubes em débito. Os documentos da Secretaria Municipal de Patrimônio são registros de imóveis da prefeitura de Belo Horizonte e arrendamento de quarteirões para as associações esportivas da cidade. Essa documentação se estende por todo o período aqui recortado e demonstra outros tipos de benefícios concedidos aos clubes de futebol naquele momento, seja o auxílio na aquisição de imóveis, seja a reapropriação de terrenos por parte da prefeitura, mas com entrega de novo local para a agremiação, como aconteceu com o América. São documentos oficiais da época e alguns relatórios elaborados pela prefeitura em tempo posterior.

A documentação encontrada no Museu Abílio Barreto é composta por anotações de Abílio Barreto sobre o futebol belo-horizontino. As fontes são de tipologias diversas, como fotografias, recortes de jornais e anotações manuscritas.

Para tentar responder às questões levantadas, analisamos as formas pelas quais o poder público incentivou e apoiou o desenvolvimento do futebol belo-horizontino por meio da doação

³⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola *et al.* **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1998. v.1. p. 306.

de terrenos, de facilidades fiscais e dispositivos legais. Nessa direção, o entendimento do panorama de surgimento, popularização e espetacularização deste esporte no Brasil e na capital mineira pode desvelar as formas pelas quais o futebol se tornou um campo de atuação e de tensionamento político.

No início da pesquisa são investigados documentos que possibilitaram aprofundar as análises e investigar a hipótese levantada. Também foi preciso debruçar-se na bibliografia existente e entender o que já se tem construído na academia de forma a questionar e debater, com tais autores, novas possibilidades observadas.

Ao ler as informações contidas nos documentos oficiais e cruzá-las com a bibliografia, foi possível entender as relações entre dirigentes e governantes? Eram as mesmas pessoas? Como se dava essa relação dentro do meio político? São questões que serão respondidas com as interpretações documentais.

É preciso sempre considerar a parcialidade da documentação. Nossa escolha se restringe a documentos oficiais, produzidos pelos poderes municipais e estaduais. Questionar os limites dessas fontes é importante para entender os limites da pesquisa. “Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador!”.³⁶ É preciso entender o contexto de escrita daquele documento, mas, principalmente, entender que o documento carrega uma gama de impressões pessoais de quem o escreveu.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro é dedicado à reflexão sobre a construção de Belo Horizonte. Entender os valores pilares para a mudança da capital mineira é fundamental para uma compreensão da importância que o esporte, em especial o futebol, exerceu na sociedade belo-horizontina. O capítulo aborda desde as discussões sobre a mudança da capital do estado, a elaboração da planta da nova cidade e a observação de espaços dedicados ao lazer e a forma com que a população interagiu com tais novidades.

O segundo capítulo investiga as relações entre o poder público e os clubes de futebol. Ele traz uma reconstituição do início do futebol em Belo Horizonte, assim como a discussão teórica do patrimonialismo. Ao fim, já é possível estabelecer conexões e perceber benefícios que clubes de futebol tiveram por parte da Prefeitura da cidade. Neste capítulo nos limitamos aos anos 1930.

O terceiro e último capítulo da dissertação traz a análise desses benefícios a partir de 1930, quando o futebol se torna nacionalizado, ou seja, quando o esporte passa a ser controlado

³⁶ BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: usos e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla, *et al.* **Fontes Históricas**. São Paulo, Editora Contexto. 2005. p. 63.

e organizado pelo governo federal. Neste momento os benefícios começam a ser mais direcionados a poucos clubes da cidade.

CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte é inaugurada em 12 de dezembro de 1897. Desde a Proclamação da República no Brasil, um movimento de desejo pelo moderno e pelo civilizatório tomou as elites nacionais. Em Minas Gerais não foi diferente. O anseio pelo mundo novo, inspirado nos padrões vigentes na Europa, que ditavam modelos de vida, fez com que a vontade por uma nova capital voltasse a pulsar com maior intensidade no estado.

Com a Proclamação da República no Brasil em 1889, o desejo pelo novo, pelo progresso se intensificou. A reforma de Ouro Preto parecia um tanto inviável pela topografia e pelas marcas históricas que a cidade carregava em si. “Ouro Preto era a marca do absolutismo português, portanto, pouco apropriada para o espetáculo republicano”.³⁷ As discussões sobre o melhor destino (reforma ou nova cidade) tornaram-se acirradas no meio político mineiro. Com o posicionamento de Augusto de Lima, então presidente de Minas Gerais, em 1891, favorável à mudança, decide-se por retirar de Ouro Preto a centralidade do poder estadual.³⁸ Com a definição por uma mudança de capital, as disputas políticas passaram a se pautar pelo interesse de cada região em abrigar o novo centro do poder estadual. Segundo pesquisa da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana, “... é a reorganização do sistema produtivo no Brasil [...] de um lado, e, de outro, a nova ordem política instaurada pela república, contexto em que a descentralização do Poder fortalece grupos oligárquicos que justificam a criação e desenvolvimento da cidade”.³⁹

Belo Horizonte é escolhida, planejada e edificada de acordo com o modo de vida idealizado por uma elite que visa ao crescimento e ao desenvolvimento em consonância com os padrões vigentes na Europa. A estrutura urbana aspirava a um modo de vida representado pela modernidade pujante. Espaços de sociabilidade, avenidas largas e imperativas, organização do poder e divisão das classes dentro da cidade, estrutura de saneamento condizentes com a época, entre outras, foram formas de estrutura urbana importadas do velho continente que permitiam a Belo Horizonte ostentar-se como símbolo da modernidade brasileira.

Ao fim de todo esse debate [da mudança da capital], havia sido produzida uma verdadeira constelação de imagens da futura Capital. Falava-se de um centro de

³⁷ JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)**. 1992. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1992, p. 27.

³⁸ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 9.

³⁹ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA. **O Processo de Desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897 – 1970**. 1979. p. 2.

desenvolvimento econômico e intelectual, foco de civilização e progresso, moderno, higiênico e elegante. [...] A Capital ia sendo, assim, desenhada no território da utopia.⁴⁰

A capital é projetada para ser centro cosmopolita, republicano, moderno. Mas a população demora a aceitar o novo estilo de vida ditado. Para entender essa ambiguidade da nova capital, é preciso compreender todo o processo, desde seu planejamento até sua vida urbana.

1.1 A mudança da capital

A mudança da capital de Minas Gerais foi motivada por contextos nacionais de mudanças políticas e sociais. A nova república trazia novos entendimentos de uma sociedade desejada.

A partir da abolição da mão de obra escrava e sobretudo das novas condições de relativa autonomia, com a Proclamação da República que ao nível jurídico-político tanto carecia a Província, é criado o clima necessário para a concretização da ideia de mudar a capital. Isso favoreceu a manobra do presidente Augusto de Lima, que, com o apoio de políticos como Chrispim Jacques Bias Fortes, lavrou em 1891 Decreto determinando a mudança da capital para Belo Horizonte. O Decreto não foi publicado, mas provocou reações.⁴¹

Belo Horizonte nasce com uma identidade marcada pela República recém instaurada no Brasil. É a nova ordem de uma nova sociedade sustentada pelos alicerces republicanos; sociedade que inicia uma discussão em Minas Gerais sobre uma nova capital para o estado, a qual deixasse para trás as marcas de um colonialismo, de uma sociedade escravocrata, com ares antiquados, com valores tradicionais e ultrapassados.

O manifesto republicano de 1870 expunha, como bases da República brasileira, princípios como laicização do Estado, liberdade, igualdade, organização da sociedade civil e crítica à monarquia. Em Minas, houve certa resistência à ideia de república. E, por isso, sua adesão ocorreu tardiamente, com o Manifesto dos Republicanos Mineiros, em 1888. O modelo federativo escolhido para a República brasileira, nos moldes da República dos Estados Unidos, “significava a valorização da autonomia dos Estados, porém, para a prática, significava a

⁴⁰ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 10-11.

⁴¹ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 13.

conciliação, por meio dos ajustes, dos interesses das elites do país para que o fim da monarquia se concretizasse”.⁴²

A questão da nova capital vincula-se a emergências de novas forças econômicas dentro do Estado, que, com a República, representativa destas novas forças, vão desencadear a luta para obtenção do Poder Político correspondente à sua expressão econômica.⁴³

A conciliação entre as elites mineiras se dá em torno do discurso libertário, resgatando os inconfidentes como identidade. Isso significa que, em Minas, a conciliação das elites se deu como uma “continuidade na mudança”, isto é, buscou-se na tradição sua “identificação do regime republicano com a nação”. A construção da capital significou essa edificação do futuro, do moderno, do progresso, justapondo-o com o antigo, com a tradição, com o velho.⁴⁴

O contexto político pelo qual passava o estado naquele momento foi fundamental para a decisão pelo deslocamento de sede do poder público. O discurso que a elite mineira disseminava era o de uma estagnação econômica do estado, um atraso em relação ao centro econômico nacional.⁴⁵

No contexto vivenciado pelo Estado mineiro de perda dos espaços políticos significativos, após o declínio da atividade mineradora, a construção da capital apresentava um sentido de resgatar o espaço nacional do Estado e readequar valores à estrutura tradicional dos grupos políticos aqui residentes.⁴⁶

As propostas de mudança da capital mineira remontam aos Inconfidentes, quando, em 1789, programavam São João del-Rei como nova capital do estado.⁴⁷ Posteriormente, durante o Império, a discussão em relação à topografia de Ouro Preto apareceu em algumas ocasiões.⁴⁸ Desde a década de 1870, havia um desejo de ruptura com o passado colonial. Esse desejo era compartilhado por profissionais liberais, políticos, literatos e republicanos. “O advento da República veio reforçar essa mentalidade, animando utopias sociais, alimentadas, sempre, pela noção de progresso”.⁴⁹

⁴² CALVO, Júlia. Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, p. 71-93, 2003, p. 75.

⁴³ REZENDE, Maria *apud* SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 14.

⁴⁴ CALVO, 2003, *op. cit.*, p. 76.

⁴⁵ AGUIAR, 2006 *apud* CALVO, *op. cit.*, p. 72.

⁴⁶ CALVO, *op. cit.*, p. 72.

⁴⁷ CALVO, *op. cit.*, p. 72.

⁴⁸ JULIÃO, Letícia, *op. cit.*, p. 9.

⁴⁹ JULIÃO, *op. cit.*, p. 12.

Em 1891, Augusto de Lima envia ao Congresso Constituinte seu posicionamento favorável à mudança da capital⁵⁰ e, assim, decide-se por retirar de Ouro Preto a centralidade do poder público estadual. Dois anos depois há uma reunião extraordinária do Congresso de Barbacena para a definição do novo local. Na ocasião, é apresentado parecer técnico que indicava, como local mais apropriado para a construção da nova cidade, Várzea do Marçal. Porém, com manobras políticas, o Congresso decidiu pela localidade onde hoje está Belo Horizonte, na época o Arraial de Curral del Rei.⁵¹

Caso ganhasse a Várzea do Marçal, seria uma vitória definitiva para os grupos ascendentes e por isso a solução intermediária não lhes foi totalmente prejudicial. Se a escolha fosse o Rio Doce, continuar-se-ia a política agroexportadora, inovando somente na criação de um novo polo de exportação ligado ao Espírito Santo.⁵²

Percebe-se que, ao mesmo tempo em que se almejava uma nova capital que trouxesse transformações, não apenas geográficas, mas políticas e sociais, havia certo conservadorismo no processo de alteração. O trecho acima, da pesquisa da Plambel, mostra que a mudança era necessária, não havia mais desejo de continuidade da centralidade do agronegócio no centro do poder estadual, mas também não deveria existir espaço para o desenvolvimento de novas forças políticas que ascendiam naquele momento.

As elites mineiras queriam uma obra que expressasse a modernidade desse novo momento nacional, a República, como um “marco zero de um novo tempo”.⁵³ A instauração da República significava um rompimento com um passado inerte, uma “consciência de uma nova temporalidade nacional”.⁵⁴

Naquele momento, era importante construir uma nação brasileira com identidade capaz de perpetuar no imaginário popular a unidade nacional por meio de direitos e valores comuns. O passado colonial e escravocrata da nação brasileira não servia mais como identidade, era preciso desqualificá-lo. Essa nova identidade nacional, “contraditoriamente, não se fundava no passado, mas no futuro”.⁵⁵

É importante sempre ressaltar que modernidade pulsava no mundo ocidental. A Europa ditava regra e servia de exemplo para as elites. Várias cidades passaram por reformas para se adequarem ao novo modelo civilizatório, como Paris e Rio de Janeiro.

⁵⁰ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 9.

⁵¹ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 10.

⁵² SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 19.

⁵³ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 11.

⁵⁴ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 17.

⁵⁵ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 18.

A capital do Estado refletiu o discurso republicano construído sob as bases da busca do equilíbrio e apoiada no pensamento progressista que invadiu as principais capitais do país na segunda metade do século XIX. Tal corrente no Brasil tomava como base ideológica o positivismo, defendendo o progresso em uma situação de harmonia, ausência de conflitos na manutenção de um status quo garantidor da ordem e, conseqüentemente, do desenvolvimento. A transformação da nova capital associava à República mineira e brasileira uma relação com a história simbólica das lutas e da tradição, simbolizada e reinterpretada nas avenidas e ruas (que traziam os nomes dos estados e das bacias fluviais).⁵⁶

A cidade estava sendo planejada e edificada conforme padrões ideológicos republicanos. “Não apenas se edificava uma Capital, como também se buscava construir uma república brasileira, recém-instalada”.⁵⁷

1.2. A política belo-horizontina e sua organização nos anos iniciais

A nova capital se organizava politicamente de forma diferente da atual, o que favorecia – ainda mais – a organizações partidárias e apelos político-sociais. A Prefeitura Municipal de Minas só foi criada em 29 de dezembro de 1897, pelo Decreto 1.088⁵⁸, dezessete dias depois da fundação da cidade.

As funções executivas também foram definidas no mesmo decreto. A Prefeitura Municipal era subordinada à Presidência do Estado, que tinha como função o controle da cidade.⁵⁹ Assim, a escolha do prefeito era feita pelo presidente do estado, sem qualquer tipo de votação dentro do que hoje se considera normal na democracia representativa.

O primeiro prefeito, Dr. Adalberto Dias Ferraz da Luz, foi responsável pela elaboração de um relatório orçamentário com as despesas da cidade e de uma tabela de impostos municipais. Foi também exonerado o Engenheiro Chefe da Comissão Construtora, passando os trabalhos de continuidade de construção para a Prefeitura.⁶⁰ Importante lembrar que, mesmo inaugurada, a cidade seguia em construção, com inúmeras obras previstas ainda não entregues, outras nem sequer iniciadas.

⁵⁶ CALVO, 2003, *op. cit.*, p. 77.

⁵⁷ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 11.

⁵⁸ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 73.

⁵⁹ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 74.

⁶⁰ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 74.

Os mandatos dos prefeitos não tinham previsão de duração na legislação. Como era um cargo de confiança, ou seja, era nomeação do presidente do estado, o tempo de exercício daquele nomeado variava, sendo colocado e retirado da cadeira por motivos diversos, entre eles, alinhamentos políticos. Assim, “[...] a nomeação do prefeito era resultante de arranjos e barganhas políticas entre o governo Estadual e os grupos político-econômicos que o apoiavam”.⁶¹

A pesquisa realizada pela Plambel analisou essas relações e atestou que origens regionais e formação sociopolítica eram fatores fundamentais em praticamente todas as escolhas de prefeito até 1914. Dos dez primeiros prefeitos, sete eram do sul de Minas, mas todos eles tinham ligação com a região.

Os presidentes do estado também mantinham essa relação com a região sul do estado de Minas Gerais.

A exceção, apresentada no período, é o Dr. João Pinheiro da Silva e a escolha de seu nome, pela “Tarasca”, teve em vista a implantação em Minas de uma nova política de desenvolvimento, isenta tanto quanto possível, das lutas e compromissos partidários. Sua morte, a 25 de outubro de 1908, em pleno exercício do Poder, significou o retorno da política tradicional, com a posse de Wenceslau Braz Pereira Gomes.⁶²

João Pinheiro da Silva foi presidente do Estado entre 1906 e 1908. Sua origem era a região Centro-Caeté, enquanto todos os outros presidentes vieram da região sul.⁶³ Durante seu mandato, a Prefeitura de Belo Horizonte foi assumida por Benjamim Jacob, originário da região norte. João Pinheiro da Silva, além de fugir da lógica da origem, também foi o primeiro a manter uma única pessoa no cargo durante a gestão, mesmo que ela tenha sido de apenas dois anos devido à morte.

A pesquisa da Plambel chega à conclusão de que “o exercício do cargo de Prefeito da capital é eminentemente um ato político”,⁶⁴ visto que todos os prefeitos analisados tinham atuação no Partido Republicano Mineiro.

“Sendo Belo Horizonte uma cidade planejada pelo Poder Público, para atender às novas demandas da política econômica do Estado, o normal seria que a sua administração fosse

⁶¹ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 79.

⁶² SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 81.

⁶³ A análise se limita a 1914, com o fim da presidência de Júlio Bueno Brandão.

⁶⁴ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 81.

entregue a pessoas tecnicamente adequadas”.⁶⁵ Porém, as escolhas eram políticas, e não técnicas. A Plambel mostra entender que o esperado não era administrativo, mas a qualidade técnica do engenheiro, visto que a cidade ainda se construía. Segundo a pesquisa, apenas três prefeitos analisados eram engenheiros.

O poder estadual e o municipal fizeram escolhas nesse período por relações políticas e bases sociais. Isso significa que contornos regionais, ou seja, a origem do candidato ao cargo, eram fundamentais. “A fidelidade política e a representatividade não se situam a nível da cidade, mas do campo de origem, Belo Horizonte é administrativa em função de interesses externos e não internos.”⁶⁶

O legislativo foi implantado na capital em 12 de dezembro de 1899, dois anos após a inauguração da cidade. Sua aplicação foi baseada no que se tinha no Rio Grande do Sul, com adequações às realidades e costumes mineiros.

O Conselho Deliberativo da Capital foi, de certo modo, uma aplicação, aos costumes políticos mineiros, de uma forma institucional adotada pelo Estado do Rio Grande do Sul, onde um Executivo forte e responsável era sustentado por uma câmara orçamentária e fiscalizadora. [...] cabia ao Conselho votar os impostos, decretar as despesas necessárias aos negócios e serviços peculiares da administração da Capital.⁶⁷

O Conselho deveria ser o elo entre os poderes estadual e municipal. Funcionou até 1929, quando todos os órgãos legislativos do país foram fechados pelo Governo de Getúlio Vargas, em 1930. Segundo a pesquisa da Plambel, apenas três homens presidiram o Conselho, o que mostra estabilidade interna. Além disso, teve como característica ser sempre situacionista.

As classes economicamente superiores estão em processo de transformação: de proprietários rurais, para urbanos. Projetam no espaço urbano a própria formação social da época e, conseqüentemente, da segregação social. Os grupos econômicos, em fase de modernização, têm comportamentos de “burguesia esclarecida”. A origem socioeconômica e profissional dos Prefeitos, sua categoria política, atestam o intuito altamente modernizante. Há, portanto, uma aliança desses grupos com a “intelligentzia” da época.

A administração pública da nova capital se mostra, assim, ambígua. Enquanto busca se modernizar, tentando se enquadrar nos novos moldes visados naquele momento, também mantém o tradicionalismo na forma do fazer político.

⁶⁵ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 82.

⁶⁶ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 82.

⁶⁷ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 76.

1.3. Planejamento urbano

Em 14 de fevereiro de 1894, o Decreto nº 680 criava a Comissão Construtora da nova Capital.⁶⁸ Logo de início, a construção de uma ligação entre a nova cidade e a Estrada de Ferro Central do Brasil começou. Era preciso fazer uma ligação com a cidade para a chegada de operários e de materiais para a construção, bem como pensar na circulação de pessoas quando de sua fundação. Enquanto isso, a elaboração da planta geral da cidade acontecia. Em 26 de março de 1895, foi apresentado por Aarão Reis ao Governo do Estado o resultado final do planejamento e a planta da nova sede do governo.⁶⁹

A construção da cidade demandou uma grande quantidade de operários, trabalhadores braçais, o que acabou intensificando a imigração.⁷⁰ Os primeiros elementos instalados foram os de infraestrutura para viabilizar a construção da cidade, como linhas férreas para transporte de material e pessoal, hospedaria e o ofício nº 469 que “estabelecia, para o recebimento de tarefas, fazer-se imprescindível ao empregador trazer de fora o pessoal correspondente ao trabalho contratado”.⁷¹

A capital foi organizada de forma a definir os locais de poder. Ela foi setorizada em zona urbana, zona suburbana e zona rural, cada qual com uma função para o funcionamento da cidade. Cada grupo social ocupava uma zona de acordo com seu poderio e sua função político-social.

Toda a paisagem deveria ser organizada, visto que o ideal republicano se baseava no positivismo, privilegiando a ordem social. Na estrutura da nova capital, o que organizava a paisagem era a rua.⁷² Além de ordenar o traçado, ela reforçava os valores da república recém instaurada, os novos princípios sociais, utilizando-se dele para dar nomes a grandes avenidas. A avenida que levava ao ponto mais elevado, onde se encontrava todo o poder do estado, recebeu o nome de avenida Liberdade (hoje avenida João Pinheiro). A praça, no centro do poder, que era rodeada pelas secretarias e o palácio do governo, também recebeu o mesmo nome.

⁶⁸ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, *op. cit.*, p. 19.

⁶⁹ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, *op. cit.*, p. 20.

⁷⁰ BARRETO, 1936 *apud* CALVO, *op. cit.*, p. 78.

⁷¹ CALVO, *op. cit.*, p. 78.

⁷² CALVO, *op. cit.*, p. 79.

Imagem 1 – Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte.



Fonte: BARRETO, Abilio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – História média – Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova Capital (1893-1898).**

O centro da Administração Pública Estadual ocupou um local elevado da cidade, mostrando poder sobre todos os outros ocupantes de Belo Horizonte.

A Praça da Liberdade, considerada o espaço mais importante de uso público, era cunhada de Jardim do Palácio, por situar-se à frente do Palácio da Liberdade, projetado para residência do Presidente do Estado. As pedras fundamentais desse

palácio e de três secretarias são lançadas em 07/09/1896. Na Praça da Liberdade, voltadas para o nascente, estão as secretarias de Finanças (hoje, Fazenda) e do Interior (hoje, Educação). Em frente à de Finanças, acompanhando o poente, situa-se a de Agricultura (atual Viação e Obras Públicas).⁷³

Belo Horizonte foi projetada pela elite política sob a ótica futurista vinda da Europa. O viés europeu de progresso e modernidade trazido para o planejamento da nova capital mineira entendia que a técnica e a ciência remediariam qualquer possível problema, organizando os espaços de maneira a tornar a cidade um ideal urbano nos anseios da elite moderna e republicana.⁷⁴

A influência estrangeira é evidente na construção da nova Capital. São, sobretudo, os trabalhos de Haussmann e do Major L'Enfant, planejadores de Paris e Washington D.C., respectivamente, que maiores influências exercem sobre o engenheiro Aarão Reis. É, pois, com palácios e praças, no melhor estilo da “*Belle Époque*” que se chega ao final da primeira etapa.⁷⁵

A cidade constrói-se pelos pilares da civilidade, do higienismo e da modernidade: noções e técnicas importadas da Europa para o desenvolvimento de uma nova forma de organização urbana e social no Brasil; noções de saneamento, novas formas de sociabilidade e comportamento e estruturas amplas para contemplação de uma arquitetura moderna.

Apesar de Belo Horizonte ser criada com um discurso de progresso, de modernidade, alguns aspectos revelam a ambiguidade em que essa sociedade mineira vivia. Como dito, a cidade se cria numa mistura de velho e novo, moderno e tradicional. Isso influencia no modo de apropriação do espaço pela população local. (Esse assunto ficará mais nítido nos próximos capítulos, quando a prática esportiva na capital for analisada.)

As noções de modernidade trazidas da Europa diziam respeito ao modo de vida cosmopolita. A metrópole como o local de diversidade, impessoalidade das relações e trocas monetárias.⁷⁶ Um modo de vida padrão, global, em que o indivíduo se habituasse a qualquer centro urbano cosmopolita no mundo.

A cidade desenvolveu-se de uma forma híbrida, misturando o passado e o futuro, o progresso e o tradicional. A estrutura urbana das praças, avenidas e ruas era representativa dessa modernidade vigente que mirava o futuro, uma ruptura com o urbanismo colonial de Minas.⁷⁷

⁷³ GROSSI, 1997 *apud* CALVO, 2003, *op. cit.*, p. 80.

⁷⁴ CALVO, 2003, *op. cit.*, p. 81.

⁷⁵ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA, 1979, *op. cit.*, p. 23-24.

⁷⁶ CALVO, 2003, *op. cit.*, p. 82.

⁷⁷ JULIÃO, 1992, *op. cit.*

Contudo, a população que ocupava esses espaços era uma população, em grande parte, vinda do interior, com seus valores enraizados em uma cultura tradicional, colonial, de Minas Gerais. O comportamento social não condizia com a intenção de modernidade que o concreto da arquitetura urbana tentava impor.⁷⁸

O modo de vida na cidade traduziu um novo aspecto, que se pode considerar artificial, visto que novos hábitos foram introduzidos pela estrutura urbana e pelas inovações trazidas para a realização de tal.⁷⁹ Água encanada e iluminação elétrica são exemplos de avanços tecnológicos que mudam a cultura urbana da população. A administração também se torna mais complexa, “exigindo intervenções interdisciplinares (jurídica, médico-sanitarista, estatística etc.)”.⁸⁰

A metrópole do ponto de vista europeu era sede da economia monetária. O dinheiro, a circulação financeira que dá vida à cidade, estabelecendo trocas de mercadoria, estilos de vida pautados pelo trabalho, divisão de classes e poder dentro da estrutura urbana.⁸¹ Belo Horizonte é projetada com tal perspectiva. A cidade é setorizada de acordo com a finalidade do serviço prestado. A seção urbana, dentro do perímetro da avenida do Contorno, é ocupada pela elite. A sede do governo se estabelece nesse setor, além de, como já dito, ocupar a parte mais elevada da cidade, impondo seu poder sobre a população inferior. Os altos funcionários do estado, com maior poderio aquisitivo, ocupavam o bairro Funcionários. A seção suburbana, que prestava serviços ditos inferiores, ocupava um cinturão ao redor desse centro elitizado da cidade. E, de forma mais afastada ainda do centro, a seção rural que abastecia com alimentos a cidade.

Apesar de Belo Horizonte estruturar-se de acordo com o poder financeiro, também é nesse momento que se contradiz com a metrópole europeia dita moderna. Esta última permitia e, de certa forma, exigia, uma mistura de grupos pelos espaços urbanos. É uma configuração em que os muros e as barreiras da cidade se desfazem. Porém, na nova capital, as barreiras estão presentes. Cada um tem seu lugar de ocupação.⁸²

Analizada sob essa ótica, Belo Horizonte também pode ser considerada como conservadora ao perpetuar as barreiras entre elite e setores populares e não era exatamente “moderna” no sentido de inovação do termo já que copiou o modo de vida cosmopolita e as instituições políticas burguesas.⁸³

⁷⁸ Cyro dos Anjos, segundo Júlia Calvo, 2003, *op. cit.*, diz sobre a vaziez das ruas da capital.

⁷⁹ CALVO, 2003, *op. cit.*, p. 84.

⁸⁰ CALVO, 2003, *op. cit.*, p. 84.

⁸¹ SIMMEL, 1987 *apud* CALVO, 2003, *op. cit.*, p. 82.

⁸² Júlia Calvo questiona se houve essa ruptura com o caráter fechado das cidades antigas.

⁸³ CALVO, 2003, *op. cit.*, p. 85.

As ruas largas e longas e a uniformidade no traçado das ruas são características do modernismo urbano perceptíveis na capital planejada. A modernidade belo-horizontina parece ter sido uma vontade da elite mineira, uma imposição do republicanismo recém implementado. A população em si não havia ainda se adequadado a essa nova forma de vida. Assim, a modernidade forjada de cima não é assimilada a princípio pela população de Belo Horizonte.

O capitalismo global exigiu mudanças no mundo que assinalavam uma modernização ao Brasil quando novas estruturas aqui chegavam, como organização do mercado do trabalho livre, surgimento de fábricas, crescimento urbano, intensificação do comércio e aperfeiçoamento do transporte. Tudo isso assinalava uma “modernização material e cultural do Brasil”.⁸⁴

Porém, como em outros países periféricos, a modernização brasileira deu-se em meio ao conservadorismo e, assim, fez associações ambíguas. Uma modernização “forjada de cima para baixo, que se efetivava de forma distorcida e desigual nos diferentes âmbitos da sociedade”.⁸⁵

A cidade moderna é representada assim como um lugar de contrastes: pobreza-riqueza, degradação-opulência, ordem-caos, liberdade-controle e assim sucessivamente, que se traduzem na grande diversidade que marca a cidade formada pela heterogeneidade de grupos, de profissões, de nacionalidades.⁸⁶

Belo Horizonte é planejada como cidade-modelo do novo estilo de vida desejado para o “novo” país que surgia. Um país republicano, moderno, civilizado. A capital é projetada pensando nas características metropolitanas europeias. Porém, a população que aqui se instala não assimila de imediato esse novo modo de vida. As estruturas são estranhas a elas. A cidade aparentava estar vazia, a circulação e a ocupação das ruas não eram como desejadas. O comportamento também fugia do padrão moderno europeu.

1.4. Os espaços de lazer

A construção de uma cidade pautada pela modernidade capitalista do século XIX exigia uma preocupação com a vida social local. Os espaços de lazer planejados pela Comissão

⁸⁴ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 14.

⁸⁵ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 14.

⁸⁶ CALVO, 2003, *op. cit.*, p. 86.

Construtora da Nova Capital (CCNC) e as novas possibilidades que surgiam com o desenvolvimento da cidade eram pensados a partir de uma lógica higienista, civilizatória e moderna de uma sociedade que demandava opções de lazer.

A socialização era preocupação no planejamento urbano da nova capital. Seu planejamento visava a “vias retas e largas que procuravam privilegiar a circulação de pessoas e de mercadorias, para indicar sintonia com as formas de produção e de trabalho”.⁸⁷ O desenho da capital resguardava espaços de convívio público. Além das vias que permitia maior circulação de pessoas; locais, como o Parque Municipal, foram pensados para a integração social da nova população. Locais para prática atlética e de lazer eram importantes para o novo modo de vida moderno que se tentava implementar em Belo Horizonte.

Antes da inauguração, ou mesmo na época do Arraial do Curral del Rei, a região já contava com algumas práticas de lazer. A Igreja Católica sempre foi grande responsável pelos divertimentos sociais, concentrados, especialmente, em suas festas religiosas. Essas comemorações fazem parte do popular-religioso brasileiro desde a Era Colonial. Em Belo Horizonte a Igreja foi também responsável por tal divertimento aos ocupantes do Arraial, e nos primeiros anos de construção.⁸⁸

Ao abordar a visão religiosa do lazer, Marilita Rodrigues apresenta menções feitas pelo Padre Francisco Dias, pároco da cidade, no final do século XIX:

dentre os divertimentos ‘aprovados’, cita as *contradanças*, as *cavalhadas* e os *dramas inofensivos à moral*, fazendo uma ressalva de que as *touradas*, ou *curro*, seriam sempre reprovadas. Segundo ele, a dança tinha sua utilidade higiênica e fazia parte da civilização atual, mas poderia tornar-se inconveniente e fonte de corrupção de costumes, quando feita entre pessoas de diferentes sexos que não primassem pela seriedade, educação e bons costumes. Comenta da inconveniência dos bailes carnavalescos promovidos por ‘moções e rapazes pândegos, devassos e viciosos’, com o objetivo de expandir paixões e manifestar ‘afetos indignos e imorais’ e das danças chamadas *batuques*, onde naufragam muitas ‘donzelas e raparigas incautas, se perdem muitos moções e se desencaminham muitos esposos’.⁸⁹

⁸⁷ RIBEIRO, Raphael R. **A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). (História, dissertação de mestrado) – Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 130.

⁸⁸ RODRIGUES, Marilita. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). (Tese de doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006, p. 72.

⁸⁹ RODRIGUES, Marilita. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). (Tese de doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006, p. 74.

A construção e o planejamento de Belo Horizonte não se limitavam apenas à estruturação do mundo do trabalho. O lazer e os divertimentos eram considerados elementos basilares da vida moderna pela CCNC.

A vida social, mesmo que planejada pela Comissão Construtora, não conseguiu muitos adeptos no início da vida da nova capital. A diversidade de opções de lazer não era ampla, mas as possibilidades de divertimento na cidade “não eram vivenciadas com grande entusiasmo pela população”.⁹⁰ O espaço urbano belo-horizontino era contraditório por não conseguir cumprir o papel proposto. Letícia Julião afirma que “ao invés de estimular a interação social, seu espaço a constrangia, comprometendo, é claro, sua vida pública”.⁹¹ Os jornais expunham essa vazies do espaço urbano e, segundo eles, a cidade tinha variações no seu ritmo de acordo com a época do ano.⁹²

A população belo-horizontina envolvia-se em uma ou outra atividade, como concertos de bandas no coreto do Parque Municipal, carnaval, peças teatrais e apresentações circenses.⁹³ Os espaços centrais ao ar livre eram, assim, ocupados de maneira a manter “traços de elegância e de civilidade; tais manifestações aproximavam-se das intencionalidades daqueles que projetaram Belo Horizonte”.⁹⁴

Alguns espaços urbanos formavam um “roteiro da vida pública” na capital. O parque, a rua da Bahia e os cinemas representavam elementos de civilidade, modernidade. “A rua da Bahia encarnava a síntese do ambiente cosmopolita. Para ali se convergiam o comércio, o cinema, o burburinho da multidão, o café. Era a artéria por onde circulavam homens e mulheres elegantes, automóveis e bondes”.⁹⁵

A CCNC foi a grande influenciadora das práticas de lazer na capital, principalmente nos primeiros anos. Ela visava a valorizar as práticas europeias, vistas como elegantes e de bom gosto. As companhias circenses e teatrais precisavam de autorização da CCNC para se apresentarem.⁹⁶ Havia um teatro improvisado para a apresentação de diversas companhias. O teatro, construído em setembro de 1895, foi demolido em junho de 1897 pela CCNC por destoar da estética da capital que seria inaugurada.⁹⁷

⁹⁰ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 131.

⁹¹ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 86.

⁹² JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 87.

⁹³ RIBEIRO, 2006, *op. cit.*, p. 132.

⁹⁴ RIBEIRO, 2006, *op. cit.*, p. 132.

⁹⁵ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 90.

⁹⁶ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 79.

⁹⁷ BARRETO, 1995 *apud* RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 80.

Marilita Rodrigues traz a descrição de Avelino Fóscolo à imprensa oficial, na qual sugere a diferenciação do lazer de acordo com a condição social e sua ocupação urbana dentro das zonas da cidade.⁹⁸ Segundo a autora, aqueles que não faziam parte da elite que se formava na capital, “como os trabalhadores da periferia, com dificuldades de se apropriarem dos espaços públicos da cidade e desfrutar as possibilidades criadas para a diversão, foram fazendo da rua e do botequim o espaço para o seu lazer”.⁹⁹

O que se percebe é o fato de a vida social da elite na nova capital acontecer, em grande parte, dentro das residências. Assim, a seletividade do convívio e a manutenção do ciclo social, excluindo classes inferiores, eram garantidas. Sobre essa questão, Raphael Rajão Ribeiro afirma que:

à exceção das celebrações religiosas, aquela população demonstrava não estar disposta a participar intensamente de manifestações coletivas, inclusive, das realizadas em ambientes reservados, as quais mantinham-se apenas enquanto a atração constituía novidade. O tempo livre dos belo-horizontinos tornava-se assim, momento do descanso, a moderna ideia do entretenimento e do lazer alcançava pouca repercussão na cidade.¹⁰⁰

Dessa maneira, as agremiações surgem como possibilidade de convívio social, mantendo a privacidade e a restrição que desejavam. Com seus estatutos, os clubes mantinham esse caráter exclusivista e expressavam tendências por meio de sua diversidade de atuações dentro da área do lazer.¹⁰¹ Assim, “apareceu na cidade acima, dois meses depois de instalada a CCNC, a sua primeira sociedade recreativa – o *Club Recreativo* –, construída pelos membros da Comissão Construtora.”¹⁰² O *Club Recreativo* seria um ambiente de famílias “distinctas” e proporcionaria atividades diversificadas, desde bailes, jogos, teatro e corrida.¹⁰³

A cidade cultivava um modo de vida provinciano,¹⁰⁴ contradizendo o modo de vida operante desejado para a nova cidade. Uma cidade planejada e construída para uma nova sociedade que romperia com o passado e implementaria uma nova civilidade, moderna, com ritmo mais acelerado e uma socialização diferente da existente até então. Um estilo de vida cosmopolita, necessitado de que esses hábitos provincianos fossem deixados de lado.

⁹⁸ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 73.

⁹⁹ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 77.

¹⁰⁰ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 132.

¹⁰¹ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 133.

¹⁰² RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 76.

¹⁰³ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 77.

¹⁰⁴ JULIÃO, *op. cit.*, p. 87.

O projeto civilizatório impunha às elites urbanas se livrarem de suas ‘caipirices’[...]. Isso significava operar uma metamorfose de suas relações sociais aristocráticas e tradicionais para as do tipo burguês, utilitarista e pragmático. A sociabilidade, até então confinada ao núcleo doméstico, deveria deslocar-se para o espaço público, expandir-se pelas ruas, praças, cafés, clubes literários.¹⁰⁵

O *footing* foi uma atividade social que tomou conta da cidade. Ele chegou a ser uma das principais atividades de lazer da capital.¹⁰⁶ Mesmo sendo uma atividade praticada pela elite e pela parte mais baixa da sociedade belo-horizontina, o *footing* acontecia de forma segregada.

Enquanto o lazer da elite era visto como algo civilizatório, dentro de um padrão de vida cosmopolita, a diversão dos que não faziam parte desse grupo seletivo era, muitas vezes, reprimida. A população menos favorecida não conseguia acesso a espetáculos pagos e, como forma de diversão, ocupava as ruas da cidade. Marilita Rodrigues apresenta um recorte de jornal cuja manchete evidencia o controle social dos pobres na nova capital: “violência policial contra alguns indivíduos que estavam ‘tocando sanfona e cantando’, uma ‘inofensiva diversão’, em que soldados da polícia intervêm ordenando passagem”.¹⁰⁷ Segundo a autora, esse tipo de repressão arbitrária era comum nos divertimentos populares. “Qualquer comportamento que insinuasse o ócio era visto como vadiagem.”¹⁰⁸

O lazer era uma prática desejada pelo poder ao planejar uma sociedade moderna. Ao inspirar-se no modo de vida europeu cosmopolita, a nova capital, uma capital para a República, aspirava a espaços de socialização. Porém, a população não estava preparada para esse tipo de mudança. As ocupações urbanas, as vivências das ruas, dos locais de divertimento, foram acontecendo de forma gradual. A civilização moderna que se desejava foi imposta de maneira arbitrária, e a população precisou se adequar ao novo modo de vida proposto.

Em toda essa nova ideologia de uma nova sociedade que surgia com a ruptura do passado colonial e escravocrata, o modo de vida era pensado para uma elite. O lazer não fugia disso. Enquanto a cidade era vivenciada pela elite como espaço de socialização, de exaltação da civilidade; para os mais pobres, ela era vista como espaço de trabalho.

Assim, no lazer, as desigualdades de tratamento entre as diferentes camadas sociais são, também, decorrentes do modelo imposto no projeto da cidade, que, além de delimitar os espaços, exclui aqueles que não eram ‘eleitos’ para usufruir os prazeres que a cidade podia oferecer.¹⁰⁹

¹⁰⁵ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 87-88.

¹⁰⁶ JULIÃO, 1992, *op. cit.*, p. 94.

¹⁰⁷ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 94.

¹⁰⁸ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 94.

¹⁰⁹ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 96.

A camada menos favorecida da sociedade buscava alternativas de ocupação do espaço urbano para seu divertimento. Ela acontecia nas partes periféricas, com festas e frequência em bares, como dito anteriormente, mas também no centro da cidade, espaço elitizado ocupado pelo poder, como a Praça da Liberdade, também já explanado.

Além das áreas destinadas ao convívio social e cultural, a planta da nova capital previu espaços para a prática esportiva. As modalidades esportivas da época, o ciclismo e o turfe, foram contempladas no planejamento de Belo Horizonte, visto que o esporte se encaixava nos moldes da modernidade e da civilidade que se desejava para a nova sociedade que se formava. Marilita Rodrigues afirma que “as práticas sociais também deveriam estar ligadas ao conceito de cidade moderna e de civilização. Exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas se impunham diante da necessidade de ser e de parecer moderno”.¹¹⁰

Os novos ideais republicanos valorizavam o prazer e o cuidado com os corpos. “Educar o corpo e disciplinar hábitos significava integrar o País no perfil de mundo moderno e civilizado.”¹¹¹

A principal diversão na cidade foi, por um tempo, o ciclismo. Com espaço destinado à prática no Parque Municipal, foi um dos engenheiros da CCNC, Dr. Fernando Esquerdo, um dos incentivadores da modalidade, por ser o primeiro a possuir uma bicicleta.¹¹² Foi ele quem fundou o *Velo Club*, em 19 de junho de 1898.¹¹³ Eles realizavam corridas periódicas na pista do Parque.

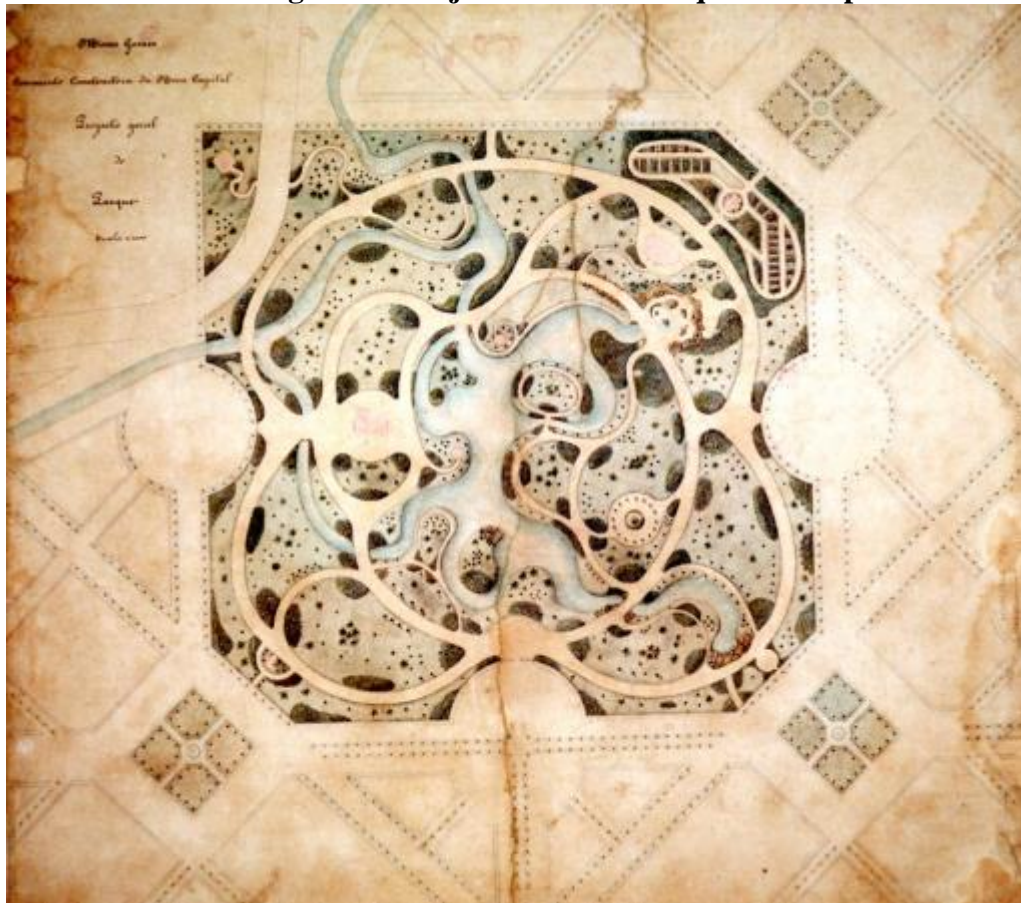
¹¹⁰ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 99.

¹¹¹ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 99.

¹¹² RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 101.

¹¹³ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 105.

Imagem 2 – Projeto Geral do Parque Municipal.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

Marilita Rodrigues afirma que o esporte contribuiu para a agitação e para a ocupação da cidade, mesmo que muitas vezes se restringisse à elite.¹¹⁴ A imagem da cidade moderna, agitada, repleta de pessoas e de carros começa a se mostrar, na capital, também no esporte. Nessa imagem destaca-se a presença da elite da cidade, que nesses eventos poderia expressar seu sentimento de distinção com suas vestimentas elegantes.¹¹⁵

O ciclismo era praticado por mulheres, como observa Abílio Barreto¹¹⁶. Elas o praticavam como lazer, uma ‘prática higiênica e moderna, uma forma de divertimento’,¹¹⁷ mas não figuravam nas competições, apenas nas arquibancadas.

O *Velo Club* era uma das poucas práticas de lazer que movimentavam a cidade. Ele ocupava o espaço do Parque e, com o seu fim, poucos continuaram praticando o ciclismo. O marasmo voltava ao Parque Municipal. O estilo de vida pacato insistia em se contrapor ao novo

¹¹⁴ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 107.

¹¹⁵ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 107.

¹¹⁶ Citado por RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 111.

¹¹⁷ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 111.

modo de vida que tentava ser implementado. O velho e o novo conviviam, criando uma cidade ambígua. Belo Horizonte estava distante de ser uma cidade cosmopolita como se desejava.¹¹⁸

Outra prática esportiva da época era o turfe. Em Belo Horizonte as corridas de cavalo foram realizadas em uma pista improvisada por membros da CCNC. Não houve uma duração significativa de tal acontecimento, mas ao turfe foi reservado um espaço na planta da cidade. O hipódromo estava planejado entre o Barro Preto e Calafate, no entanto não chegou a ser construído. Algumas iniciativas foram se desenhando com o desejo de um local para a realização das corridas de cavalo, mas a Prefeitura e o Estado de Minas Gerais estavam com escassos recursos devido à construção da cidade.¹¹⁹

Uma iniciativa obteve mais sucesso. O coronel João Alfredo de Athayde propôs ao então prefeito Bernardo Monteiro “organizar uma sociedade e construir, no local designado na Planta Geral da capital, um prado de corridas com a capacidade para 4 mil pessoas, tomando como referência para modelo qualquer um dos existentes na Capital Federal”.¹²⁰ O coronel comprometia-se a:

iniciar as obras de construção do prado de corridas e seus acessórios no prazo de oito meses e concluí-las em um ano, a partir da assinatura do contrato, sujeitando-se à fiscalização de engenheiro nomeado pela Prefeitura, o qual daria parecer sobre a segurança e embelezamento antes de sua inauguração. A Prefeitura deveria conceder gratuitamente, sem ônus algum, por vinte anos, a área do terreno para a sua construção, além da isenção absoluta de todos os direitos e impostos, quer fossem relativos às corridas ou a outros festejos que ali se realizassem, quer para o funcionamento de botequins, restaurantes etc. Caberia à Prefeitura, também, fornecer, livre de impostos, a água potável necessária e estender até o Prado a linha de bondes, com a ressalva de que não poderia conceder favores para fins idênticos no mesmo período.¹²¹

O contrato foi assinado, mas a obra não foi concluída por “caducidade do contrato por falta de cumprimento de cláusula nele prevista”.¹²²

Uma nova associação surge, o Prado Mineiro. Foi criada “nos moldes de sociedade anônima”.¹²³ Em 1904, o grupo fez a solicitação da construção do Prado no local reservado no projeto da cidade. A construção do Prado começou em 1906 e, durante toda a construção, só aumentavam as expectativas sobre o novo espaço esportivo.¹²⁴

¹¹⁸ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 115.

¹¹⁹ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 124-125.

¹²⁰ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 125.

¹²¹ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 126.

¹²² RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 128.

¹²³ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 129.

¹²⁴ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 132.

O esporte era entendido como elemento importante em uma sociedade moderna. Ele era capaz de civilizar corpos e promover uma vida saudável. Assim, a Planta Geral da cidade precisava garantir espaços para a prática esportiva dentro do perímetro urbano da nova capital. As modalidades que se tornaram um modismo na época foram prestigiadas no planejamento de Belo Horizonte, as quais eram o turfe e o ciclismo. Mesmo não sendo construído no início, o hipódromo contou com participação do poder público e tornou-se referência para a prática esportiva na capital, assim como o Parque Municipal. Ambos os espaços foram utilizados pelo futebol, como veremos no capítulo seguinte, assim como diversos outros espaços espalhados pela cidade.

CAPÍTULO 2: OS PRIMEIROS ANOS DO FUTEBOL NA CAPITAL MINEIRA

Os centros urbanos são locais de transformação, onde acontecem encontros entre moderno e tradicional, entre antigas e novas instituições. É o local de convivência, de conflitos e de construções e reconstruções dos espaços, das tradições e das práticas sociais e políticas.

Belo Horizonte, que nasceu inspirada em novas tendências urbanísticas mundiais, com uma expectativa de experiência diferenciada, como visto no capítulo anterior, teve no início de sua história particularidades que transformaram a cidade. Seja a apropriação espacial, seja a socialização, seja o projeto de organização política, a capital mineira se reconstruiu com os movimentos e com os novos elementos que foram introduzidos em sua lógica urbana. O futebol foi um desses elementos. Ao chegar oficialmente à cidade em 1904, sete anos após a inauguração oficial de Belo Horizonte, contribuiu para o movimento urbano nas transformações espaciais, nas relações interpessoais e também na vida política da cidade.

O futebol moderno, no formato semelhante ao atual, com organização e regras definidas, surgiu na Inglaterra no século XIX. Porém, jogos e brincadeiras com a bola são milenares e contribuíram para o desenvolvimento da modalidade como é hoje. São várias as práticas corporais resgatadas por estudiosos que possibilitam perceber um embrião do futebol moderno, sejam na China, no Japão ou nos países americanos. Atendo-se à Europa, por ser berço do futebol moderno, destacar-se-ão nesta pesquisa duas modalidades resgatadas por pesquisadores que influenciam na formação do futebol.

Segundo Couto, em 1529, em Florença, Itália, surgiu a manifestação que mais se aproxima do futebol atual. O autor afirma que:

o cálculo florentino foi fruto direto de uma guerra contra Florença, importante centro econômico. Durante o sítio sofrido pela cidade por parte das forças do príncipe de Orange, duas forças políticas florentinas resolveram acabar com uma velha rixa, através de um jogo de bola. De um lado, os partidários de Séglio Antinori; de outro, os de Sante Cantiglione.¹²⁵

A partida passou a ser realizada anualmente e teve regras estabelecidas.

Giulianotti¹²⁶ atribui ao *folk football*, nas ilhas britânicas, a real origem do futebol. Na Irlanda, o *folk football* existia desde a época dos povos celtas. Era uma prática violenta e sem

¹²⁵ COUTO, Euclides de Freitas. **Belo Horizonte e o futebol: integração social e identidades coletivas** (1897-1927). 2003. 142f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão das Cidades. p. 24. 2003.

¹²⁶ GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. p. 248.

regras estabelecidas. Era comum a utilização de ferramentas para a violência, além de conflitos corporais, o que fazia com que ao fim do jogo tivessem muitos feridos e até mesmo mortos.

O jogo tornou-se popular e, em 1297, o rei Eduardo I decidiu proibir a prática devido à violência.¹²⁷ Porém, o *folk football* não deixou de ser praticado e, em 1314, foi novamente proibido, dessa vez pelo rei Eduardo II.

Após a Revolução Industrial, já no século XVIII, a burguesia que ascendia precisava de práticas condizentes com a nova posição e estilo de vida. Nesse momento, os colégios ingleses passaram a adotar a prática do rúgbi e do futebol. Não havia uma padronização das regras do esporte e tal necessidade acabou por ser aumentada. Em 1848, estabeleceu-se um código único em uma conferência em Cambridge, mas o esporte ainda não havia sido oficializado. É em 1863 a fundação de “*The Foot-Ball Association*”, uma federação dos clubes ingleses que começaria a uniformizar regras e procedimentos.¹²⁸

Misturado até então ao rúgbi, muito praticado na Inglaterra, o futebol ganhava com esta associação uma maior autonomia. Mais do que uma padronização, no entanto, buscava-se um meio de controlar a violência das formas pelas quais o jogo era praticado, em especial a entre trabalhadores.¹²⁹

A partir de então, houve a disseminação do esporte e respectivos preceitos pelo país e pela Europa. As regras estabelecidas em 1863 estão, ainda hoje, sob proteção do *International Board* (IB), filiado à FIFA.

A historiografia tradicional atribui a chegada do futebol ao Brasil a algumas figuras centrais, numa tentativa de construir uma visão hegemônica da história, atribuindo à associação clubística a primazia pela introdução do futebol no país. Tomás Mazzoni¹³⁰, um desses cronistas oficiais, aponta que os primeiros acontecimentos futebolísticos datam de 1894, quando Charles Miller retornou da Inglaterra para São Paulo em posse de bolas e regras do novo esporte. Por essa razão, nas narrativas oficiais, Charles Miller recebe o título de “pai do futebol brasileiro”. Porém, obras mais recentes, frutos de pesquisas históricas, tendem a romper com a personificação da primazia futebolística no país. Se o trânsito entre Brasil e Europa era, de certo modo, frequente, trabalhadores e estudantes, entre outros, teriam trazido o novo esporte ao Brasil. Segundo Couto, “as novas vertentes da história mostram que o futebol teria sido difundido a partir de algumas empresas, principalmente inglesas, as quais o utilizavam para a

¹²⁷ AQUINO, 2002 *apud* COUTO, 2003, *op. cit.*

¹²⁸ PAPA, Antonio; PANICO, Guido. 1993 *apud* PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: Uma história social do Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. p. 16.

¹²⁹ PEREIRA, 2000, *op. cit.*, p. 16.

¹³⁰ MAZZONI, 1950 *apud* COUTO, 2003, *op. cit.*

recreação dos seus empregados”.¹³¹ Assim, a historiografia mais recente propende romper com a narrativa da “chegada oficial” do futebol e mostrar a existência da prática anterior a Miller em diversas partes do país. Na medida em que fomentaram a associação clubística aos moldes britânicos, propiciaram as condições, mesmo que incipientes, para a formação de um campo esportivo¹³² em suas cidades.¹³³

Santos Neto¹³⁴ entende que a escrita tradicional de glorificação de personagens como Charles Miller foi influência da elite nacional, que se apropriou da “paternidade” do esporte no Brasil. Segundo ele, desde a década de 1880, colégios brasileiros já tinham em seus currículos a prática do esporte. Jesuítas, que dirigiam os colégios, haviam conhecido o futebol em viagens à Europa para a modernização do ensino e adotaram-no aqui junto a outras mudanças curriculares.

O caráter elitista da geração do esporte no Brasil, que teria nascido somente pelo impulso isolado de alguns grupos abastados que buscavam na Europa as raízes de uma nova cultura e de uma nova civilização para a recém instaurada república brasileira.
135

A prática do novo esporte inglês não acontecia somente em colégios e em clubes de alto escalão. Na década de 1890 e já no início do novo século, o futebol era difundido também entre os funcionários das ferrovias inglesas que se instalaram em diversos pontos do país. Para o autor, o futebol já nasceu múltiplo, diferente da narrativa tradicional que considera a apropriação do futebol como um feito de parte da elite.

Na perspectiva tradicional, com disputas regionais pela paternidade do futebol no país, no Rio de Janeiro, ele chegou oficialmente em 1897, com o desembarque de Oscar Cox na capital nacional. A história seguiu o mesmo fluxo de disseminação do esporte entre as elites

¹³¹ COUTO, 2003, *op. cit.*, p. 28.

¹³² Bourdieu faz uma crítica às teorias macrosociais por entender que elas são insuficientes, já que tendem a se entender como condicionantes do comportamento. Para o autor, a sociedade é constituída por campos sociais formados pelas interações entre os indivíduos. O campo social para Bourdieu é um microcosmo relativamente autônomo, com leis próprias e desigualdades de posses e acesso a bens. O campo social é a coletividade que traz sentido às ações internas.

O campo esportivo é um desses microcosmos. Para Bourdieu, ele é dinâmico e está sempre em interação com outros campos que dão significado ao esporte. Ao se questionar o momento de início do campo esportivo, com suas instituições, agentes e interesses, Bourdieu atribui ao profissionalismo sua consolidação. Para saber mais sobre o assunto, consulte BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.

¹³³ RODRIGUES, Marilita. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, 2006. (Tese de doutorado em História). p. 152.

¹³⁴ SANTOS NETO, José Moraes. **Visão do jogo**: primórdios do futebol no Brasil. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

¹³⁵ PEREIRA, 2000, *op. cit.*, p. 13.

nos clubes requintados da cidade. Oscar Cox, assim como Miller, teve papel importante na oficialização da chegada do esporte bretão aqui no Brasil, com a fundação de clubes de futebol.

Não que ele tivesse, de fato, introduzido o jogo de bola na cidade. [...] mesmo antes de sua temporada na Europa, o futebol já era conhecido no Rio de Janeiro – não só nos clubes formados por ingleses, onde era praticado há mais tempo, mas também nas exibições de marinheiros estrangeiros na região do cais do porto ou em sua prática esporádica em colégios elegantes.¹³⁶

Para Leonardo Pereira¹³⁷, a diferença é que na bagagem, além do jogo e da bola, que já eram presentes no Rio de Janeiro, Cox trouxe as regras que eram aplicadas na Inglaterra e que já haviam começado a se difundir pela Europa.

2.1. O futebol chega a Belo Horizonte

A história do futebol em Belo Horizonte confunde-se com a história da própria cidade. A difusão do esporte britânico aliou-se aos mecanismos civilizatórios instituídos na nova capital sob a égide do discurso modernizador republicano brasileiro. A idealização e a construção de uma nova capital para o Estado de Minas Gerais seguiram postulados racionalistas inscritos em um amplo projeto de modernidade adotado pelos países periféricos.¹³⁸

Apenas sete anos depois da inauguração da cidade, o futebol chegou a Belo Horizonte. Ele foi “um dos primeiros esportes a aparecer na cidade por iniciativa de seus habitantes e a despertar gradativamente interesse na população”.¹³⁹ Segundo notas cronológicas de Octavio Penna, a data que se tornou um marco para a introdução do futebol na capital foi 03 de maio de 1904, quando ocorreu “o primeiro ensaio no Parque”¹⁴⁰, onde, hoje, se localiza o Teatro Francisco Nunes. Assim como em São Paulo e Rio de Janeiro, a narrativa tradicional atribui a responsabilidade e a glória da chegada do futebol a uma figura central, no caso, Victor Serpa, um carioca de família abastada que estudou na Europa e retornou ao Brasil com a novidade esportiva.

¹³⁶ PEREIRA, 2000, *op. cit.*, p. 11.

¹³⁷ PEREIRA, 2000, *op. cit.*

¹³⁸ CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. **JK desperta BH (1940-1945):** a capital mineira na trilha da modernização. São Paulo: Annablume, 2009. Cap. 3. p. 154-186.

¹³⁹ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 151.

¹⁴⁰ PENNA *apud* RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 151.

Segundo Barreto¹⁴¹, a novidade trazida por Serpa logo se popularizou na cidade e, no mesmo ano, 1904, Victor Serpa e alguns amigos fundaram o primeiro clube futebolístico de Belo Horizonte, o *Sport Club Football*. Os fundadores pertenciam à elite branca belo-horizontina, isto é, acadêmicos, funcionários e comerciantes.¹⁴²

Em um campo improvisado, situado entre a rua Sapucaí e a antiga estação Central, aconteceram os primeiros ensaios com a bola em Belo Horizonte. Participavam dos treinos os amigos de Victor Serpa e alguns poucos ligados a eles. Aproximadamente três meses depois da sua fundação, foi que o *Sport* realizou a sua primeira partida oficial.¹⁴³

Segundo o autor, o local já recebia partidas antes, porém a referida acima foi a primeira a atrair o interesse da imprensa, no dia 03 de outubro de 1904, o que transformou a data em um marco inicial do futebol na capital mineira.

Em pouco tempo, mais clubes foram fundados na cidade por estudantes. Segundo Couto:

Foram fundados em Belo Horizonte mais dois clubes: o *Plínio F. C.*, composto em sua maioria por estudantes de direito e o *Club Athletico Mineiro* (não sendo este o que deu origem ao atual Clube Atlético Mineiro), formado por alunos do Ginásio Mineiro. Ainda em 1904, com grande número de jogadores, o *Sport Club* se dividiu em dois times, o *Vespúcio* e o *Colombo*. O *Athletico* seguiu o mesmo caminho, formando uma equipe com o primeiro nome e uma segunda denominada *Mineiro*. Foi, então, que se fundou a primeira liga de futebol em Belo Horizonte, composta por três clubes e cinco *teams*.¹⁴⁴ Foi organizado também o primeiro campeonato.¹⁴⁵

Marilita Rodrigues destaca trechos de jornais locais que anunciavam a criação de novos clubes. O *Plínio Foot-ball Club* deu-se em uma “reunião realizada no Externato do Ginásio Mineiro, localizado na rua da Bahia, no dia 02 de outubro de 1904, mesmo dia em que foi realizado o primeiro jogo do *Sport Club*”.¹⁴⁶ Em 19 de outubro, o jornal *Geraes* informou a fundação do *Mineiro Foot-ball Club*. Victor Serpa assumiria também a presidência do *Athletico Mineiro Foot-ball Club*, o que indicava a importância de Serpa para a propagação do futebol por Belo Horizonte.

¹⁴¹ BARRETO, Plínio. **De Palestra a Cruzeiro, uma trajetória de glórias**. Belo Horizonte: (s/n). 2000.

¹⁴² RODRIGUES. 2006, *op. cit.*, p. 155.

¹⁴³ COUTO, 2003, *op. cit.*, p. 40.

¹⁴⁴ Naquela época era comum que os clubes possuíssem diversos *teams*, sendo o primeiro formado por atletas mais qualificados e, nos outros quadros, jogavam os que hoje conhecemos como reservas. Um clube inscrevia vários *teams* para as competições.

¹⁴⁵ COUTO, 2003, *op. cit.*, p. 41.

¹⁴⁶ RODRIGUES. 2006, *op. cit.*, p. 161.

Victor Serpa falece no Rio de Janeiro em 1905, de forma precoce, devido a uma gripe. O *Athletico*, em homenagem a ele, decretou oito dias de luto e mudou seu nome para *Viserpa-foot-ball Club*¹⁴⁷. A cidade continuou a vivenciar o futebol, inclusive com o aparecimento de novos clubes, como *Brasil Foot-ball Club*, *José de Alencar Foot-ball Club*, *Esperança Foot-ball Club* e *Estrada Foot-ball Club*.

Após o falecimento de Victor Serpa, o futebol teve um declínio em relação à efervescência daqueles primeiros anos. Como mostra Raphael Ribeiro, o campeonato do ano anterior ao falecimento de Serpa não se encerrou. No segundo semestre de 1905, apenas um jogo intermunicipal parece ter movimentado a cidade.¹⁴⁸ Entre 1906 e 1907, houve uma ausência quase total de notícias relacionadas ao futebol nos jornais locais.¹⁴⁹

Mesmo com as relações de diretores com veículos de imprensa, como o presidente do *Viserpa*, que fazia parte da comissão redatora do jornal *A Epocha*, o que se percebe é que as notícias sobre o futebol se tornaram escassas no noticiário local provavelmente devido à ausência dos jogos. Em uma das raras vezes que o futebol foi noticiado, a coluna informava sobre a abertura do campo do *Viserpa*, em 1905: “entre as ruas Parahyba e Pernambuco, em excelente situação, foi aberto o campo em que o *Viserpa Foot-ball Club* fará d’agora em diante os seus exercícios.”¹⁵⁰ Houve também a notificação da fusão entre *Viserpa* e *Sport*, tornando-se *Viserpa Sport Club*, em 06 de setembro do mesmo ano.¹⁵¹

Entre 1906 e 1907, as atenções se voltavam para o Prado Mineiro onde o turfe,¹⁵² esporte recém-chegado na cidade, ganhava protagonismo na imprensa local e, assim, assumia o lugar que ocupava o futebol.

Depois da “fase de declínio”, o futebol voltou a ser abordado pela imprensa local, em 1908, quando houve a criação de novos clubes. O futebol belo-horizontino parece respirar nesse momento, e a cidade passa a ser ocupada pela prática da modalidade.

O *football*, com a realização de partidas “oficiais”, pode, nos anos anteriores, ter sumido das manchetes dos jornais, mas sua prática no cotidiano da capital, em suas ruas empoeiradas, parece não ter desaparecido. O uso desses espaços pode ser visto, como afirma Lucrecia Ferrara, não moldado a normas, estatutos ou códigos, mas como

¹⁴⁷ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*

¹⁴⁸ RIBEIRO, Raphael R. 2007. **A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Dissertação (Mestrado em História) – Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 57.

¹⁴⁹ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 165.

¹⁵⁰ A EPOCHA *apud* RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 164.

¹⁵¹ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*

¹⁵² RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 165.

uma “fala” subversiva e marginal, pela maneira como preenchia o espaço urbano de significados inusitados.¹⁵³

Em 25 de março de 1908, o Atlético foi fundado, o mais velho entre os clubes ainda existentes em Belo Horizonte. Segundo Couto,¹⁵⁴ isso aconteceu em um momento em que Belo Horizonte tinha pouco mais de 25 mil habitantes e em que as reuniões para “peladas” nas proximidades do Parque Municipal se tornavam mais frequentes. Foi em 22 de março de 1908, em uma conversa no coreto do Parque – comum após os jogos – que surgiu a ideia de fundação de um clube. Três dias depois, em 25 de março, 22 rapazes de famílias tradicionais mineiras, filhos de médicos, advogados e altos funcionários públicos, fundaram o *Athletico Mineiro Football Club*, que posteriormente, em 1913, passou a se chamar *Club Athletico Mineiro*.¹⁵⁵

Em sua edição dos dias 19 e 20 de março, o *Diário de Notícias* informava da criação do *Sport Club Mineiro*, que propunha diversão por meio de variados esportes, entre eles, o futebol.¹⁵⁶ A primeira partida interestadual realizada em Belo Horizonte foi entre o *Sport Club* e o *Riachuelo Football Club*. O jogo foi realizado no campo do *Sport*, no Parque Municipal, no dia 12 de setembro de 1910.¹⁵⁷

O porão da casa de um dos fundadores funcionava como a sede do clube, na rua Goiaz, nos fundos do Palácio da Justiça. As dificuldades em conseguir materiais adequados para a prática do futebol pelos integrantes do time eram muitas. Um dos fundadores, Ninico Antunes, mantinha uma relação comercial com um amigo na França, para onde enviava besouros e pelos quais era pago. Ele, então, solicitou que seu pagamento pelos animais enviados fosse feito com o envio de uma bola de futebol.¹⁵⁸

Segundo o *site* institucional do clube, o primeiro desafio do Atlético foi contra o *Sport Club*.

Na comemoração de seu primeiro aniversário, o Atlético também realizou a sua primeira partida oficial, vencendo o *Sport Club* por 3 a 0, sendo o primeiro gol marcado por Anibal Machado, no dia 21 de março de 1909. O adversário pediu a revanche, que aconteceu no domingo seguinte, com nova vitória atleticana por 2 a 0. Inconformados ainda por não conseguir vencer os alvinegros, o *Sport Club* exigiu outra partida que foi marcada para o dia 21 de abril. Resultado: 4 a 0 para o Atlético. Seria o fim da trajetória de cinco anos do primeiro clube de futebol belo-horizontino. Entretanto, o amadorismo daquela época permitiu que vários jogadores do então extinto *Sport Club*, ingressassem nos quadros do Atlético.¹⁵⁹

¹⁵³ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 170.

¹⁵⁴ COUTO, 2003, *op. cit.*

¹⁵⁵ A partir daqui nos referiremos a ele como Atlético.

¹⁵⁶ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 166.

¹⁵⁷ PENNA, 1997 *apud* RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 170.

¹⁵⁸ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 171.

¹⁵⁹ COUTO, 2003, *op. cit.*, p. 44-45.

O *Sport* tinha grande visibilidade na imprensa, por ser um clube formado por homens influentes, representantes da elite local. O Atlético, mesmo sendo oriundo da camada alta da sociedade, não teve a mesma visibilidade, por ser formado por garotos. Com o passar dos anos, percebe-se que há uma movimentação nas relações entre integrantes do clube e governantes, permitindo que o Atlético conseguisse alguns benefícios, como terrenos – mostrar-se-á mais à frente – e, assim, o clube consegue maior exposição nas colunas esportivas.¹⁶⁰

Na história do Atlético, um dos aspectos que se destacam é o pioneirismo. O Estádio Antônio Carlos, inaugurado em 1929, foi o primeiro no estado de Minas Gerais a receber iluminação para jogos noturnos:

A partida foi disputada no estádio Antônio Carlos, que havia sido inaugurado em 30 de maio daquele ano e foi um dos primeiros do Brasil a instalar refletores. O jogo de inauguração do estádio, também conhecido como Estádio de Lourdes, foi contra o Corinthians, e o Galo venceu por 4 a 2, gols de Mário de Castro (3) e Said. Em 17 de agosto do ano seguinte, o estádio recebeu a visita do então presidente da Fifa, Jules Rimet, que acompanhou, pela primeira vez, um jogo noturno.¹⁶¹

Além disso, no mesmo ano de 1929, o clube alvinegro foi o primeiro a sediar uma partida internacional em Minas Gerais. Na oportunidade, venceu a equipe do Victória de Setúbal, o então campeão português, pelo placar de 3 a 1.

Raphael Rajão Ribeiro destaca continuidades entre as fases que o futebol viveu em Belo Horizonte – surgimento e primeiros anos, depois uma decadência e, em seguida, o crescimento. A primeira fase do esporte bretão na capital, por mais que tenha sido curta e se perdido por um momento de desaparecimento, deixou um legado para a constituição do *campo esportivo* belo-horizontino.

Ainda que *Athletico* ou *Athletic* e *Sport Club* fossem nomes bastante comuns entre as associações futebolísticas de diversas partes do Brasil, não é possível deixar de perceber em tais denominações referências às antigas agremiações da cidade. Nesse sentido, um elo de continuidade procurava ser construído. E de certa maneira, a aproximação entre as fases, que são separadas por menos de dois anos, é patente. [...]

Várias permanências podiam ser percebidas. Os grupos socioeconômicos participantes do futebol não se mostravam diversos dos daquele momento primordial, havendo inclusive remanescentes [...] Na segunda fase, contudo, verificou-se a maior predominância dos estudantes acadêmicos e ginasiais, em detrimento dos “homens

¹⁶⁰ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p.172.

¹⁶¹ CLUBE ATLÉTICO MINEIRO. *Site institucional*. s/d. Disponível em: <www.atletico.com.br>. Acesso em: 15 de out. 2019.

feitos”. As caracterizações legitimadoras do esporte evocadas durante o retorno também apresentavam grande similaridade com aquelas do passado.¹⁶²

Nos anos iniciais da nova fase do futebol na capital mineira, vários clubes foram fundados. O surgimento dessas agremiações mostra a efervescência do esporte na cidade e o interesse crescente da população na prática do futebol. Muitos desses clubes não tiveram uma vida duradoura, outros não conseguiram se destacar na imprensa local.

Dentre tais associações, várias podem ser citadas, como, por exemplo, o *Gymnasio Football Club*, entidade, fundada em 1909, que se utilizava das dependências do Ginásio Mineiro para realizar suas assembleias. Era formada por garotos, seguindo tendência que se consolidou no retorno daquele esporte à cidade. No mesmo ano, há notícias sobre o surgimento do *Republicano Football Club* e do *Horizontino Football Club* que, nos meses de julho e de agosto, respectivamente, já anunciavam treinos entre seus membros. Em 1910, apareceram o *America Football Club*, grêmio que parece ter tido curta duração, e do *Dom Viçoso Football Club*, formado por alunos da escola de mesmo nome.

No ano seguinte, os periódicos noticiaram o aparecimento de outros clubes como o *Minas Geraes*, que já naquele ano enfrentou o *Athletico Mineiro*, e o *Horizontino Football Club*, esse último, homônimo de uma associação anterior. Criado em 1912, destaca-se ainda o *Palmeiras Football Club* que, no mês de dezembro, realizou partida contra o *Athletico*.¹⁶³

Outro clube que surge naquele momento de retorno do futebol belo-horizontino é o *Yale Athletic Club*,¹⁶⁴ que em 1910 é anunciado na imprensa.¹⁶⁵ O clube, diferente dos anteriormente fundados, era formado por membros vindos da classe trabalhadora de Belo Horizonte. Eles faziam parte da classe operária e de funcionários de comércios locais, enquanto *Sport* e Atlético, por exemplo, tinham origens nas classes mais altas, formados por funcionários públicos, comerciantes e profissionais liberais, ou seus filhos.¹⁶⁶

O América nasceu em 1912, a partir da reunião de amigos que disputavam partidas na rua da Bahia, de forma bem parecida com a fundação do Atlético. A idade dos fundadores diferenciava os dois clubes. Enquanto os rapazes que criaram o Atlético tinham idade acima dos dezoito anos, os fundadores do América não passavam dos treze anos. A fundação aconteceu em uma reunião na casa do então Secretário da Agricultura de Minas Gerais, Dr. José Gonçalves, pai de um dos garotos. Segundo *site* institucional do clube, o nome foi decidido por sorteio, assim como as cores verde e branca – a preta foi incorporada no ano seguinte à

¹⁶² RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 63.

¹⁶³ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 65.

¹⁶⁴ A partir daqui nos referiremos como Yale.

¹⁶⁵ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 66.

¹⁶⁶ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 67.

fundação, em 1913, em homenagem ao Atlético.¹⁶⁷ A primeira diretoria do clube foi determinada em uma reunião no porão da casa de Dr. José Gonçalves, que também foi um dos fundadores do *Sport Club*.

O nome, ao contrário do que possa parecer, não tem relação com o América do Rio de Janeiro. Apesar de alguns fundadores do time mineiro serem torcedores do irmão carioca, o nome se devia à admiração que a maior parte dos fundadores possuíam pelos Estados Unidos da América.¹⁶⁸ Seu primeiro estatuto proibia o ingresso de maiores de quatorze anos.

Em seus primeiros anos, o time passou por dificuldades financeiras, mesmo sendo formado por garotos da elite belo-horizontina. Além disso, a baixa média de idade dos integrantes impedia a disputa com vários clubes da capital. A solução apareceu em 1913, quando o time *Minas Geraes*, que tinha como presidente o prefeito Olinto Meireles, fundiu-se ao América. Foi preciso alterar o estatuto para que adultos fossem aceitos no clube.

Também em setembro de 1913, após uma dissidência no Atlético, vários jogadores do clube transferiram-se¹⁶⁹ para o América. [...] A partir daí o alviverde passou a se tornar um time de ‘responsabilidade’, começando a disputar as ‘pelejas’ em pé de igualdade contra outras equipes.¹⁷⁰

Foi em 1926 que se iniciou a fase chamada de “amadorismo marrom”. Esse foi um momento que antecedeu o profissionalismo, em que os clubes burlavam regras do amadorismo e concediam benefícios a alguns atletas de destaque dos clubes.¹⁷¹

O período compreendido entre 1926 e 1933 foi considerado a transição entre o amadorismo e o profissionalismo no futebol mineiro. Clubes como o Atlético e o *Palestra Itália*, apesar de não declararem o pagamento de salários aos jogadores, ofereciam-lhes atrativos, como pagamento de estudos, alojamento e outras formas de benefícios, empregos em cargos públicos e estabelecimentos comerciais. Em muitos casos também havia aqueles que recebiam pagamento.¹⁷²

Atlético e América já haviam conquistado seus espaços no cenário esportivo da capital mineira, travando batalhas emocionantes e esperadas pelo público e mídia quando o último dos

¹⁶⁷ OLIVEIRA, Carlos Eduardo Paiva de. **Enciclopédia do América MG**: Bahia com Timbiras, onde nasceu uma paixão: a história do América Futebol Clube, de Belo Horizonte. Ed. Especial do centenário 1912-2012. Belo Horizonte, MG: Alicerce, 2012.

¹⁶⁸ Os garotos fundadores do time estudavam no “*Gymnasium Anglo-Mineiro*”, um colégio americano onde as aulas eram ministradas em inglês e seus professores eram em maioria norte-americanos. Os rapazes sugeriram o nome em razão da admiração às histórias contadas pelos educadores. OLIVEIRA, 2012, *op. cit.*

¹⁶⁹ “O termo aqui empregado denota uma situação totalmente diferente das atuais ‘transferências’ no futebol, uma vez que o amadorismo da época permitia a livre troca de clube para os jogadores sem nenhum ônus para ambas as partes.” COUTO, 2003, *op. cit.*, p. 47.

¹⁷⁰ COUTO, 2003, *op. cit.*, p. 47.

¹⁷¹ Veremos mais sobre o amadorismo marrom no capítulo seguinte.

¹⁷² COUTO, 2003, *op. cit.*, p. 48-49.

grandes times nasceu. A fundação de um time já era desejo da grande comunidade italiana residente em Belo Horizonte. Muitos já jogavam em outros clubes da capital, como Yale, *Sete de Setembro*, e até mesmo o Atlético. “Segundo Salim Salum, os jogadores da colônia italiana, esporadicamente, licenciavam-se dos seus clubes para disputarem partidas pelo selecionado que se denominava *Scratch Italiano*”,¹⁷³ o que traduzia a vontade da colônia italiana em montar um time próprio. O autor ainda lembra da existência, nesse período, de clubes de colônias de imigrantes na cidade, como o *Luzitano* e o *Sirio*, que não tinham grande expressão, mas que representavam as comunidades portuguesa e árabe, respectivamente, no futebol belo-horizontino.

A colônia italiana conseguiu inspiração para a fundação de seu time em São Paulo, onde, desde 1914, havia uma agremiação de italianos, assim como desejado pelos residentes em Minas Gerais. Era o *Società Sportiva Palestra Itália*, atual *Sociedade Esportiva Palmeiras*.¹⁷⁴ O estatuto do time paulista era bem definido quanto aos seus objetivos, e uma das entrevistas a Couto mostra que tinha caráter excludente ao definir que o elenco do time só poderia ser composto por italianos e descendentes. Assim,

na época da criação do *Palestra*, fundadores do clube mandaram um pedido a São Paulo, para que os italianos enviassem uma cópia do estatuto do clube. Eles então enviaram-na e os fundadores do clube mineiro fizeram uma cópia fidelíssima, pois copiaram até o nome.¹⁷⁵

Existem algumas divergências entre os historiadores quanto à fundação do *Società Sportiva Palestra Itália*.¹⁷⁶ A princípio, entendia-se que seu surgimento derivava do Yale. A própria diretoria do clube disseminou essa ideia, tornando-a oficial. Porém, estudos mais recentes mostram que alguns jogadores do Yale foram responsáveis pela reunião de italianos para a fundação do Palestra Itália, após uma briga no time de ingleses. Eles procuraram jogadores de origem italiana em outros times com a intenção de fundar um que representasse a comunidade italiana e, como esse sonho já era antigo entre a colônia italiana em Belo Horizonte, surgiu o Palestra Itália.

2.2. Estruturação do futebol belo-horizontino

¹⁷³ COUTO, 2003, *op. cit.*, p. 50.

¹⁷⁴ Os clubes de origem italiana, tanto o paulista quanto o mineiro, mudam nome, escudo e cor em 1942, quando o Brasil declarou apoio aos Aliados e guerra ao Eixo, durante a 2ª Guerra Mundial.

¹⁷⁵ RIBEIRO apud COUTO, 2003, *op. cit.*, p. 51 – Carlos Henrique Miranda Ribeiro concedeu entrevista a Euclides Couto como colaboração para a elaboração da dissertação do último.

¹⁷⁶ A partir daqui nos referiremos como Palestra Itália.

O surgimento dos primeiros clubes marca o início do esporte bretão na capital. Após a fundação e a divisão de alguns deles, ainda em 1904, tentou-se a estruturação de um primeiro campeonato na cidade. O torneio contou com a participação de *Vespúcio, Mineiro, Plínio, Athletico* e *Colombo*.¹⁷⁷ Naquele ano, a quantidade de chuvas que atingiu a região impediu a conclusão da competição.

Em sua primeira fase, o futebol belo-horizontino experimentou, ainda que de forma incipiente, algumas tentativas de organização. Porém, com a morte de Victor Serpa em 1905 e com a vida efêmera dos clubes recém-fundados, o esporte parece ter se arrefecido na cidade entre os anos de 1905 e 1907.

Em 1908, quando o futebol retornou às páginas jornalísticas, os novos clubes fundados adotavam cuidados necessários para a manutenção do esporte. É nesse momento que agremiações importantes para a consolidação do futebol aparecem na cidade, com uma melhor estruturação e regularidade das atividades. Um exemplo é a inauguração da sede social do *Sport Club*, na av. Liberdade, atual av. João Pinheiro.¹⁷⁸ O Atlético, em 1911, já se mostrava organizado, com um crescimento dos seus adeptos. Era dividido em “quatro times, totalizando 53 jogadores, que dividiam o espaço em diferentes dias da semana: duas equipes jogavam às terças, sextas e domingos, e, as outras duas, às segundas, quartas e sábados”.¹⁷⁹

Com o retorno do futebol à cidade, vários clubes começam a surgir, muitos com duração curta, outros que não se tornaram expressivos. O importante é perceber uma efervescência do futebol nessa segunda fase, com o aumento do interesse por tal esporte. É também nesse momento que houve o aumento do número de jogos realizados na cidade. A partir da década de 1910, com o aparecimento de novos clubes e como aumento do interesse da mídia (muitas vezes por laços pessoais com tais clubes), as partidas realizadas na capital se disseminaram. Os jornais noticiavam os jogos, como escreve Marilita Rodrigues:

O *Diário da Tarde* anunciou um jogo do *Athletico Mineiro versus Horizontino Football Club*, em junho de 1910. O *Estado de Minas*, na sua edição de 04 de maio de 1912, trazia um comunicado do secretário do *Minas Gerais Football Club* anunciando que o clube realizaria uma temporada de exercício em seu novo *field*, na avenida Paraopeba, e a edição de 25 de outubro do mesmo ano anunciava uma assembleia geral nas saldas da Escola de Engenharia convocando seus associados. A *Tribuna*, em 4 abril de 1913, noticia uma partida entre *Florestano versus Guanabara*. E o jornal *A Tarde*, em 30 de junho de 1913, cita uma reunião, na União Espírita Mineira, da associação *Sport Academico Club*, que havia eleito sua diretoria na ocasião. Esse período foi realmente marcado por um grande interesse esportivo na

¹⁷⁷ COUTO, 2003, *op. cit.*, p. 41.

¹⁷⁸ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 65-66.

¹⁷⁹ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 249.

cidade, não só com a criação de clubes de futebol, mas com o aparecimento de diferentes práticas esportivas, como apresentado anteriormente.¹⁸⁰

O cenário futebolístico da capital mineira começa a se consolidar. Diversidade de times fundados, aumento e regularidade de jogos e, com tudo isso, o crescimento do público também é notado. A figura do espectador multiplica-se, e a partida de futebol começa a ser vista como um evento social. É interessante que, conquanto não houvesse uma organização de competições e de torneios, o futebol conseguia chamar a atenção da população.

Os arredores dos campos em dias de *match* eram tomados pela presença dos *sportsmen*, assim como senhoras e senhoritas. Com o interesse demonstrado pela elite belo-horizontina nos jogos, a “classe política” também passa a dar mais atenção à modalidade. E, se as relações entre o futebol e política pública ainda eram incipientes, é nesse momento que ela começa a ganhar contornos mais nítidos:

Em um “*match* inter estadual de *foot-ball*”, realizado no Parque (espaço emblemático de práticas da elite), a nota do periódico apontava a presença de representantes da classe política mineira: O Bello festival correu animadíssimo, tendo atraído ao *ground* do “*Sport Club* Bello Horizonte” grande número de famílias e cavalheiros da nossa melhor sociedade, entre os quaes os srs. dr. Bueno Brandão Filho, official de gabinete, e capitão Joviano de Mello, ajudante de ordens, interino da Presidência, representando o exmo. sr. Bueno Brandão. A lucta travou-se entre o “*Sport Club* de Bello Horizonte” e o “*Riachuelo F. C.*”, do Rio, que sahiu vencedor. Os bravos rapazes receberam innumerous applausos das pessoas presentes, mostrando-se gratos pelas gentilezas que lhes foram dispensadas pela nossa sociedade.¹⁸¹

Percebe-se que as primeiras notas de imprensa sobre o futebol foram dadas por uma relação pessoal entre os editores/diretores/jornalistas e os fundadores dos clubes e suas famílias. Por serem famílias bem posicionadas no contexto social, tais facilidades eram conseguidas. Mas a imprensa não demonstrava grande interesse no que não parecia ser algo de grande expressão. Com o tempo, o futebol foi desenvolvendo-se na cidade, multiplicando-se, chamando a atenção da população e, principalmente, da “classe política”, e, por conseguinte, fez o jornalismo interessar-se também pelo assunto. O futebol e a mídia esportiva desenvolviam-se juntos. Os jogos enchiam de público, criavam rivalidades e a imprensa passava a noticiar o futebol pelo interesse da população, e não só pelas relações pessoais do início. Sobre isso, Raphael Rajão Ribeiro escreve:

¹⁸⁰ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 250.

¹⁸¹ MINAS GERAES, 1910 *apud* SANTOS NETO, 2002, *op. cit.*, p. 30.

Ao longo dos cinco anos posteriores ao retorno do futebol a Belo Horizonte, uma considerável intensificação das atividades das agremiações pôde ser percebida, inclusive com o desenvolvimento de importantes elementos para a consolidação desse gênero de divertimento, como, por exemplo, espaços esportivos, público assistente e comprometido grupo de praticantes. Se o assunto era, a princípio, tratado pela imprensa local em colunas esporádicas ou em seções dedicadas a temas mais amplos, como era o caso do *Minas Geraes*, que veiculava notícias sobre o tópico na parte intitulada Festas e Diversões, com o crescimento daquela modalidade, a situação se alterou.¹⁸²

O interesse da população por tal esporte era fundamental para a sua continuidade. Os jogos de futebol contavam com o apelo do público, sempre crescente, motivados pela mídia, numa relação de influência mútua. Quanto mais a mídia noticiava sobre as partidas, mais o público aderira, e, quanto mais interesse da população no esporte bretão, mais a mídia abria espaço para as informações futebolísticas. Jogos intermunicipais contra equipes de Ouro Preto e Nova Lima, por exemplo, motivavam a movimentação em torno do futebol na capital.

O crescimento do interesse pelo futebol, o aumento do número de partidas realizadas, a quantidade de clubes formados e a consolidação de alguns deles fizeram com que surgisse o debate sobre qual seria o melhor time da cidade. Atlético e América lideravam o favoritismo, mas, até então, não existiam critérios para consolidar uma resposta, visto que, com a falta de organização, a quantidade de jogos disputados pelos dois times era diferente, por exemplo.

Através das páginas da revista *Vita*, em texto publicado no início de 1914, os sócios da segunda entidade [América] demonstravam seu descontentamento com o artigo da edição anterior que apontava o primeiro [Atlético] como a mais organizada agremiação de Belo Horizonte. Evocando os resultados de 1913, os membros do time de garotos, que contando com a ajuda de figuras proeminentes vinha construindo uma base sólida, procuravam se afirmar como os mais competentes tecnicamente. A falta, contudo, de critérios objetivos, haja vista a disparidade no número de jogos que envolviam diferentes quadros, impedia conclusão definitiva.¹⁸³

O debate progrediu para a organização da primeira competição da cidade. Em 1914 foi realizada a Taça Bueno Brandão. Apenas três clubes participaram dela: Yale, América e Atlético; este último se consagrou campeão. Os jogos foram disputados no Prado Mineiro com grande presença de público. Foi com esse torneio que o Prado Mineiro foi apropriado definitivamente¹⁸⁴ para a prática do futebol.

A Taça Bueno Brandão foi mais uma demonstração da relação política com o futebol. Seu nome fazia referência a Júlio Bueno Brandão, então presidente do estado de Minas Gerais. A competição, que só contou com três clubes participantes, demonstrava que já havia uma

¹⁸² RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 70.

¹⁸³ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 74.

¹⁸⁴ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 74.

segregação entre as agremiações de Belo Horizonte. Atlético, América e Yale eram, naquele momento, as equipes mais bem estruturadas em termos de organização. Além disso, a imprensa local divulgava a competição por toda a cidade, o que influenciava na popularização tanto do futebol quanto do presidente do estado.

A relação entre Bueno Brandão e o futebol já era consolidada antes mesmo da realização da disputa da Taça. Um de seus filhos, Francisco Bueno Brandão, era sócio do América desde a sua fundação. A primeira bola do time foi comprada com dinheiro dado pelo então presidente do estado de Minas Gerais.¹⁸⁵

Como a disputa da Taça Bueno Brandão movimentou a cidade, conseguindo atrair grande público, o futebol começava a mostrar uma organização incipiente, muito diferente do contexto anterior, em seu princípio. O próximo passo era o desenvolvimento da organização do futebol, com maior regularidade de competições.

Ao final de 1914, Belo Horizonte, no que dizia respeito ao esporte, apresentava contexto bem diverso daquele de dez anos atrás. Se por um lado o futebol dava mostras de que alcançara bom nível de organização, especialmente com entidades como o América, o Atlético e o Yale, por outro, a população local também demonstrava estar bem mais habituada e, até mesmo, interessada nas práticas atléticas.¹⁸⁶

É nesse momento que os membros de Atlético, América, Yale e *Club Sports Hygienicos* fundaram a Liga Mineira de *Sports Athleticos* (LMSA). Representantes dos quatro clubes formavam a organização da LMSA, que iniciou seu primeiro campeonato em abril daquele ano. A organização da competição fez com que a animação e o sentimento de rivalidade comesçassem a aflorar entre os *sportsmen* da capital. “Até aquele momento, os *sportsmen* não tinham uma rivalidade e uma paixão pelo time, o qual parecia não ter tanta importância diante da possibilidade da prática esportiva.”¹⁸⁷

A criação da LMSA significou a organização e modernização do futebol belo-horizontino. É o início de uma regularidade de competições e uma nova forma de estruturação das instituições direcionadas ao futebol. A periodicidade de disputas de taça permitiu um maior crescimento do esporte bretão em terras mineiras, com envolvimento e desejo dos clubes na conquista das taças.

O primeiro campeonato, de 1915, foi disputado por Atlético, América, Yale, *Hygienicos* e *Cristovão Colombo*. As partidas foram realizadas entre julho e outubro, e o Atlético sagrou-

¹⁸⁵ Arquivo Abílio Barreto.

¹⁸⁶ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 78.

¹⁸⁷ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 260.

se campeão. Nos anos seguintes, a liga foi vencida pelo América, que teve uma sequência de vitórias, tornando-se decacampeão estadual. O América é, até hoje, o único, decacampeão mineiro. De acordo com o clube, em sua página institucional na internet, o América foi o primeiro time decacampeão do mundo, rendendo registro no *Guinness Book*.

Com a visibilidade da competição de 1915, mais clubes se associavam a LMSA e, conseqüentemente, os campeonatos seguintes contaram com maior número de participantes. A temporada futebolística da capital mineira passou a se constituir com a disputa do Campeonato Mineiro e de jogos amistosos que aconteciam de forma isolada. Isso significava uma constante nas disputas, uma consolidação de um calendário e uma garantia de atividades constantes dos clubes. Tudo isso acabou incentivando a fundação de novos clubes e o crescente interesse midiático com a criação de colunas esportivas regulares.¹⁸⁸

Muitos problemas apareceram ao longo do tempo entre os clubes e a entidade. O América foi um dos associados que se desentendeu ao solicitar uma autorização para um amistoso contra o Flamengo, a qual foi negada pelo presidente da LMSA, Celio de Castro.¹⁸⁹ Com isso, o clube recorreu a um integrante da direção da Liga, mas que não tinha poderio para tal decisão.

O clube desligou-se da entidade, assim como o *Sete de Setembro*, e a situação só foi solucionada com a interferência da recém-criada Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Fundou-se a Liga Mineira de Desportos Terrestres (LMDT), reunificando conseqüentemente o futebol belo-horizontino. A reformulação foi baseada em “documento da organização congênere carioca”.¹⁹⁰

A criação da LMDT, aprovada em 30 de novembro de 1917, tinha por objetivo a organização das principais práticas esportivas de Minas Gerais.

O Estatuto da LMDT definia que os clubes filiados deveriam contribuir financeiramente para participar de qualquer evento esportivo promovido pela mesma. Aos filiados, era exigido, além do pagamento de taxas mensais, sedes sociais, um número mínimo de associados e a prática esportiva amadora. Qualquer jogo de futebol, amistoso, Torneios ou Campeonatos, promovido pelos clubes filiados à Liga deveria ser oficializado previamente junto à entidade, podendo ou não ser aprovado por sua direção. Dessa forma, a Liga se posicionava como a principal responsável pelos jogos de futebol na cidade.

A estrutura hierárquica da Liga se assemelhava àquela existente nos clubes. Os cargos de presidente e vice-presidente eram eletivos. As eleições e qualquer assunto deliberativo eram realizados em Assembleia Geral, que contava com a participação de todos os clubes filiados. Outros cargos auxiliares eram preenchidos por meio de indicação do presidente e do vice-presidente, sendo eles: Secretário Geral, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. Havia também duas Comissões responsáveis: 1) por

¹⁸⁸ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 80.

¹⁸⁹ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 84.

¹⁹⁰ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*

normatizar as atividades esportivas, competência esta da Comissão de Julgamentos; e 2) por organizar as competições locais e selecionar o quadro representante de Minas Gerais nos campeonatos nacionais promovidos pela CBD, atividade esta de responsabilidade da Comissão Técnica.¹⁹¹

A relação entre os clubes associados e a LMSA e, posteriormente, a LMDT era muito próxima. A maioria dos integrantes das entidades organizadoras era membro dos próprios clubes, ou como dirigentes, ou como associados. A rivalidade clubística, que já começava a se apresentar nesse momento, criava tensões dentro das competições. Segundo Lage, o presidente da Liga em 1931 era também presidente do Atlético, Aníbal Matos.

Foi nesse momento que o Palestra teve negado seu pedido para partida amistosa contra a *Associação Atlético Caçapavense*. A equipe paulista havia vencido partidas contra o América e o Atlético anteriormente e a preocupação era com uma vitória do Palestra, que significaria a contestação da hegemonia dos outros dois clubes em Belo Horizonte. A partida foi realizada, o Palestra Itália venceu, mas foi punido com afastamento de seis meses das competições oficiais em 1926.

Frente a essa medida, o Palestra Itália fundou nova entidade de gestão esportiva na capital mineira, denominada Associação Mineira de Esportes Terrestres (AMET), promovendo e vencendo um campeonato de futebol paralelo ao da LMDT, no mesmo ano, com a participação dos clubes suburbanos belo-horizontinos Avante, Grêmio Ludopédio, Fluminense, Olympic e Santa Cruz.¹⁹²

Mais uma vez houve tensão entre os principais clubes. Atlético e América não possuíam estádios condizentes com as exigências da CBD para a realização dos jogos da confederação. Por isso, a punição ao Palestra foi retirada, e o clube foi aceito na disputa de 1927 sem qualquer prejuízo, o que acabou por extinguir a AMET.

2.3. Patrimonialismo

A proposta central dessa pesquisa é analisar a forma com que o futebol belo-horizontino se beneficiou das relações entre os *sportsmen* e o poder público. Essa ambiguidade nas relações entre a esfera pública e a privada no Estado Moderno é permeada, dentre outros aportes teóricos,

¹⁹¹ LAGE, Marcus Vinícius Costa. **Deixem em paz nossos 'cracks'**: análise sociológica da profissionalização do futebol belo-horizontino: a regulamentação e os significados sociais. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013, p. 76-77.

¹⁹² LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 78.

pelo conceito de patrimonialismo. Por isso, se faz necessário realizar uma breve incursão teórica sobre a temática.

O termo patrimonialismo tem origem na obra weberiana. Para Max Weber, ele seria uma forma de dominação tradicional. O autor entende que a dominação pode acontecer de três formas diferentes. Na primeira, a racional-legal, existem regras e normas universais que regem o funcionamento da burocracia, buscando eficiência em um Estado em que seus membros são separados dos meios administrativos. É uma dominação moderna. A segunda, tradicional, não diferencia o público e o privado, sendo fundamentada no patrimonialismo. Os governantes e funcionários do Estado beneficiam-se das posições que ocupam. E, por último, a carismática, que tem a figura de um líder com dedicados seguidores que reconhecem as qualidades de tal. Essa dominação é mais instável.

A não dissociação do que é de domínio público e o que é de domínio privado é a principal característica do patrimonialismo. Quando se pensa em uma política absolutista, por exemplo, o público e o privado não são distintos na administração. O Rei tem suas funções entrelaçadas e é possuidor de tudo aquilo que diz respeito ao seu reino. A tradição de tal confusão entre público e privado perpetua-se com o Estado Moderno. Assim, no Estado patrimonialista, governantes confundem-se com os meios da administração e se beneficiam de maneira pessoal e privada dos cargos que ocupam e das relações estabelecidas na esfera pública. A questão da temporalidade da percepção das práticas patrimonialistas é um ponto de discordância entre alguns autores.

O termo é trazido para a realidade brasileira por Sérgio Buarque de Holanda. Segundo ele, o “Estado não é uma ampliação do círculo familiar”¹⁹³, porém, esses “vínculos domésticos” são difíceis de ser “apagados”. É por isso a afirmação do autor de que o ambiente de uma sociedade desenvolvida em valores familiares e patriarcais dificultavam aos indivíduos que ocupavam posições públicas de conseguirem distinguir os domínios públicos e privados. “Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular.”¹⁹⁴ Os homens escolhidos para ocupar cargos de importância no funcionamento público são sempre de acordo com a confiança, ou seja, é preciso estar dentro de um ciclo social, com relações pessoais. Para Sérgio Buarque de Holanda, “...é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal.”¹⁹⁵

¹⁹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26ª ed. p. 141.

¹⁹⁴ HOLANDA, 1995, *op. cit.*, p. 146.

¹⁹⁵ HOLANDA, 1995, *op. cit.*, p. 146.

Avritzer entende que o Brasil passou por dois momentos que formaram uma tradição de direitos que foge da lógica liberal na qual nossa democracia foi forjada. O primeiro momento é de “tangenciamento do constitucionalismo liberal durante o fim do século XIX e de construção de uma tradição de tolerância possível, mas problemática”.¹⁹⁶

Sérgio Buarque de Holanda entende que a contribuição brasileira para a civilização seria o “homem cordial”. Características como generosidade, hospitalidade e lhanza no trato possibilitam esse tangenciamento dos direitos e da democracia. Nas palavras de Avritzer:

A princípio, o tangenciamento dos direitos e da democracia poderia ocorrer por esse *detour* da tradição liberal que tem o homem cordial no seu centro. Por outro lado, é possível sustentar que a ideia do homem cordial se assenta nas instituições do Brasil colonial e não ao largo delas, ou seja, o homem cordial seria o lado paralelo das instituições rurais do Brasil escravocrata e imperial.

A ideia de homem cordial está ligada a dois elementos da sociabilidade brasileira: uma aversão a rituais e uma tentativa de estabelecimento de intimidade.¹⁹⁷

É sobre essas relações de intimidade em contextos deslocados que a lógica patrimonial se estabelece. Uma pessoalidade entre o homem público, governante e grupos sociais que conseguem, por meio dessas relações, alguns benefícios em detrimento de outros agentes sociais.

O “homem cordial” alimenta a informalidade em estruturas sociais e, para além disso, também sustenta “estruturas informais de hierarquia social que existiam no campo brasileiro e continuaram a existir nas cidades”.¹⁹⁸

Essa “cultura da intimidade” percebida na sociedade brasileira permite a grupos ou indivíduos conquistarem vantagem quando representantes ou “conhecidos” ocupam cargos de poder no espaço público. Roberto DaMatta mostra que existe o estabelecimento de uma estratégia pessoal em relação aos órgãos burocráticos da administração pública. Para o autor, o tratamento pessoal é buscado pelo cidadão civil em repartições públicas para atender as suas necessidades. O questionamento colocado por Avritzer é se esses elementos de pessoalidade criam desigualdades sociais. Em seu entendimento,

Eu pessoalmente argumentaria que o Brasil segue um padrão de não produção da igualdade civil. Os serviços que seriam proporcionados igualmente aos cidadãos foram, na maior parte da história do Brasil, oferecidos de forma segmentada a cada um dos grupos sociais de modo que a presença igualitária do Estado e dos serviços ligados à cidadania no Brasil é uma experiência recente.¹⁹⁹

¹⁹⁶ AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019. p. 27.

¹⁹⁷ AVRITZER, 2019, *op. cit.*, p. 28.

¹⁹⁸ AVRITZER, 2019, *op. cit.*, p. 32.

¹⁹⁹ AVRITZER, 2019, *op. cit.*, p. 31.

Concordamos com Leonardo Avritzer no que diz respeito ao caráter assimétrico da distribuição de serviços públicos. A lógica da pessoalidade, da intimidade, é percebida na sociedade brasileira em diversos momentos. No objeto em análise nessa pesquisa, perceber-se-á mais à frente que o grupo social ligado ao futebol mantinha representantes no poder público, ou ligação com os que ocupavam o governo, e, por tal meio, conseguiram mais privilégios, ou benefícios, que outras modalidades esportivas, e/ou outros setores sociais provavelmente tiveram mais dificuldade.

Conceito essencial desenvolvido por Gilberto Freyre – que Holanda ligou intimamente ao seu entendimento do patrimonialismo – é o personalismo. O pioneiro protestante norte-americano é um tipo ideal weberiano, Ele permite a construção de instituições modernas porque ele é movido apenas pela razão. Já o “homem cordial”, de Holanda, é emocional, e visa aos interesses próprios. O patrimonialismo de Holanda seria a institucionalização do personalismo de Freyre.

Outro autor que analisa o patrimonialismo na realidade brasileira é Raymundo Faoro. Em sua análise, Faoro entende que o patrimonialismo está presente, num controle sobre o Estado, desde o período colonial, em um processo de continuidade. Segundo ele, “A realidade histórica brasileira demonstrou [...] a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição em fase progressiva, da experiência capitalista.”²⁰⁰ O patrimonialismo, segundo Faoro, adequa-se às mudanças e garante formas de controle de privilégios econômicos e políticos oriundos do controle da administração pública e de suas relações com a esfera privada.

A estrutura de poder estamental patrimonialista, plasmada historicamente pelo Estado português, foi transportada para a colônia americana. Essa estrutura, reforçada pela transmigração da corte lusitana no início do século XIX, transformou-se em um padrão de conduta política, a partir do qual se organizaram a Independência, o Império e a República no Brasil.²⁰¹

Para Faoro, a base do processo de formação do Estado brasileiro é o “seu controle por um aparato burocrático permeado por relações clientelistas. Esse aparato burocrático tem como

²⁰⁰ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001, p. 736.

²⁰¹ CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 de out. 2020.

característica principal uma relação distante com a cidadania e uma forma de Estado imposta de cima para baixo”.²⁰²

Enquanto Sérgio Buarque de Holanda entende o patrimonialismo brasileiro como algo vinculado à cultura, Faoro preocupa-se com os aspectos econômicos:

O patrimonialismo se amolda às tradições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia.²⁰³

Avritzer entende que o Brasil tem em seu processo de construção histórica uma apropriação do Estado por diferentes “grupos estatais ou paraestatais”²⁰⁴, mas ele percebe isso a partir de meados dos anos 1930. Em nosso entendimento, a República brasileira já é fundada e apropriada por tais grupos, seja na esfera macro ou micro da sociedade. As disputas de poder no contexto nacional são pontuais, com grupos que se sobressaem e que alternam o poder e, com isso, permitem a permanência desses privilégios desde antes da década de 1930.

A questão colocada por Leonardo Avritzer é sobre a forma de conciliação de estruturas modernas do Estado burocrático com o sistema político patrimonialista estabelecido no Brasil. Para o autor, no período entre 1930 e 1964, a solução foi o “insulamento burocrático”, ou seja, “os setores modernos do Estado isolaram-se do sistema político”.²⁰⁵ O insulamento burocrático seria um alto grau de independência da burocracia em relação aos controles políticos ou sociais.

Para o autor, existe uma coexistência no Estado brasileiro do Estado patrimonial com o Estado Social. As forças político-ideológicas se alternam no poder durante o período republicano. Existem momentos em que o governo permite que as forças sociais sejam mais plurais e exerçam pressão para a ampliação da cidadania. E, em outros momentos, outros governos, entendidos pelo autor como regressivos, quando a elite clientelista assume o poder e, com isso, os direitos e a democracia sofrem regressão.

Avritzer diz que o Brasil era um Estado clientelista e “carente de uma burocracia minimamente estruturada”²⁰⁶ quando Getúlio Vargas assume o governo, em 1930. O então presidente criou uma estrutura desenvolvimentista nacional. Porém, “diferentemente de outros

²⁰² AVRITZER, 2019, *op. cit.*, p. 74.

²⁰³ FAORO, 2001, *op. cit.*, p. 737.

²⁰⁴ AVRITZER, 2019, *op. cit.*, p. 75.

²⁰⁵ AVRITZER, 2019, *op. cit.*, p. 75.

²⁰⁶ AVRITZER, 2019, *op. cit.*, p. 77.

países que renovaram a sua estrutura econômica política com o desenvolvimentismo, o Brasil nada fez para alterar a relação entre Estado e grupos econômicos.”²⁰⁷

Quando direcionamos o olhar para o objeto de estudo desta pesquisa, percebemos as práticas patrimoniais dos ocupantes do poder público para com o futebol belo-horizontino. Como dito, essas relações já são percebidas antes mesmo da década de 1930. Os clubes de futebol aqui observados, em grande parte formados pela elite da nova capital, tiveram favorecimento em alguns momentos de sua história por parte do poder público.

Observaremos mais a frente que, por terem representantes que também ocupavam cargos na administração pública, os clubes tinham interesses correspondidos por parte do poder público. Isso significa que, quando necessário, recorria-se ao poder governamental para conseguir benefícios das mais diversas origens, e o conseguiam por essas relações de proximidade entre os agentes, o que, em outro momento, chamamos de relações de “camaradagem”.

2.4. A cidade e o clubismo

Como a cidade não estava com todas as construções planejadas acabadas, os terrenos vazios eram utilizados para a prática futebolística. Além disso, construções que visavam ao exercício de esportes como ciclismo, caso do Parque Municipal, por exemplo, que logo caiu em desuso na capital, foram apropriadas para partidas do esporte bretão.

Enquanto a cidade era construída, o futebol espalhava-se pelo espaço urbano. Os clubes que surgiam precisavam de locais para a prática do esporte. Foi nesse momento que eles começaram a ocupar lotes ainda vazios. Com o tempo, esses clubes começaram a solicitar junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a propriedade de tais terrenos.

Os times formados na capital utilizavam-se de terrenos vazios para os treinamentos e mandos de seus jogos. Aos poucos, os clubes foram solicitando à Prefeitura a posse de tais terrenos. Os *Anais da Câmara* mostram que não havia resistência por parte do poder público em ceder os espaços. A cidade ainda se construía e, mesmo que em maioria esses lotes fossem na região central, não tinha destinação estabelecida na Planta Geral da Cidade. Além disso, as relações políticas entre os clubes e os ocupantes de cadeiras na Câmara, na Prefeitura ou no governo estadual eram um fator favorável aos clubes. Para exemplificar, Francisco Silvano de

²⁰⁷ AVRITZER, 2019, *op. cit.*, p. 78.

Almeida Brandão, presidente do estado de 1898 a 1902; Júlio Bueno Brandão, presidente do estado entre 1908 e 1910 e José Gonçalves, secretário de agricultura durante o governo de Bueno Brandão, eram pais e tios de alguns dos fundadores do América.

No século XIX, o desejo pela modernidade permeava o contexto brasileiro. Se Belo Horizonte foi planejada e construída sob essa premissa, o esporte e o lazer vinham como reforço ao novo estilo de vida. O planejamento da cidade contava com espaços para a prática esportiva, como o Parque Municipal e o Hipódromo. Durante o século XX, o esporte e o lazer foram sendo incorporados gradativamente como formas de agregar valor e de produzir sentidos para aqueles que o praticavam. Por se tratar de algo que permeava a vida social daquele novo imaginário ideal, setores da gestão pública assumiram responsabilidade sobre o tema.

Nesse sentido, a interferência estatal no campo esportivo pode ser considerada a distensão de um projeto modernizador arquitetado pelas elites brasileiras, o qual tinha na mudança dos hábitos um dos seus pilares. Assim, o ideal da modernidade, que se tentou implementar na capital, desde sua fundação, contribuiu para o desenvolvimento esportivo, visto que o esporte é utilizado pelos poderes para a formação desse novo estilo de vida. A sociedade moderna do fim do século XIX e início do XX precisava das práticas corporais por elas desenvolverem, por exemplo, noções de civilidade e higienismo, essenciais para esse novo homem e essa nova sociedade.²⁰⁸ Esportes como o turfe e o ciclismo foram considerados na elaboração do planejamento da nova capital de Minas Gerais, e a eles, reservados espaços de prática.²⁰⁹

No limiar do século XX, se o esporte apareceu como uma prática civilizatória e higienista, nada mais justificável do que o planejamento da cidade contemplar a implantação de práticas corporais. Segundo Rodrigues,

A cidade idealizada na planta criada pela CCNC criara oportunidades de nela se praticar esporte, e para isso reservaram-se espaços em locais demarcados especificamente para a realização de duas modalidades esportivas que tinham, na época, grande repercussão na Europa, considerada o centro da civilização moderna: o ciclismo e o turfe.²¹⁰

Para além do circuito clubístico, a prática do futebol se dava dentro das escolas, principalmente dos colégios de elite em Belo Horizonte. A fundação de alguns clubes se deu a

²⁰⁸ Ver em BORGES, Maria Eliza Linhares (Org.). **Campo e cidade na modernidade brasileira**: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p. 247; e JULIÃO, Letícia. **Itinerários da cidade moderna** (1891-1920). In: Eliana R. Freitas Dutra. (Org.). BH: Horizontes Históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, v. 1, p. 49-105.

²⁰⁹ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*

²¹⁰ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 98.

partir de grupos de amigos que se formaram dentro dessas escolas, como é o caso do Atlético, que tinha, como seus fundadores, os estudantes do *Gimnasyo Mineiro*. Essas escolas de elite se utilizavam do futebol como prática civilizatória, adequando seus alunos a um esperado comportamento e conhecimento do que de mais moderno existia.

O futebol aparece nas escolas europeias como forma de controlar a rebeldia e a indisciplina da juventude.²¹¹ Ele era restritivo, contendo-se aos círculos letrados da sociedade, e é dessa forma, excludente, que ele chega aos países da América do Sul. Leonardo Pereira analisa a disseminação do futebol moderno em países como o Brasil, como sendo um processo de um novo imperialismo britânico, com importações e com enraizamento da cultura inglesa em terras brasileiras.

Esse processo se deu por duas vias principais: a sua expansão junto com o capital e a tecnologia britânica, presentes de forma intensa no continente – que se concretizava na presença de trabalhadores especializados ingleses nestes países e na grande influência que a cultura bretã passava a ter sobre eles; e a experiência que jovens estudantes de famílias abastadas teriam com o jogo nos países europeus nos quais iam estudar. Poder-se-ia assim dizer que a difusão do futebol expressava uma outra face do afamado imperialismo britânico, aparecendo para muitos como um elemento de descaracterização das culturas e tradições locais; melhor, entretanto, tentar entender mais a fundo a lógica deste processo, limitando-nos por hora a simples constatações da grande influência que os hábitos e práticas ingleses começavam a exercer no novo continente.²¹²

O que chega a Belo Horizonte em 1904 é um esporte burguês, universitário, jovem, obediente a um código, elegante. Percebe-se isso ao se analisarem fotografias dos primeiros times fundados na capital. O *Sport Club*, por exemplo, contava apenas com pessoas de pele clara, com vestimentas adequadas à elegância e com cabelos penteados. Deparar-se com tal representação permite afirmar que o futebol chega para uma elite branca, trazendo refinamento ao jogo de bola, mostrando eugenia da raça e contribuindo para a modernização e a civilidade da nova capital.

Assim, o útil estava aliado ao valor do esporte na busca da eugenia da raça, concepção que, desde o final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, permeava as representações sobre o esporte e a educação física. O esporte era uma forma de conseguir o vigor físico e a melhoria da espécie. Além de concorrer para a formação do corpo, era uma forma de promover um divertimento organizado.²¹³

Imagem 3 – Sport Club em 1904.

²¹¹ PAPA e PANICO *apud* PEREIRA, 2000, *op. cit.*, p. 17.

²¹² PEREIRA, 2000, *op. cit.*, p. 18.

²¹³ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 162.



A partir da esquerda estão 1. Jordão Cafres; 2. [...]; 3. Augusto Pereira Serpa; 4. Virgílio Fabiano Alves; 5. Dr. Oscar Americano, 6. José Gonçalves; 7. Avelino Rodrigues; 8. Antônio Nunes de Almeida; 9. Francisco de Assis das C. Rezende; 10. Abel Horta Drumond; 11. Victor Serpa está assentado com a bola aos pés; 12. Viriato Mascarenhas; 13. Tomé Andrade; 14. Joaquim Brasil; 15. Joaquim Roque Teixeira; 16. Miguel Liebman; 17. José Mariano de Sales; 18. [...]; 19. Antônio Mascarenhas.

Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

A modernidade que Belo Horizonte almejava era fortalecida pela prática do futebol no meio urbano. Ele era um esporte que desenvolvia vigor físico, mas que também impunha normas cavalheirescas, com uma diversão dentro dos padrões de civilidade, agradável. Os termos em inglês, que ainda eram utilizados pelos *sportsmen* e pela imprensa, dizem sobre a seletividade à qual o futebol pertencia, futebol esse que se desenhava de forma oficial na cidade, com clubes fundados, regidos por estatutos e mensalidades.

Mesmo com esse entendimento de civilidade que o futebol trazia, nem toda a elite mostrou-se simpática ao novo esporte, mesmo com grande parte dela demonstrando entusiasmo pelo futebol, inclusive na imprensa. Desde a década de 1830, algumas propostas e teorias europeias exaltavam os benefícios dos esportes físicos, “que transformavam no velho continente a força muscular em um importante elemento de uma nação”.²¹⁴ Porém, as camadas letradas brasileiras mantinham desconfiança. Alguns jornais, por exemplo, traziam críticas ao futebol, ora em forma de crônica, ora em notas humorísticas.²¹⁵

As críticas que alguns cronistas faziam passavam por aspectos como a alienação, o desinteresse político, artístico e cultural.²¹⁶ O esporte físico era entendido como um símbolo de

²¹⁴ PEREIRA, 2000, *op. cit.*, p. 37.

²¹⁵ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 154.

²¹⁶ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 155.

brutalidade e incivilidade, como se a atividade corporal excluísse a capacidade intelectual de quem o praticasse. Em uma dessas colunas lia-se o seguinte:

Quem me aplacou os nervos foi o Lucio que o via aproximar-se, calmo e pensabundo, como no dia em que o apresentei ao leitor. Abracei-o numa irrefreável expansão de allivio, certo de que, como eu, também ele malsinaria o morbus invasor. Interroguei-o sobre a política internacional que ele dava tão detalhadas notícias; mas, com grande espanto meu, retrucou:

— Não leio mais jornaes. Tenho agora melhores ocupações.

— Que dizer? Perguntei desconfiado.

Lucio recuou um passo, arregaçou até o ombro direito a manga do casaco, e, enrijecendo o biceps, com o braço em ângulo, falou:

— Olha esse muque. Entrei para o ‘José de Alencar Foot-ball Club’.

Estendi-lhe a mão afflicta que ele apertou, achando-a fria, e fugi!²¹⁷

O futebol começou, dessa forma, a gerar certo conflito entre aqueles que defendiam sua contribuição civilizatória, pautada em modelos e estudos europeus, e aqueles que o entendiam como alienador. Assim, o esporte vai se constituindo como um fenômeno social de forma contraditória: “O *football* começava, assim, a ser visto como um limite entre o selvagem e o civilizado, entre as normatizações e um coletivo sem muitas regras, entre o ‘popular’ e a ‘elite’.”²¹⁸

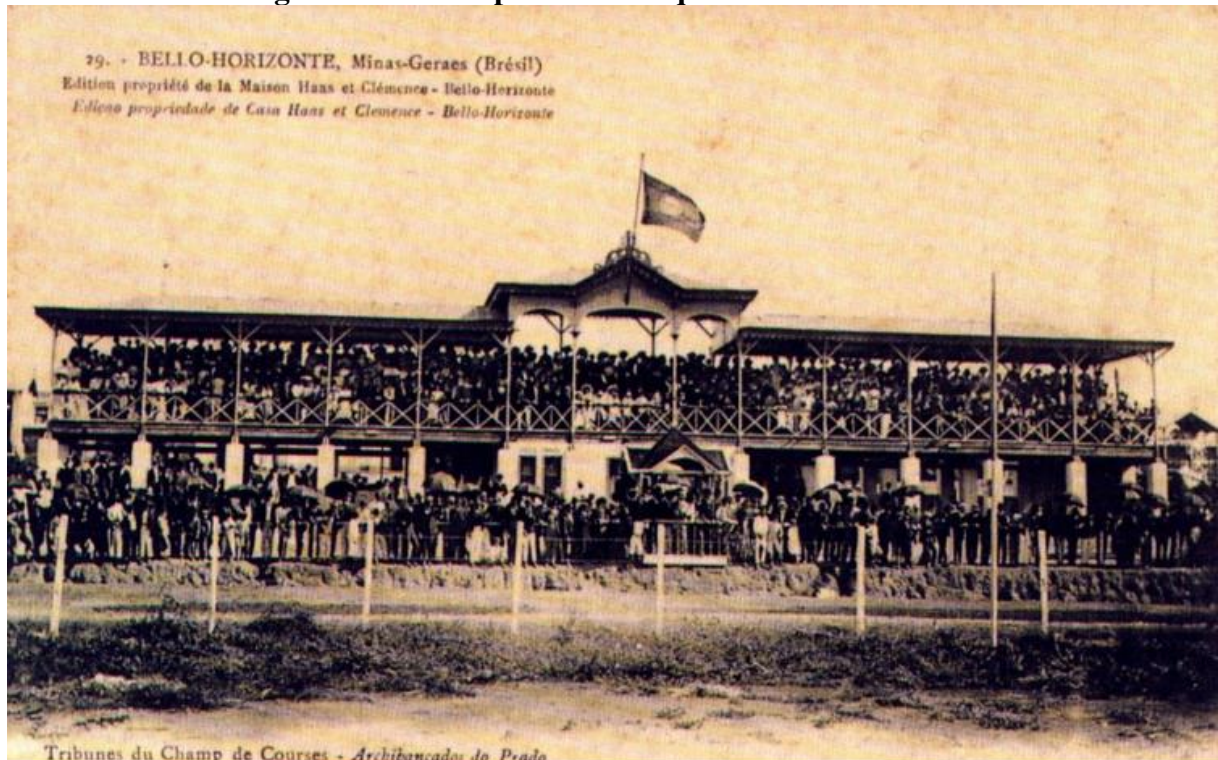
Por mais que essa discussão figurasse dentro da sociedade belo-horizontina quando do início do futebol na cidade, a capital foi elaborada, planejada e construída seguindo os moldes de modernidade europeus, o que incluía áreas destinadas ao lazer e ao esporte. Dois locais planejados foram de grande importância para o futebol belo-horizontino: o Prado Mineiro e o Parque Municipal. O primeiro, antes projetado para a prática do turfe, foi apropriado pelos jogos de futebol. O segundo foi tomado pelas “brincadeiras” com bolas de meia e virou local de reunião de garotos, onde inclusive se iniciou a ideia da fundação de um dos clubes que se tornaria um dos maiores do estado, o Clube Atlético Mineiro.

Segundo Rodrigues (2006), o Prado Mineiro foi uma iniciativa encabeçada pelo Coronel João Alfredo de Athayde, que, durante a Prefeitura de Bernardo Monteiro (1899-1902), propôs iniciar as obras no local que estava designado na Planta Geral e que não havia sido construído ainda. A Prefeitura seria responsável pelo fornecimento de água, por estender a linha de bonde até o local e por ceder o terreno por vinte anos; além de se isentar de todos os direitos e impostos relativos ao funcionamento para eventos e corridas e aos estabelecimentos que funcionariam ali, como restaurantes.

²¹⁷ PAN d’EGA, 1905 *apud* RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 155.

²¹⁸ RODRIGUES, p. 160.

Imagem 4 – Cartão-postal das arquibancadas do Prado Mineiro.



Fonte: BELLO Horizonte: bilhete postal. Coleção Otávio Dias Filho, 1997 *apud* RODRIGUES, 2006, p. 139.

Rodrigues ainda relata sobre o atraso do município em ampliar o percurso da linha do bonde. Mostra, inclusive, uma insatisfação da população exposta pela mídia e a pressão que a imprensa fez para que a Prefeitura realizasse sua parte do acordo. Assim, entende-se que a mídia também teve papel significativo na implementação e no crescimento esportivo na capital mineira.

Durante o período em que não houve notícias da prática do futebol em Belo Horizonte, entre os anos 1906 e 1907, o turfe foi implementado na cidade, fazendo com que o Prado Mineiro recebesse atenção da imprensa. O turfe, todavia, durou pouco na capital. Assim, o futebol apropriou-se do Prado Mineiro, com clubes realizando seus jogos lá, como o Palestra Itália.

O Parque Municipal foi local marcante e essencial para a difusão do futebol na cidade. O espaço foi construído para a socialização da população e para a prática de lazer e de esportes. Ele era tomado por jovens praticantes do futebol desde que o esporte chegou à cidade. Quando do retorno do futebol belo-horizontino, o Parque também continuava como ambiente de fomento dessa prática, por ser o mais importante espaço de lazer da capital.

O Parque Municipal foi, muitas vezes, destinado ao futebol de forma oficial, com desmembramento de seu terreno, por exemplo. A Prefeitura atendeu a uma solicitação do *Sport*,

em 1908, por um terreno, proveniente do Parque, para o clube praticar o futebol. “Em ponto convenientemente escolhido, na parte limitada pela avenida Mantiqueira, está sendo preparado um terreno para o ‘*Sport Club*’ construir o seu pavilhão e a área para jogos.”²¹⁹ Um clube, o primeiro fundado na capital, apropriava-se de uma área da maior referência de lazer de Belo Horizonte, com a autorização expressa da Prefeitura Municipal.

Antes disso, durante o período de declínio do futebol na cidade, o *Sport* já se interessava em apropriar-se dos espaços citadinos. Abílio Barreto registrou em seus manuscritos que, no ano de 1906, o clube solicita ao prefeito da cidade a concessão

definitiva, a título gratuito, dos terrenos ocupados pelo seu campo, no quarteirão 14, da 3ª secção urbana, que dava para a av. Paraopeba, abaixo da Imprensa Oficial, no qual a sociedade tinha despendido não pequena quantia desaterano-o (sic), nivelando-o e gramando-o, cercando-o de arame.²²⁰

É esse o primeiro acontecimento que caracteriza o interesse do poder público de incentivar a prática futebolística na cidade.

As associações que surgem no reaparecimento do futebol conseguem melhor se estruturar. Aprendendo com erros passados, começam a definir cotas em estatutos, com penalizações para o não cumprimento de seu regulamento. É nesse momento que o *Sport Club* inaugura sua sede social, na avenida João Pinheiro, n. 205.²²¹

Nessa segunda fase, após o período de paralisação das atividades já mencionado, os clubes continuaram a ocupar a cidade com o aval do poder público.

O primeiro clube a conseguir de forma oficial a posse de um terreno para seus treinos foi o Yale. O clube, formado por imigrantes italianos, teve o pedido de posse do lote que já utilizava para a prática do futebol pela Prefeitura Municipal em artigo 3º da Lei nº 53, de 30 de setembro de 1911. Esse lote, também localizado na av. Paraopeba, próximo à escola pública do Barro Preto, já havia passado por “notável transformação material, não só de terraplanagem, como tudo mais que se tornava necessário para o conforto do grande público ali esperado”.²²² Segundo Penna²²³, o jogo entre Yale e Morro Velho, de Nova Lima, foi o primeiro com cobrança de ingressos na cidade.

²¹⁹ JACOB, Benjamim. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Jacob**: 1907-1908. 16 de setembro de 1908, p. 25.

²²⁰ MOURÃO, Nelson Coelho Senna Jefferson Darpe; GONÇALVES, José. **Requerimento n. 1210**. 12 de junho de 1906 *apud* RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 165.

²²¹ RIBEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 65-66.

²²² GRANDE *match* 1911 *apud* RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 173.

²²³ PENNA, 1997 *apud* RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 173.

Nesse momento, o futebol de Belo Horizonte já começava a vivenciar um momento em que esse esporte começava a se consolidar, com maior quantidade de partidas realizadas pela cidade. A avenida Paraopeba vai tornando-se uma via do futebol. Vários clubes instalaram-se em terrenos localizados ao longo dessa avenida, inclusive os três clubes ainda existentes, a saber, Atlético, América e Palestra/Cruzeiro, como se verá mais adiante.

O poder público esteve participativo na vida esportiva da capital mineira desde o início do século XX. Doações de terrenos municipais para clubes, visando à prática esportiva, beneficiaram agremiações, porque possibilitaram o crescimento destas em Belo Horizonte com ajuda financeira para construção de estádios.

O América apropriou-se de um terreno entre as ruas Timbiras e Espírito Santo e a avenida Álvares Cabral.²²⁴ Segundo o cronista do jornal *Minas Sport*, citado por Marilita Rodrigues, o América possuía “uma ponta de calçada como sede, e um pedaço de rua como campo”. O clube foi crescendo com patrocínio de fundadores, como Affonso Brandão, Augusto Penna, Lincoln, Brandão, Oscar Gonçalves, Aureliano Magalhães, Waldemar Jacob e outros. Esses nomes eram de famílias influentes na cidade, incluía, por exemplo, a família do presidente do estado.²²⁵

O terreno que o América ocupava não era apropriado para a prática do futebol, assim o Conselho Deliberativo da capital deliberou sobre a transferência para outro terreno que fosse menos impróprio, mesmo que o local não fosse de sua propriedade.

O novo campo era uma área desterrada, próximo a um barraco que servia de arquibancada para as crianças que procuravam assistir aos jogos dos meninos do América. [...] passaram a jogar em um campo, nas proximidades do córrego do Leitão, que já tinha sido apropriado por vários times, menos pelo *Athletico*, que possuía seu próprio espaço, cedido pela prefeitura, por motivo de “inveja de nos outros, “americanos”, e espaço no qual chegou a jogar por gentileza do clube.²²⁶

Em seis de outubro de 1920, o prefeito Affonso Vaz de Mello sancionou a Lei nº 187, que dava direito ao América de estabelecer seu campo de esporte e efetuar as construções necessárias no terreno que ocupava, local em que, em 1929, de acordo com matéria “Da poeira ao tapete verde²²⁷”, foi construído o Mercado Central de Belo Horizonte. Segundo a reportagem, os jogadores do América foram convocados para representar a Seleção Mineira em um amistoso

²²⁴ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 174

²²⁵ AMÉRICA F.C, 1925 *apud* RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 174.

²²⁶ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*, p. 175

²²⁷ DRUMMOND, Ivan. Da poeira ao tapete verde. **Jornal Estado de Minas**. Caderno Gerais, p. 20. 25 de nov. 2014.

contra a Seleção Carioca no Rio de Janeiro, em 1922. Nesse momento, houve na imprensa a divulgação da construção de um estádio em Minas Gerais, nos mesmos moldes dos cariocas, em especial o Estádio do Fluminense, em Laranjeiras.

A reportagem diz que o clube conseguiu a concessão do terreno junto à Prefeitura, em 1921, contradizendo, dessa forma, a legislação analisada no Arquivo Público da Cidade, em que consta a informação de que essa concessão foi feita em 1920, como dito anteriormente. O repórter também escreve que foram subsidiados seis contos de réis pela Prefeitura ao América para a construção do estádio, e o restante dos quarenta contos de réis necessários foram pagos pelos sócios do clube. A construção foi iniciada em dois de maio de 1921. Era uma área com campo de futebol e com diversas outras construções. O campo ficou pronto e foi inaugurado em um amistoso contra o Palestra Itália, em sete de setembro de 1922. O complexo inteiro só foi inaugurado em seis de maio do ano seguinte, em um amistoso contra o América do Rio de Janeiro. Nesse jogo, representantes da política local mostraram-se presentes e utilizaram o evento para sua promoção pessoal: o então Presidente do Estado de Minas Gerais, Raul Soares, que também era conselheiro do América, num gesto simbólico, deu o primeiro chute no novo campo. Tal gesto demonstra que, além de estar sintonizado com os esportes, revelava claramente o apoio do poder público.

Quando o Presidente do Estado de Minas Gerais era Antônio Carlos, os estádios do Atlético (onde atualmente está situado o Minascentro), do América e do Palestra Itália já existiam. Contudo, com a ideia de se construir o Mercado Municipal no terreno onde estava o estádio americano, a Prefeitura cedeu uma área desmembrada do Parque Municipal, na avenida Araguaia, e o América construiu ali seu complexo esportivo, conhecido como Estádio da Alameda Ezequiel Dias que, ainda segundo a reportagem, só veio a ser desativado em 1970.

Nas fichas de terreno, localizadas na Divisão de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, constam informações quanto a este novo lote, desmembrado do Parque Municipal para o estádio do América em 1927. O documento do cartório diz que:

um terreno com 19.338,00 m² desmembrado do Parque Municipal, confrontando e dividindo pela frente com avenida Araguaia, por um lado com terrenos do desinfectório, pertencentes à Prefeitura; por outro por uma rua [ela havia sido aberta recentemente e ainda não nomeada] e pelos fundos com terrenos do Parque Municipal, pertencentes à Prefeitura, com todas as benfeitorias (construções de pendências e instalações) notadamente o pavilhão das arquibancadas ao campo de jogo e piscina.

De acordo com a documentação, a Prefeitura comprometeu-se em deixar o terreno edificado e adaptado para a prática esportiva para o uso do clube, sem ônus para este último pela mudança forçada pela Prefeitura. Assim, o poder municipal comprometeu-se a entregar o

terreno murado, com arquibancadas, campos de futebol, de tênis e de basquete, além de um barracão para abrigar o vigia. Tais construções aconteceriam de acordo com um projeto elaborado pela prefeitura. Pode-se concluir que as autoridades preveniram possíveis conflitos com o América, que havia batalhado para a construção do complexo antigo, tomado pelo município, e que não deveria sair prejudicado. Diante disso, a Prefeitura elaborou um projeto que comportasse um complexo de nível semelhante ao antigo. Apontamos essa questão porque, na reportagem do *Jornal Estado de Minas*, fica dito que, no primeiro estádio, na avenida Paraopeba, atual avenida Augusto de Lima, o América possuía quadras para diversas modalidades, assim como o projeto elaborado pela Prefeitura para o novo complexo, que tinha quadras de tênis e basquete.

Quanto ao Atlético, os treinos eram realizados no Parque Municipal até 1909, quando ganhou seu primeiro campo. O local também apresentava dificuldades para a prática do futebol. Tudo era improvisado, como as traves. O terreno não era cercado, o que dificultava, já que a bola sempre escapava do local.

O campo improvisado de chão duro, poeirento e enorme, se confundia com a avenida Afonso Pena, recebendo os primeiros impulsos do progresso. Era um campo de peladas, era em última análise o berço onde nasceria para gáudio da gente mineira, para a grandeza do desporto nacional, um dos maiores clubes do Brasil. O primeiro campo de pelada situava entre a rua da Bahia e a avenida Álvares Cabral.²²⁸

Segundo Ziller²²⁹, o prefeito Olinto Meirelles concede, em 1911, um terreno localizado na avenida Paraopeba, onde hoje se localiza o Minascentro. Esse lote já havia sido utilizado pelo *Sport*. Mas a doação definitiva só aconteceu em 1916, devido à conquista do campeonato de 1915, segundo Rodrigues.²³⁰

²²⁸ ZILLER, Adelchi Leonello. **Enciclopédia Atlético de todos os tempos**: a vida, as lutas, as glórias do Clube Atlético Mineiro, o campeoníssimo das Gerais. Belo Horizonte, 1997. p. 33.

²²⁹ ZILLER, 1997, *op. cit.*

²³⁰ RODRIGUES, 2006, *op. cit.*

Imagem 5 – Foto do campo do Atlético.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

O Clube Atlético Mineiro teve o projeto da doação de terreno pela Prefeitura discutido e, ainda, registrado (visto que parte da documentação ainda existe arquivada no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte) nos *Anais da Câmara Municipal*. Em 18 de outubro de 1916, foi homologada a Lei nº 121, pelo então prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello, que concedeu os direitos sobre o terreno localizado na avenida Paraopeba, onde atualmente está o Minascentro, para o Atlético.

A década de 1920 foi marcada por ações do poder público que levaram à segregação espacial da cidade:

Esse processo, além de contribuir para a elevação do valor da terra no perímetro da avenida do Contorno, estimulou a ocupação de terrenos baldios que, anteriormente, serviram como campos de futebol.²³¹

Os clubes da capital, que praticavam suas atividades nesses terrenos, recorreram ao poder público para solicitar apoio para legalização de suas praças esportivas. O Atlético possuía

²³¹ COUTO, Euclides de Freitas. Esporte de classe, esporte de classes: caráter elitista de futebol em seus primórdios foi logo superado pela rápida expansão do esporte nos meios populares. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Minas Gerais, Belo Horizonte, ano L, n. 1, jan.-jul. de 2014, p. 38.

um campo situado na av. Paraopeba (atual av. Augusto de Lima), mas o terreno foi requisitado pelo Estado para a construção da Secretaria de Estado e Saúde. O acordo selado entre o governo e o clube fez com que o Atlético tivesse posse do terreno localizado na av. São Francisco, atual av. Olegário Maciel, no bairro de Lourdes, onde hoje se encontra o Shopping Diamond Mall. Além disso, ganhou grande ajuda financeira do estado e parte do material para a construção do novo estádio. A construção recebeu o nome de Estádio Antônio Carlos, que é nome do Presidente do estado na época, que tanto auxiliou na construção.

Segundo *Galo Digital*, página abastecida pelo Centro de Memória Atléticano, a permuta aconteceu em 1926, quando a região de Lourdes ainda era deserta. Na troca, o Atlético também recebeu uma indenização em dinheiro. Não foi possível comprovar tais fatos na documentação cotejada. Ainda, segundo o *site*,

Os entendimentos com a Prefeitura foram conduzidos pelo então presidente do clube, Alfredo Furtado de Mendonça. A escritura de permuta dos terrenos foi oficializada em 22 de janeiro de 1926, autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária de Associados de 13 de janeiro de 1926, na então Sede do Clube Atlético Mineiro na av. Afonso Pena.²³²

Com o novo terreno, surgiu o projeto de construção de um estádio. Para isso, ganhou grande ajuda financeira do estado e parte do material para a construção do novo estádio. A construção recebeu o nome de Estádio Antônio Carlos, nome do Presidente do estado na época e que tanto auxiliou na construção.

Foram iniciadas as obras de construção do estádio sob a direção do engenheiro Alvimar Carneiro de Rezende, como construtor, uma das figuras mais respeitadas na época, com a ajuda, três anos depois, de trezentos mil réis do então Governador do Estado de Minas Gerais Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, para finalizar a obra. Além da ajuda financeira, o governador Antônio Carlos colocou engenheiros, técnicos e operários do Estado à disposição do Atlético. Por causa desta ajuda fundamental, o Estádio foi batizado com o nome do governador. Em 25 de outubro de 1929 houve a retificação da Escritura de Permuta entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o CAM. Foram alteradas cláusulas mencionando condições impostas e assumiu-se, por parte da Prefeitura, o compromisso de auxiliar o Clube nos serviços necessários à conclusão das obras do Estádio do Clube Atlético Mineiro.²³³

A construção do Estádio Antônio Carlos, cuja capacidade aproximada era de 5 mil pessoas, é um claro exemplo de como as relações entre os clubes de futebol e o poder público eram pautadas na lógica do patrimonialismo. Quando o governador cedeu a uma entidade

²³² GALO DIGITAL. Disponível em: <galodigital.com.br>. Acesso em: 03 de jul. 2020, s/p.

²³³ GALO DIGITAL, *op. cit.* s/p.

privada funcionários do poder público, não há mais distinção entre público e privado. Engenheiros, técnicos e operários que trabalharam nas obras de construção de tal estádio eram funcionários do Estado. São a essas práticas que os teóricos do patrimonialismo se referem, pois não há, nesse caso, um benefício público, o benefício é unicamente do clube, que teve auxílio para construir uma estrutura a qual apenas ele exploraria economicamente. Ao ceder seu nome para o estádio, o governador em questão teve o nome marcado na história, o que revela, igualmente, o caráter pessoalista da relação entre ele e o Clube Atlético Mineiro.

O intrigante é que, tendo conhecimento da informação da data de inauguração do Estádio Antônio Carlos, data que é muito difundida dentre as pesquisas acadêmicas e reconstruções de memória institucional do próprio Atlético, a documentação da Divisão de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte mostrou que a negociação de arrendamento entre município e clube aconteceu apenas em 1935. Apesar de não ter sido possível encontrar o contrato desse acordo, há um relatório, escrito em 1943, com informações sobre o arrendamento e sobre as dívidas de Atlético e de Cruzeiro com a Prefeitura naquele momento. A data do contrato de arrendamento entre a Prefeitura e o Atlético é de 12 de novembro de 1935; constava neste contrato o seguinte:

S. S. Palestra Italia (sic)
 Quarteirão 16 da 8ª secção urbana, arrendado por contrato de 13 de fevereiro de 1936, pelo prazo de 30 anos, sendo de Cr. \$2.018,40 o preço do arrendamento anual. [...] Club Atlético Mineiro
 Quarteirão 13 da 9ª urbana. – Arrendado por contrato de 12 de novembro de 1935, ao preço de Cr.\$2.125,00 anuais, pelo mesmo espaço e sob as mesmas condições.²³⁴

Outros clubes da capital mineira aparecem beneficiados pelo poder público na documentação recolhida. São poucas menções, mas é necessário o registro. O Clube Lusitano, time formado no início do século XX por imigrantes portugueses em Belo Horizonte, recebeu doação do terreno que já ocupava, assim como Atlético e América (o Palestra Itália usava o Prado Mineiro para treino e adquiriu, perante doação municipal, o lote no Barro Preto). A doação foi homologada pela Lei nº 223, de 18 de abril de 1922.

Interessante reparar que clubes como Palestra Itália e Lusitano não eram formados por integrantes da elite. Entretanto, conseguiram doações de terrenos por parte do poder público. A explicação pode estar em alguns fatores. O Palestra, mesmo tendo sido fundado por operários italianos, contava com apoio dos imigrantes napolitanos bem posicionados socialmente. Doações de terrenos a clubes como Yale, Palestra e Lusitano mostram que os benefícios não se

²³⁴ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Informações prestadas ao Presidente sobre situação do Palestra e Atlético no tocante ao arrendamento dos terrenos onde se localizam seus campos.** 1943.

restringiam a clubes formados pela elite social e econômica da capital. Provavelmente, para que a modalidade se desenvolvesse e para que os *teams* elitizados também se desenvolvessem, outros clubes precisavam existir e ter seus espaços garantidos.

Dois anos após a doação do terreno que o América utilizava na avenida Paraopeba para o clube, a Prefeitura concedeu à *Sociedade Sportiva Palestra Itália*, em 1922, a posse do lote na mesma avenida. Em sete de abril daquele ano, o então prefeito da cidade, Affonso Vaz de Mello, homologou a Lei nº 213, nos mesmos moldes das doações já realizadas a clubes esportivos.

Dois objetivos foram traçados na fundação do time. O primeiro era disputar competições junto aos grandes clubes. O outro era a construção de um estádio. Os comerciantes italianos, que bancavam a fundação do time, compraram o terreno na av. Augusto de Lima, antiga av. Paraopeba, onde hoje existe o Parque Esportivo do Cruzeiro, e os operários italianos construíram o estádio com arquibancadas e capacidade para aproximadamente cinco mil pessoas. O terreno, localizado no Barro Preto, que ainda pertence ao Cruzeiro Esporte Clube, abrigou o único estádio do clube, construído na década de 1920.

O que se percebe é que o futebol belo-horizontino se desenvolve por instituições privadas, os clubes, que se beneficiavam do momento de construção da cidade para se instalar em regiões centrais. O desejo pelo moderno foi fator de fundamental importância para esse primeiro momento do futebol da capital, visto que a modalidade foi um pilar para introdução do caráter civilizatório e higienista que a modernidade exigia.

Os benefícios vindos do poder público para com os clubes de futebol foram, a princípio, restritos a doações de terrenos – com algumas poucas exceções como o auxílio na construção do Estádio Antônio Carlos. Não havia distinção, pelas fontes documentais analisadas, em relação a origem social do clube para o recebimento desses terrenos. Como mostrado, clubes de imigrantes e operários também conseguiram a benesse de lotes para seus treinos e jogos.

Mesmo que a elite municipal fosse grande incentivadora do futebol na capital, como visto em jornais da época, a modalidade não era exclusividade dela. O que se percebe é que o pertencimento à classe mais alta da sociedade facilita a conquista de certos benefícios.

CAPÍTULO 3: AS RELAÇÕES ENTRE PODER PÚBLICO E FUTEBOL ENTRE 1930 E 1950

Como visto no capítulo anterior, na capital mineira, o futebol já se estruturava de maneira organizada desde 1914 e se popularizava com grandes públicos presentes nas partidas. Percebera-se a presença do poder público como influenciador da prática e do desenvolvimento da modalidade nesses primeiros anos. É, todavia, com a profissionalização que o futebol toma outras proporções dentro da sociedade brasileira, evidenciadas, a saber, pelas políticas específicas dentro do âmbito federal que influenciavam a região mineira.

O futebol, a partir da profissionalização, que em Belo Horizonte acontece em 1933, constrói-se como potência nacional, torna-se símbolo da nação e é abarcado pela lógica trabalhista proposta por Getúlio Vargas. O poder público, gradativamente, começa a entender esse esporte como um campo de possibilidade de promoção da autoimagem. Na capital mineira, essas relações político-governamentais com o futebol se estabelecem desde o início, mas elas tornam-se complexas com o passar do tempo.

3.1. Amadorismo marrom e a profissionalização dos futebolistas em Minas Gerais

Com o passar dos anos, o futebol desenvolveu-se de tal maneira que o amadorismo não era suficiente para sustentar uma estrutura crescente. O termo “amadorismo marrom” remete a uma indefinição de status dos atletas atuantes, uma vez que eles não se enquadravam na categoria amador, no sentido clássico e literal, pois recebiam compensações financeiras para sua atuação. Ao mesmo tempo, não eram considerados profissionais, pois não havia nenhuma regulamentação, nem contratos firmados, tampouco permissão por parte das Ligas e das entidades organizadoras para a prática de contratação e de pagamento de salários previstos.

Rodrigues Filho²³⁵ trouxe o termo “amadorismo marrom” para explicar a maneira como as relações se estabeleciam, na década de 1920, no futebol carioca. Os clubes, a fim de garantir a permanência daquele jogador que se destacava, utilizavam-se de recompensas, financeiras ou

²³⁵ RODRIGUES FILHO, Mário. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

não, que o atraíssem a permanecer naquele time. Euclides Couto²³⁶ mostrou que em Belo Horizonte o que acontecia era semelhante, pois o vínculo firmado entre o atleta e o clube não era reconhecido pela Liga. O “amadorismo marrom”, portanto, era uma relação ambígua em que os jogadores se encontravam; ou seja, não eram amadores nem profissionais.

Como visto no capítulo anterior, o futebol desenvolveu-se ao longo do tempo em Belo Horizonte. Ele foi se tornando importante social e politicamente. Os jogos chamavam a atenção da imprensa, o público fazia-se presente em grande quantidade e, com isso, a rivalidade entre os clubes da capital começou a intensificar-se, principalmente entre o Atlético e o América.

Essa rivalidade, disputada dentro de campo, fez com que os clubes começassem a entender o jogador como um atleta que trazia resultados não apenas dentro do entendimento da identificação de pertencimento clubístico. Ainda na década de 1920, quando o futebol ainda era totalmente amador na capital, os principais clubes da cidade começaram a mudar a forma de captar jogadores, a qual passou a oferecer gratificações materiais a eles; isso, com o objetivo de deixarem os clubes de origem e defenderem outra agremiação.²³⁷ A LMST regulamentava a prática do futebol apenas como amadora e, por isso, era proibida a compensação financeira ao jogador. Porém, ao oferecer trocas materiais e não financeiras, os dirigentes burlavam a regra.

A transferência também era proibida. Para transferir-se, o jogador se desligava da sua equipe de origem e, depois, associava-se a uma nova agremiação. Nesse contexto, para comprovar o vínculo amador que se estabelecia entre o atleta e o clube, era preciso ser estudante ou ter algum vínculo empregatício. Como saída a tal exigência, “apresentavam-se como funcionário de algum estabelecimento comercial ou indústria vinculada a algum dirigente ou torcedor dessa nova equipe, ou ainda se comprovavam estudantes regularmente matriculados na Universidade de Minas Gerais (UMG).”²³⁸

Naquele momento, o futebol já tinha “passado por um intenso processo de ampliação e democratização”²³⁹ no Brasil. Os torcedores já eram muitos e o futebol já tomava formas de um possível grande negócio. Apareceu, então, uma necessidade de recrutamento de jogadores que tivessem destacadas suas habilidades com a bola, inclusive de homens negros e mestiços pertencentes às camadas mais pobres da população.

²³⁶ COUTO, Euclides de Freitas. Belo Horizonte e o futebol: integração social e identidades coletivas (1897-1927). 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2003.

²³⁷ LAGE, Marcus Vinícius Costa. **Deixem em paz nossos 'cracks'**: análise sociológica da profissionalização do futebol belo-horizontino: a regulamentação e os significados sociais. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013, p. 116.

²³⁸ LAGE, 2012, *op. cit.*, p. 117.

²³⁹ SOUZA, Denaldo Alchorne de. **O Brasil entra em campo**: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo: Annablume, 2008. p. 40.

Por algum tempo, essa prática foi comum aos clubes que se desenvolviam na capital. Chamada de “amadorismo marrom” por Rodrigues Filho²⁴⁰, começou em Belo Horizonte em 1925.²⁴¹

Inicialmente utilizada para se referir ao universo futebolístico carioca e paulista, o “amadorismo marrom” ou “profissionalismo marrom” se tornou expressão típica para designar a indefinição da condição dos jogadores de futebol na década de 1920, que, se não eram contratados pelos clubes, tampouco praticavam a referida modalidade esportiva como um atleta amador dos primeiros anos de difusão e consolidação do “campo futebolístico”.²⁴²

O trecho trazido por Marcus Lage de documento do Museu Histórico Abílio Barreto também fornece informações sobre esse período, assim escrito:

o regime do falso amadorismo, isto é, os clubes maiores e de melhores condições financeiras arrebanhavam de outros clubes e mesmo do interior grandes jogadores para fortalecer suas equipes mediante compensações financeiras ou de outras quaisquer espécies, tudo, isto é claro, feito dentro do maior sigilo, pois a CBD não permitia a mercantilização em qualquer hipótese do nosso futebol ou de outra qualquer espécie do esporte. Havia mesmo jogadores que recebiam grandes somas em relação à época.²⁴³

No início da década de 1930, discutiu-se entre os dirigentes dos clubes sobre a profissionalização do futebol. Lage encontra, em sua pesquisa, duas notas presentes em periódicos cariocas e reproduzidas no *Jornal Estado de Minas*, de 1931, as quais defendiam a criação de uma categoria profissional. As notas trazem posição – tanto do presidente da extinta Liga Carioca de *Football* Profissional do Rio de Janeiro quanto do Fluminense *Football Club* – favorável à profissionalização. Houve também uma reivindicação por melhores condições de salário.²⁴⁴

A pressão pela profissionalização tinha ainda um fator externo. A Itália já havia profissionalizado seus jogadores e prometia a construção de um grande estádio. O país começou a intensificar a busca por atletas que reforçassem seus times, mas, pela legislação nacional, apenas italianos e filhos de italianos podiam atuar nos clubes de lá. Assim, as equipes italianas passaram a procurar jogadores que se destacavam, principalmente em suas colônias. O Brasil acolheu imigração abundante de italianos e contava com comunidades numerosas em São

²⁴⁰ RODRIGUES FILHO, 1964, *op. cit.*

²⁴¹ LAGE, 2013, *op. cit.*, p.118.

²⁴² LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 117.

²⁴³ MHAB. 1986 *apud* LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 118-119.

²⁴⁴ SOUZA, 2008, *op. cit.*, p. 40.

Paulo, local que recebeu grande atenção dos clubes italianos no sentido de buscar novos talentos para compor elenco.

Segundo Denaldo Souza, a fuga de atletas para o exterior como fator para a profissionalização, versão essa que foi consagrada por Mario Filho, na verdade explicaria a antecipação de tal profissionalização no país. As transformações pelas quais a sociedade brasileira passou desde o século XIX, como a industrialização, a luta pelo reconhecimento social da população negra e pobre e o desenvolvimento de meios de comunicação também foram importantes para a mudança. A profissionalização do futebol é, antes de tudo, uma consequência de um contexto histórico-social.²⁴⁵

Belo Horizonte já contava com uma grande colônia italiana devido à imigração para a construção da nova cidade. Clubes aqui fundados eram produtos dessa comunidade, o Yale e o Palestra Itália eram agremiações constituídas pelos italianos que aqui residiam. O primeiro brasileiro a migrar para a Itália para jogar futebol foi Nininho, do Palestra Itália belo-horizontino.²⁴⁶

O assédio aos jogadores brasileiros demonstrava a importância do país através do futebol e sua projeção internacionalmente como formador de novos atletas. Por outro lado, a migração dos melhores futebolistas correspondia à perda de qualidade técnica nessa modalidade esportiva interna, o que, para os dirigentes esportivos não era “visto com bons olhos”, pois perdia-se, juntamente com os atletas exportados, parcela do público pagante que desinteressava dos jogos. Conseguir manter esses atletas no Brasil estabelecia e/ou reforçava o poder do país no plano internacional, contribuindo para marcar o futebol como um traço cultural da identidade nacional, além de representar um reforço para a oferta do produto do jogo de futebol de qualidade.²⁴⁷

O que se percebe é que a pressão pela profissionalização passou a ser uma questão estratégica para os clubes, já que estes estavam em ameaça de perda de jogadores que se destacavam. Além da Itália, outros países começaram a assediar jogadores brasileiros. Entre 1932 e 1933, Argentina e Uruguai regulamentaram a profissionalização do futebol.²⁴⁸ Como os clubes desses países começaram a perder atletas para times europeus, argentinos e uruguayos começaram a buscar atletas brasileiros que ainda eram amadores. Ademais, com a profissionalização no Rio de Janeiro e em São Paulo, o êxodo para times de tais cidades também era temido.

²⁴⁵ SOUZA. 2008, *op. cit.*, p. 40-41.

²⁴⁶ SANTANA. 2003 *apud* LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 89.

²⁴⁷ LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 89.

²⁴⁸ LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 90.

O movimento para a profissionalização do futebol se iniciou quando um grupo, que tinha desvantagem política dentro da Associação Metropolitana de Esportes *Athleticos*, percebeu que poderia conquistar o domínio do campo esportivo com a mudança.

Outro ponto que vale ressaltar em relação à pressão externa da regulamentação do futebol belo-horizontino é o modelo do futebol carioca. Por ser a capital nacional, o Rio de Janeiro ditava modelos e referências para o Brasil. As discussões que efervesciam na capital fluminense eram levadas para São Paulo e, depois, para outras regiões do território nacional. Um exemplo é o debate sobre o futebol profissional em notícias de jornais mineiros, como supracitado. Além de capital da República, o Rio de Janeiro abrigava a sede da CBD, a máxima gestão do futebol nacional àquela época. Logo, se Rio de Janeiro deu uma nova orientação ao futebol, Belo Horizonte precisava discutir essa possibilidade.

A profissionalização do futebol, para além de uma estratégia de gestão que garantia a permanência de jogadores destaques, o que permitia maior competitividade ao clube nas disputas dentro de campo, também trazia benefícios aos atletas. Com o vínculo profissional, o jogador teria garantias trabalhistas que estavam sendo implantadas por Getúlio Vargas. O futebol tornar-se-ia, assim, uma possibilidade de ascensão social para homens de classes mais baixas.

Em Minas Gerais, a profissionalização rendeu uma disputa entre os clubes com posicionamentos opostos. Palestra Itália, Atlético e Tupy (de Juiz de Fora) tomaram a frente da defesa em favor da nova orientação. Os dois últimos chegaram a falar que se “profissionalizariam e competiriam com os clubes cariocas, filiando-se a LCF”.²⁴⁹ Segundo Abílio Barreto, o Atlético foi o maior defensor da profissionalização. Para ele, as mudanças que já aconteciam no Rio de Janeiro e em São Paulo animaram alguns desportistas em Minas Gerais:

O campeonato amadorista ia ser iniciado, quando a ideia do futebol remunerado, já existente no Rio e em S. Paulo, empolgou os desportistas mineiros, com o *Athletico* à frente, por meio de seu presidente Dr. Thomaz Naves. Iniciou-se o profissionalismo.²⁵⁰

O América era contrário à profissionalização. O fator social era uma importante questão para o América na sua defesa do amadorismo.

²⁴⁹ LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 91.

²⁵⁰ MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. Abílio Barreto Produção Intelectual. Esportes (1904-1937). n. 7/061, caixa 26, pasta 36, 1932.

o regulamento amadorista teria sido um dentre os vários mecanismos utilizados pelas elites urbanas para impor uma barreira sociorracial nos primeiros anos de prática e assistência futebolística no país. Por meio dele, esses grupos mais abastados da sociedade teriam conseguido restringir o futebol a apenas alguns segmentos sociais, como o caso dos estudantes e dos profissionais bem-sucedidos, que, assim, se valiam desse esporte como uma estratégia de distinção social.²⁵¹

Em Belo Horizonte, o América representava o que se tinha de mais elitizado no futebol naquele momento. Era um clube formado por homens bem-sucedidos profissionalmente, ou por estudantes com algo em comum, a riqueza. Enquanto o amadorismo perdurasse, o América manter-se-ia em uma posição de conforto dentro do cenário futebolístico, com grandes chances nas disputas de taças. Afinal, foi nesse formato que a equipe do América se consagrou decacampeão, ratificando, conseqüentemente, uma hegemonia dentro do estado de Minas Gerais.

Apesar da divergência do clube com a profissionalização, o América acabou sendo favorável a ela, aceita pelo seu presidente Clóvis de Magalhães Pinto e pela diretoria. Isso porque não era interessante para eles serem excluídos das competições que tomariam caráter profissional. Caso não se adequassem à nova orientação, o alviverde perderia espaço no cenário local e não travaria, por conseguinte, embates contra seus grandes rivais. Por isso, o clube optou por “não abandonar a nova entidade desportiva criada”²⁵².

Com a regulamentação e com a profissionalização do futebol em Belo Horizonte, em maio de 1933, a entidade organizadora, a LAF, foi desfeita e substituída pela Associação Mineira de Esportes (AME). Uma particularidade na profissionalização em Belo Horizonte foi a continuidade de alguns clubes no amadorismo.

[No Rio de Janeiro] a antiga entidade foi desfeita e não houve nenhum clube que permaneceu sob o regulamento amadorista. Seguindo os preceitos da FIFA, a nova entidade reconheceu tanto o futebol profissional quanto o amador, sendo, cada um deles organizado por uma Liga própria associada à AME.²⁵³

A Liga Profissional exigia que os clubes disputantes tivessem posses para a prática do jogo. Segundo notícia extraída por Lage do periódico *Estado de Minas*, era exigido dos clubes “[...] praça de esportes confortáveis, com capacidade para mil espectadores, no mínimo, fechada, campo gramado que obedeça às dimensões regulamentares, e que apresentem as suas esquadras em magnífica ‘performance’, de maneira a poder competir, com os grandes

²⁵¹ LAGE, 2020, *op. cit.*, p. 64.

²⁵² LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 92.

²⁵³ LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 97.

clubes”²⁵⁴. Importante pontuar que os “grandes clubes” a que se referia a notícia eram os considerados “clubes natos”, ou seja, Atlético, América, Palestra Itália e Villa Nova. Os clubes que não dispusessem de condições financeiras suficientes para se enquadrarem nas exigências, tinham a opção de disputar a Liga Amadora.

A profissionalização trouxe outras mudanças, além das citadas, como a regulamentação da transferência dos atletas entre os clubes. Foi a partir da criação da AME que “todo e qualquer atleta que quisesse se transferir de clube, seja ele profissional ou amador, deveria ter a anuência de sua agremiação esportiva de origem”²⁵⁵. Na prática, essa concordância dos times se devia aos acordos econômicos firmados entre eles, semelhante ao que acontece na atualidade.

O futebol tornou-se profissional e, com isso, adquiriu um caráter econômico mais forte. As relações financeiras entre o clube e os atletas assemelhavam-se às relações entre uma empresa e seus funcionários. Por isso, as agremiações passaram a precisar, cada vez mais, de recursos financeiros para a montagem de times também cada vez mais preparados e adequados às competições que disputassem. Futuramente, os clubes passariam a disputar competições interestaduais, nacionais e internacionais, evidenciando, assim, o crescimento que a modalidade atingia.

3.2. A Era Vargas e futebol brasileiro

A política nacional seguia uma alternância de poder entre mineiros e paulistas, de acordo com uma tradição em que o presidente era escolhido por aquele que deixava o cargo. O governo de Washington Luís encerrava-se sem clima de instabilidade. Ele queria manter uma política de proteção aos produtores de café, muito devido à crise econômica de 1929. Entretanto, quebrando com a alternância, indicou Júlio Prestes, paulista, ao cargo da presidência. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, mineiro que apostava em sua indicação, decidiu apoiar o candidato gaúcho, Getúlio Vargas, após o rompimento dos paulistas com a tradição café com leite.

Estava formada a Aliança Liberal, coligação de forças políticas e partidárias pró-Vargas que – unindo Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, além da oposição ao governo em vários estados e de militares descontentes –, preocupava-se em conquistar a simpatia das classes médias e dos setores operários.²⁵⁶

²⁵⁴ IMPORTANTES..., 1933 *apud* LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 97.

²⁵⁵ LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 98.

²⁵⁶ DEL PRIORI, Mary. **Histórias da gente brasileira**, volume 3: República – Memórias (1889-1950). Rio de Janeiro: editora LeYa; 2017. p. 72.

A eleição aconteceu em 1º de março, e a vitória de Júlio Prestes foi anunciada pelo Congresso. Isso fez com que os apoiadores de Getúlio Vargas se mobilizassem e com que se organizassem em um avanço revolucionário em direção à capital da República. Em 24 de outubro, o presidente Washington Luís foi deposto pelo Exército e, em três de novembro, Getúlio assumiu o poder. Quase que de imediato, a Constituição de 1891 foi revogada, e Vargas passou a governar por meio de decretos.

A promessa dos revolucionários era de uma mudança no Estado Nacional.

Preocupados em definir o movimento como conservador, contrarrevolucionário, ‘nem de origem, nem de caráter comunista’, os revolucionários prometiam ‘promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, desmontar a máquina do filhotismo parasitário e sanear o ambiente moral da pátria’. Acabara-se ‘a república dos fazendeiros’. Prometiam-se, também, novos tempos: os da presença de um Estado forte, centralizador, paternalista, patriótico e gestor da economia.²⁵⁷

Vargas desenvolveu, durante o Estado Novo (1937-1945), políticas relacionadas aos esportes a fim de disciplinar os corpos como estratégia de propaganda política. A desordem precisava ser substituída pela ordem das elites. Cabia ao futebol, apesar das múltiplas restrições que lhe eram feitas, contribuir para que a construção da nação brasileira se concretizasse. Esse foi o novo papel do futebol.

Como dito anteriormente, a profissionalização veio paulatinamente. Já no fim da década de 1920, alguns clubes (Atlético e Palestra Itália, em Belo Horizonte, por exemplo) começaram a dar recompensas para aqueles que jogavam em seus times. Recompensas financeiras como premiações, alojamentos para os rapazes ou até mesmo emprego em indústrias dos dirigentes dos times. Jogadores e dirigentes que temiam a modernização do futebol, contrários à popularização do esporte, recusavam-se a pagar e a receber pelos jogos. Em Belo Horizonte, o América foi contrário à profissionalização do futebol, chegou, inclusive, a protestar, em 1933, utilizando para isso uniforme vermelho em alguns jogos.

A seleção brasileira, na primeira Copa do Mundo, de 1930, no Uruguai, não alcançou grandes resultados. Era ainda um time amador em um momento em que muito se discutia a profissionalização do futebol no mundo e em que alguns países já aderiam a isso. Tal realidade fez com que Getúlio Vargas criasse a Federação Brasileira de Futebol (FBF). A profissionalização, em 1933, não foi muito bem recebida por parte dos clubes brasileiros, havia

²⁵⁷ DEL PRIORI, 2017, *op. cit.*, p. 78.

um conflito entre a FBF e a CBD e, assim, criou-se o Conselho Nacional de Esportes (CNE), considerado uma das primeiras intervenções federais no futebol.

Como dito, o futebol tinha papel importante na implementação de uma ideologia de modernidade em que os corpos precisavam de disciplina, de civilidade. O esporte era uma ferramenta importante na modernização dessa sociedade e, para além disso, era propício à integralização do nacional, de uma identidade brasileira. Manhães, citado por Linhales²⁵⁸, destaca os discursos da ideologia esportiva implementada nas décadas de 1930 e de 1940: o “Discurso da disciplina”, o “Discurso nacionalista” e o “Discurso moral e cívico”.

A prática de atividades físicas e a frequência aos espetáculos esportivos foram atividades promovidas e/ou estimuladas pelo Estado que se destacaram nesse sentido, sobretudo durante o período entreguerras (1918-1939), marcado internacionalmente por crises políticas e econômicas, e pela ascensão de diferentes movimentos conservadores antidemocráticos e antiliberais pelo mundo ocidental, como o governo nacional-socialista (nazista) de Adolf Hitler na Alemanha (1933-1945) e a primeira passagem de Getúlio Vargas pela presidência da República no Brasil (1930-1945), especialmente durante o Estado Novo (1937-1945).²⁵⁹

A *integração nacional*, implementada ideologicamente por Vargas, atribuiu ao futebol brasileiro um cunho nacionalista que visava à glorificação do governo autoritário. A utilização do esporte objetivava integrar o indivíduo ao projeto nacional, de forma a moralizar os corpos para aprimoramento da *raça* brasileira, preparando-os, então, para o trabalho e para o serviço nacionalista. Nesse período, a reinvenção do Brasil pautava as ações políticas. Segundo Ribeiro²⁶⁰, os cronistas daquele momento tratavam o futebol como parte dessa nova invenção do Estado e da nação Brasil. Para ele, pensar o futebol era uma forma de inventar o Brasil.

Nos anos de 1920, a pressão das multidões urbanas, a opinião pública que clamava demandas inter e intraclasses e a cultura de massa que emergia eram associadas ao conceito das nações. As elites nacionais assumiram-se como *classe dirigente* e reelaboraram um reordenamento do social brasileiro. O pensamento autoritário e elitista ganhou força e tornou-se seu objetivo a reforma do Estado-nação.²⁶¹

Nesse sentido de propaganda governamental, de criação de uma identidade nacional que fortalecesse os preceitos ocidentais em uma refundação de nação, o governo Varguista tentou

²⁵⁸ LINHALES, Meily Assbú. Jogos da política, jogos do esporte. In.: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

²⁵⁹ LAGE, Marcus Vinicius Costa; CORNELSEN, Elcio Loureiro. A institucionalização política dos esportes em perspectiva comparada: o totalitarismo nazista (1933-1945) e o autoritarismo varguista (1930-1945). In: ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. **Aspectos Filosóficos, Sociais, Políticos e Econômicos / III Encontro Paulista de Sociologia do Esporte**. São Paulo: Ed Escola de Artes, Ciências e Humanidade. 2016. p. 277.

²⁶⁰ RIBEIRO, Luiz Carlos. Política, futebol e as invenções do Brasil. **Revista História Regional**, 2012.

²⁶¹ RIBEIRO, 2012, *op. cit.*

se utilizar da capoeira. O problema é que a capoeira tinha uma circulação restrita na sociedade, limitando-se a nichos marginais. Ela não era um esporte de massa e a tentativa de trazê-la para o controle do Estado foi fracassada.

Diferentemente, o futebol já era um esporte popular, de massa, que se organizava de modo independente do poder público. Ele já era uma das bases da cultura brasileira sem precisar de esforços do governo para isso. O futebol, então, foi adotado pelo governo Vargas para a reinvenção da nação Brasileira. Esse esporte servia de pilar para o Brasil, ao contrário da capoeira, que exigia ser massificada pela reinvenção da nação e, assim, tornar símbolo cultural e identitário.²⁶²

Outro autor, Santos²⁶³, entende que foi a Revolução de 1930 que permitiu a popularização do futebol no Brasil, deixando de ser esse um esporte elitizado. Para ele, o futebol tornou-se um esporte de massa e, quando isso aconteceu, ele se tornou nacional. O futebol virou, nesse momento, e ainda hoje, importante signo na afirmação da identidade nacional – junto ao samba, à feijoada etc.

Entende-se, aqui, que o futebol começa a se popularizar antes mesmo de 1930, pois isso é percebido com os relatos extraídos de periódicos de diversos autores sobre os públicos presentes nas partidas. A profissionalização é resultado de um crescimento dessa popularização que fazia com que o futebol começasse a figurar como elemento de importância dentro daquela sociedade. É por essa razão, portanto, que os clubes passam a burlar os regulamentos numa tentativa de atrair e de manter jogadores habilidosos que se destacavam dentro de campo.

Porém, também entendemos que, a partir da profissionalização, o futebol adquire um aspecto econômico que não tinha antes, sendo agora visto, também, como parte de um negócio, como uma empresa, mesmo não sendo uma empresa. Os clubes passam a precisar de receitas para que se investissem em jogadores e, assim, aumentassem as chances de conquistas de taças. O movimento, empreendido por Getúlio Vargas, de utilização do futebol como um fator identitário do Brasil foi de grande importância para essa massificação. Foi com tudo isso que o futebol se tornou “paixão nacional” e passou a se desenvolver cada vez mais no quesito econômico, social, político e esportivo.

A geração de pensadores, como Silvio Romero e Nina Rodrigues, da segunda metade do século XIX, que entendia o Brasil como atrasado em relação à ideia de progresso muito sustentada na época, deixou uma herança de negatividade mirada na imagem do mestiço. Resquícios da teoria do darwinismo social, a qual ainda permeava o imaginário mundial. A

²⁶² RIBEIRO, 2012, *op. cit.*

²⁶³ SANTOS, 1981, *op. cit.*

cultura do corpo sadio ajudava a dissimular esse passado negro e indígena tão desprezado. “Uma vez que não era possível branqueá-lo, era preciso encontrar as qualidades no mestiço.”²⁶⁴

Na Copa do Mundo de Futebol de 1938, disputada na França, o Brasil conquistou o terceiro lugar e, a partir de então, passou a ser exemplo da vitória do mulato, tornando-o identidade do brasileiro. Santos diz, sobre a campanha de 1938, que estávamos começando a ser conhecidos no exterior como um país de “pretos elásticos que jogavam bola e batiam samba”.²⁶⁵

O governo varguista investia no esporte para a militarização do corpo, além de visar à perspectiva pedagógica. Em 1933, funda a Liga de Sports do Exército e a Liga de Sports da Marinha e transforma o Centro Militar de Educação Física em Escola de Educação Física do Exército.²⁶⁶ A transposição do militarismo esportivo para as escolas se deu em 1937, quando uma nova Constituição Federal definiu a obrigatoriedade do ensino de Educação Física nas escolas do país. Nesse momento, também se criou um órgão que regulava a atividade, a Divisão de Educação Física, que contava com grande participação dos militares preparados pelo governo varguista desde 1933.

Apesar de todo o percurso de profissionalização do futebol, ele só se torna profissional oficialmente, dentro do panorama federal, em 1941 com o Decreto-lei nº 3.199, promulgado por Vargas em 14 de abril. Esse decreto-lei estabelecia a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) e dos Conselhos Regionais de Desportos (CRD), que controlavam toda a organização esportiva do país. Esses Conselhos objetivavam também estimular o desenvolvimento do esporte amador, enquadrando-o nas políticas sociais pedagógicas e militaristas. Também era competência desses conselhos disciplinar o esporte de espetáculo, a partir da orientação e da fiscalização dos clubes e das entidades esportivas que organizavam as competições.

Os espetáculos esportivos deveriam ser controlados por meio dos órgãos de censura, difusão e propaganda político-cultural no sentido de explorar os satisfatórios desempenhos dos atletas nacionais em competições internacionais e a própria organização desses eventos, quando promovidos por esses países, como sinônimo da superioridade racial e também como demonstração da integração da nação em torno do projeto e, em especial, do líder político, transformando, assim, os espetáculos esportivos de massa em cívicos.²⁶⁷

²⁶⁴ RIBEIRO, 2012, *op. cit.*, p. 350.

²⁶⁵ SANTOS, 1981, *op. cit.*, p. 38.

²⁶⁶ LAGE; CORNELSEN, 2016, *op. cit.*

²⁶⁷ LAGE; CORNELSEN, 2016, *op. cit.*, p. 285-286.

Um pouco antes, no início da década de 1930, o futebol já havia se tornado um espetáculo. O público já não era mais o mesmo das décadas anteriores. Nos anos trinta os grandes clássicos carioca e paulista, como Corinthians x Palestra e Flamengo x Fluminense já chamavam públicos de 50 mil pessoas, em uma população municipal que mal passava do milhão. Além disso, o perfil do público havia mudado. Se antes os jogos eram assistidos por mulheres e por homens da elite social, na década de 1930 a grande presença nas arquibancadas era de trabalhadores, soldados, funcionários públicos, comerciantes.²⁶⁸

Em 1937, com a instauração do Estado Novo, foi criada a Divisão de Educação Física subordinada ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

A desordem precisava ser substituída pela ordem das elites. Cabia ao futebol, apesar das múltiplas restrições que lhe eram feitas, contribuir para que a construção da nação brasileira se concretizasse. Esse vai ser o novo papel do futebol.²⁶⁹

O início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, alterou a dinâmica das políticas de esporte no Brasil. A não realização das Copas do Mundo de Futebol de 1942 e 1946 fez com que o Brasil, que havia se candidatado para sediar a próxima disputa mundial, sediasse a Copa de 1950, visto que a Alemanha, concorrente do Brasil, havia saído destruída da guerra.

Após 1939, o governo varguista passa a explorar a construção e a utilização de estádios como espaços para comemorações de datas cívicas. O Estádio do São Januário, no Rio de Janeiro, foi palco do anúncio de Getúlio Vargas sobre o salário mínimo, em 1940, e da consolidação das Leis Trabalhistas em 1941.²⁷⁰

A partir de 1941, com o Decreto-lei nº 3.199, já citado neste texto, o Estado vinculou toda a estrutura organizacional do esporte diretamente ao poder executivo. Os estatutos dos clubes deveriam ser redigidos de acordo com as bases definidas pelo Conselho Nacional de Desportos.

A política de Vargas passava por alguns aspectos centrais que dizem respeito a direitos sociais efetivados pelo trabalho. A regulamentação do futebol profissional seguia essa política varguista e, assim, garantia ao atleta direitos trabalhistas como indenizações e cláusulas de rescisão contratual. A definição do jogador como funcionário definia uma hierarquia dentro do clube e estabelecia relações de poder entre dirigentes esportivos e jogadores.

²⁶⁸ SANTOS, 1981, *op. cit.*

²⁶⁹ NEGREIROS, Plínio José L. C. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional. **História: Questões e Debates**. Editora UFPR: Curitiba. n. 39, 2003. p. 124.

²⁷⁰ LAGE; CORNELSEN, 2016, *op. cit.*

Tal modelo de regulamentação profissional do jogador de futebol demonstrava claramente os limites dos direitos garantidos aos mesmos. [...] tais direitos foram também uma resposta às contingências da indústria do espetáculo esportivo. Nesse sentido, os direitos dos atletas poderiam ser apontados como outorgados e não como conquista de classe.²⁷¹

O que podemos perceber é que o futebol vai se transformando em um pilar central da cultura brasileira com o auxílio do poder público. Getúlio Vargas teve grande responsabilidade na construção de um cenário nacional do futebol, seja como utilização do esporte como fundamento de uma identidade nacional, seja numa estrutura nacional de regulamentação da modalidade.

O futebol já tinha, naquele momento, uma estrutura profissional que iria para além do registro de contratação dos jogadores. A organização a nível federal e o fomento à formação de atletas, além da hierarquização e da profissionalização da gestão administrativa com rigidez hierárquica dentro dos clubes, trouxeram características importantes ao futebol que o tornaram um potencial econômico e, cada vez mais, uma possibilidade de carreira.

3.3. As concessões do poder público aos clubes belo-horizontinos

Nesse contexto de futebol profissionalizado e como expoente da cultura brasileira, os clubes em Belo Horizonte começam a se distanciar em relação à organização e à “grandeza”. Atlético, América e Palestra Itália destacavam-se em Minas Gerais, atingindo patamares diferenciados em relação aos outros clubes locais.

Os clubes também passaram por um crescimento financeiro, visto que, nesse momento, era preciso pagar salários aos atletas. Toda uma estrutura econômica desenvolveu-se dentro do contexto futebolístico. Os clubes permaneciam com seus estádios, seus lotes, suas sedes, em espaços doados pela Prefeitura de Belo Horizonte, como já visto no capítulo anterior. No entanto, as relações entre o poder público e o futebol se fortaleciam, em especial a esses clubes. A documentação analisada aqui, nesse período temporal, mostra as relações entre o poder público e os três clubes citados, com uma pequena participação do Sete de Setembro, no que diz respeito à construção de estádios para a Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil.

O que percebemos é o fato de os clubes não conseguirem acompanhar as exigências econômicas esperadas deles. Alguns relatórios e documentos disponíveis na Prefeitura de Belo

²⁷¹ LAGE, 2013, *op. cit.*, p. 67.

Horizonte mostram que esses clubes contraíram dívidas junto ao Estado e não conseguiam honrar os compromissos estabelecidos com o poder público.

Em 13 de fevereiro de 1936, o então presidente do Palestra Itália, Dr. Miguel Perrella, e o prefeito de Belo Horizonte, Dr. Otacílio Negrão de Lima, firmam contrato de compra e venda do terreno do Barro Preto e arrendamento do espaço. O lote, que pertencia ao Palestra, foi vendido à Prefeitura da capital mineira e arrendado pelo clube pelo prazo de 30 anos, com pagamento anual, segundo a documentação de escritura de compra e venda existente na Divisão de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte. Segundo o documento,

3º) Ficarão a cargo da arrendatária Sociedade Sportiva Palestra Itália as obras que forem exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias para segurança, conservação e hygiene nas benfeitorias arrendadas. 4º) A arrendatária não tem direito algum, digo, quaesquer benfeitorias que a Sociedade Sportiva Palestra Itália faça ou vier a fazer no quarteirão ora vendido à Prefeitura e o lote é agora arrendado lhe serão indenizados por qualquer motivo fôr rescindido este contracto [...]²⁷²

No mesmo contrato há uma cláusula de finalidade única do imóvel para fins esportivos e um impedimento sobre a sublocação.

Com o América, a prefeitura municipal estabelece acordo semelhante. Em 14 de agosto de 1939, houve um registro de imóvel da compra do Estádio do América pela Prefeitura. O estádio já havia sido uma contrapartida em uma negociação com o clube. A Prefeitura, querendo utilizar o terreno a qual o América tinha concessão, deu, em troca, uma estrutura completa para a prática esportiva em um terreno desmembrado do Parque Municipal, como visto no capítulo anterior. A prefeitura, nesse registro de 1939, queria a posse desse imóvel.²⁷³

A nova negociação pôs o município como possuidor do imóvel, mas o América como arrendatário com contrato de validade de trinta anos. No contrato firmado, nos mesmos moldes do ocorrido com o então Palestra Itália, o clube só teria permissão para uso do espaço para fim esportivo, o que negava a possibilidade de sublocação.

Infere-se que os clubes não conseguiam arcar com os custos e a Prefeitura comprava os imóveis, negociando um valor de parcelas do arrendamento para que o América continuasse utilizando o espaço. Os benefícios em relação ao América foram a diminuição dos custos com

²⁷² BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Cruzeiro – escritura de compra e venda e arrendamento entre Prefeitura de Belo horizonte e Sociedade Sportiva Palestra Itália – quarteirão 16 da 8ª urbana. Registro (inscrição de hipoteca).** 1942.

²⁷³ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **América Futebol Clube – Carta de emissão a favor da Prefeitura extraída dos autos de ação executiva hipotecária que Almerio Gonçalves de Amorim e s/m moveram à América Futebol Clubes, para título e conservação de seu direito.** 1939.

a manutenção, impostos etc., e, para a Prefeitura, uma nova renda com a anuidade paga pelo clube. Pode-se entender como uma forma de auxílio ao América, para que suas finanças se destinassem ao desenvolvimento do futebol em si.

Quando se focaliza a relação entre o poder público e o Atlético, o limite fica mais invisível. Quando da construção do Estádio Antônio Carlos, em 1929, e do arrendamento de seu terreno, que só aconteceu em 1935, um relatório de dívidas do clube alvinegro mostra que o contrato previa o pagamento de uma quantia anual e de juros caso este não acontecesse.²⁷⁴ De acordo com esse documento, escrito em 22 de julho de 1943, o Atlético realizou o pagamento da anuidade nos dois primeiros anos de contrato e, naquele momento, devia cinco anos da taxa do arrendamento, mais os juros relativos ao atraso. A Prefeitura de Belo Horizonte estabeleceu que o pagamento da dívida fosse realizado até 15 de agosto daquele ano, o que não aconteceu, e decidiu-se, então, intervir no repasse do recurso que o clube recebia da Loteria Mineira.

O detalhe importante para se entender essa lacuna entre a inauguração do Estádio Presidente Antônio Carlos, em 1929, e o arrendamento do terreno onde ele se localizava, em 1935, é o registro da “falta”²⁷⁵ de uma documentação. Na pasta 146, da Divisão de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte, que tem como tema os clubes de futebol da cidade (Atlético, América e Cruzeiro), há documentação referente ao Cruzeiro e ao América que expliquem o ocorrido, mas o item A, que seria o mesmo relacionado ao Atlético, aparentemente foi perdido, ou, ao menos, não consta no arquivo para consulta.

O item A da pasta tem este título-tema: *Escritura de compra e venda e aforamento entre Prefeitura e Clube Atlético Mineiro – quarteirão 13 da 9ª urbana. Registro – cancelamento*, com uma observação ao lado: “FALTA”. Essa documentação provavelmente foi perdida com o tempo, mas toma-se como base a escritura de compra e venda e arrendamento que a Prefeitura acordou com Cruzeiro e com América, na mesma época, e entende-se que o município comprou o lote, até então pertencente ao time alvinegro, e que firmou contrato de arrendamento por trinta anos para uso do terreno pelo Atlético.

O que aconteceu foi o endividamento do clube com o município, como visto no relatório de levantamento de dívida do Atlético com a Prefeitura em 1943. Isso, pois apenas os dois primeiros anos do acordo de arrendamento foram quitados, os outros ficaram em débito,

²⁷⁴BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **A Prefeitura beneficiando extraordinariamente os clubes Atlético e Palestra Itália, lhes arrendou respectivamente os quarteirões 13 da 9ª urbana e 16 da 8ª urbana.** 1943.

²⁷⁵A palavra “falta” está escrita ao lado da titulação da documentação no índice da pasta onde estão os documentos semelhantes. Significa que a organização dessas documentações não encontrou a “Escritura de compra e venda e aforamento entre Prefeitura e Clube Atlético Mineiro – quarteirão 13 da 9ª urbana. Registro – Cancelamento”.

acumulando multa e juros, e a Prefeitura interveio no recurso repassado da Loteria Mineira ao clube.

O registro da Prefeitura mostra que, em 1943, após cobrança do município pelas dívidas, os clubes justificaram o débito com as dificuldades financeiras pelas quais passavam naquele momento. Relacionam-se essas carências dos clubes, nas décadas de 1930 e 1940, como consequência do processo de profissionalização do futebol, que aconteceu em 1933, em Minas Gerais. Ao sair do amadorismo, as agremiações esportivas aumentaram os gastos ao criar uma folha de pagamentos aos atletas, além de todos os custos gerados por um profissional a uma instituição.

Interessante observar que esta compra dos lotes pela Prefeitura foi uma solução para a dificuldade que os clubes estavam encontrando de manter seus estádios nos moldes vigentes. Da mesma forma que aconteceu com o América, e também com o Palestra Itália/Cruzeiro, o contrato fez-se parecer interessante para o clube, que diminuiu despesas com impostos, por exemplo, mas continuou usufruindo de seu estádio.

Os fatos aqui analisados, demonstrados pela documentação, pelos relatórios da Prefeitura, dão conta de que os clubes passavam por dificuldades financeiras, uma década depois da profissionalização do futebol em Minas Gerais. As agremiações não conseguiam cumprir com suas obrigações com o poder público. Ao mesmo tempo, percebem-se as prioridades que elas estabeleciam. As dívidas com a prefeitura aumentavam, tanto pelo não pagamento quanto pelo montante de multas e juros, mas isso não significou nenhum tipo de manifestação contrária à profissionalização. Importante lembrar que apenas em 1941 essa estrutura profissional do futebol foi registrada no âmbito nacional. Isso significa que até essa data a profissionalização a qual Atlético, América e Palestra se submetiam era de âmbito local. Não há nenhum registro sabido aqui sobre uma insatisfação em relação a nova estrutura que o futebol tomava por parte dos clubes.

O que se tenta demonstrar, nesse momento, é que o clube preferia criar dívidas com a prefeitura do que deixar de investir no seu time, o que poderia criar uma saúde financeira melhor. Essa lógica ainda é percebida atualmente, em que os clubes devem em diversas instâncias (seja à União, seja a outros clubes, seja aos próprios funcionários), mas não deixam de investir em novas contratações, por exemplo.

Essa lógica capitalista do futebol já estava presente naquele momento, na década de 1930, em Belo Horizonte. Ter uma dívida não significa não ter capital, mas significa fazer escolhas de aplicação desse capital. Os clubes preferiam permanecer negativados em relação ao poder público para se desenvolver esportivamente. A questão é o porquê dessa preferência.

Não cabe aqui a resposta a esse questionamento, mas as relações estabelecidas desde o princípio com a prefeitura belo-horizontina podem indicar hipóteses.

O Atlético era proprietário, também, de terrenos na Pampulha, chamados de “Quinta Elza”. A informação de quando e de como houve tal aquisição não foi encontrada, mas, em 1951, o clube pediu aprovação da planta de loteamento dos terrenos. Em 1953, o projeto foi aprovado com a condição de passarem-se para domínio da Prefeitura alguns lotes. Essas negociações ultrapassam o recorte temporal estabelecido para a pesquisa, mas, em 17 de julho de 1950, a Lei 156 isentou o Atlético dos ônus de urbanização. O documento assinado pelo então prefeito, Otacílio Negrão de Lima, diz o seguinte:

Art. 1º – Fica a Prefeitura de Belo Horizonte autorizada a isentar o Atlético dos ônus de urbanização previstos no art. 7º do Decreto Municipal nº 54, de 1935, com a nova redação constante do art. 17 da lei municipal nº 15 de março de 1948.

Art. 2º – A isenção referida no artigo anterior diz respeito, tão somente, aos lotes resultantes da gleba de terreno de propriedade do aludido Clube, denominada Quinta Elza, na Pampulha, descrita na promessa de venda registrada no Cartório do 1º ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte [...]²⁷⁶

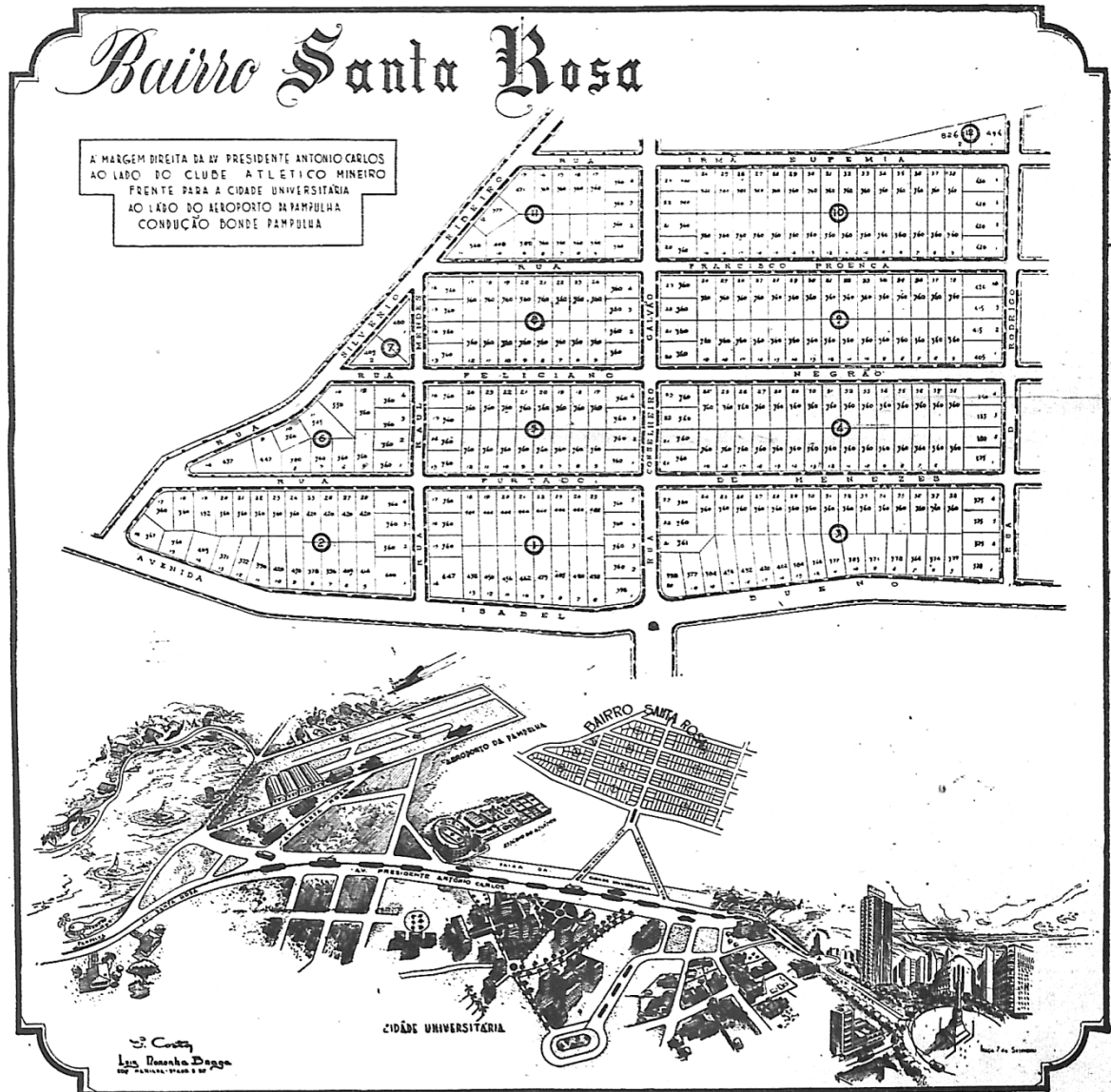
Isso significa que a Prefeitura, mais uma vez, beneficiou o Atlético por isentá-lo de gastos com questões urbanas, como pagamentos de impostos, IPTU, relacionados à “Quinta Elza”. Essa decisão do município beneficiava o clube por ter posse de um terreno em área a ser valorizada – o complexo da Pampulha, idealizado pelo prefeito Juscelino Kubitschek e projetado por Oscar Niemeyer, foi construído entre 1942 e 1944 – sem gastos municipais com ele, o que permitia investimento em outras áreas que o clube assim necessitasse e/ou desejasse.

O suplemento especial dedicado ao Atlético da revista *Vida Esportiva*²⁷⁷ traz um anúncio publicitário, na página 14, da venda de terrenos de um novo loteamento na região da Pampulha, nas proximidades da Cidade Universitária e do Aeroporto.

²⁷⁶ BELO HORIZONTE. Lei 156. 1950.

²⁷⁷ REVISTA *Vida Esportiva* – Suplemento. 1947.

Imagem 6 – Localização do novo bairro Santa Rosa, na região da Pampulha.



Fonte: *Revista Vida Esportiva*, 1947, p. 14. Suplemento.

O anúncio, ainda, faz referência à proximidade do bairro com o Estádio do Atlético:

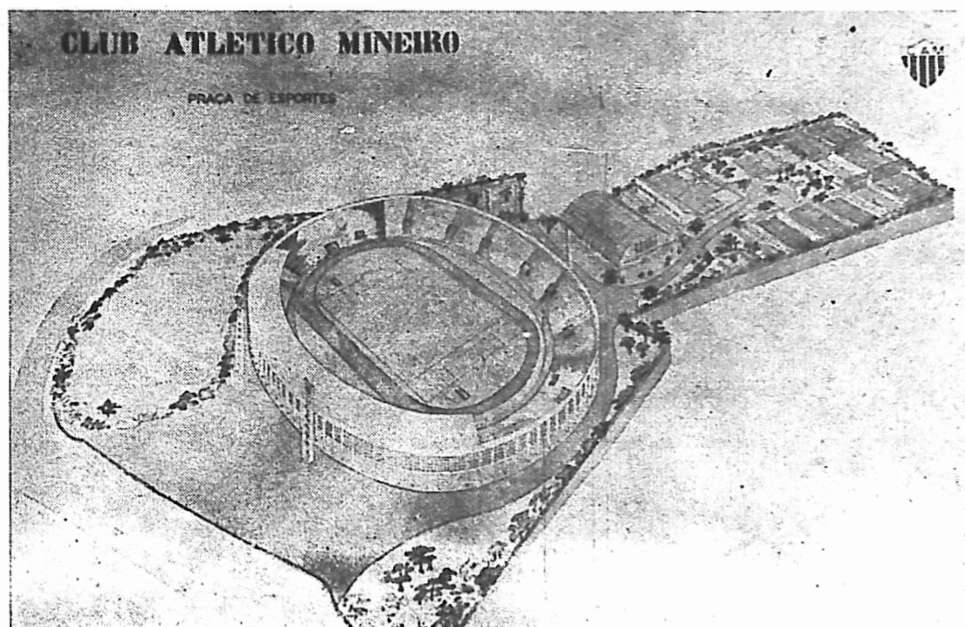
O BAIRRO SANTA ROSA, que obedecendo os (sic) mais perfeitos requisitos de urbanização moderna, de acordo com a Prefeitura, rasga, na PAMPULHA, ruas largas e amplas avenidas. Em situação privilegiada, de topografia magnífica, tem ainda como pontos de valorização imediata a CIDADE UNIVERSITÁRIA em frente ao majestoso ESTADIO DO CLUBE ATLÉTICO MINEIRO ao seu lado.²⁷⁸

Na página ao lado da publicação sobre o loteamento, há uma reportagem sobre a construção do referido Estádio do Atlético. Na época, anterior à construção do Estádio

²⁷⁸ REVISTA *Vida Esportiva* – Suplemento. 1947. p. 14.

Governador Magalhães Pinto, o Mineirão, o Atlético idealizou a construção de um estádio próprio com maior capacidade que o Estádio Antônio Carlos, que já não mais comportava sua torcida. Segundo a reportagem, o clube já havia contratado o arquiteto Dr. Icaro de Castro, que foi o idealizador do Pacaembu, e também já havia começado os trabalhos de terraplanagem, mas ainda aguardava recursos financeiros. O estádio comportaria um complexo esportivo com quadras de diversas modalidades, piscina olímpica, ginásio, pistas de atletismo e um campo gramado adjacente ao estádio para os treinamentos. Ao que tudo indica, o projeto não saiu do papel. Dois anos depois, foi construído o Estádio Independência, para a realização de jogos da Copa do Mundo.

Imagem 7 – Projeto Estádio do Atlético.



Fonte: Revista *Vida Esportiva* 1947, P. 15. Suplemento.

O que a documentação, a publicidade e a reportagem indicam é que a área, onde foi construído o bairro Santa Rosa, e o terreno destinado ao Estádio do Atlético eram o que a documentação cartorial se referia como “Quinta Elza”. Assim, a isenção dos ônus de urbanização indica a dispensa ao clube de abertura de vias, instalação de iluminação e quaisquer outros recursos necessários para a criação de um novo bairro.

A reportagem sobre o novo Estádio do Atlético ainda traz uma relação dos benefícios que a construção de um complexo nos moldes projetados trouxe não apenas ao clube e aos torcedores, mas também ao estado. Assim,

Beneficiando-se a si, o Atlético beneficia o estado, já que não possuímos um campo de esportes que condiga com a nossa evolução atlética. Vivemos a reclamar contra a precariedade de nossas canchas de há muito e só agora poderemos ter solucionado um dos maiores danos do futebol montanhês.²⁷⁹

Percebemos que as relações entre poder público e os clubes de futebol de Belo Horizonte mantinham um discurso de ajuda mútua. As decisões do poder público, que beneficiavam o futebol da capital, tinham como justificativa um benefício também ao município. A construção deste novo Estádio do Atlético era vista, também, como benéfico ao estado mineiro porque, para além do clube, ele proporcionaria a toda uma população a possibilidade de desenvolvimento do esporte na capital.

3.4. A construção do Estádio Independência para a Copa do Mundo de 1950

Outro clube que aparece como beneficiado pelo poder público nos relatórios da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte é o Sete de Setembro. Em toda a pesquisa, foi perceptível que ele não tinha o mesmo destaque de Atlético, América e Palestra/Cruzeiro no cenário do futebol. A documentação pesquisada praticamente não o cita. Por não ser considerado um clube de grande expressão na capital, ele também é pouco estudado na bibliografia.²⁸⁰

A Europa estava devastada no pós-guerra, e os países precisavam se reestruturar. A FIFA decidiu pelo retorno da competição mundial e, devido às condições dos países europeus, decidiu-se que a IV Copa do Mundo de futebol masculino seria realizada em um país sul-americano. O Brasil era o único candidato e foi, assim, escolhido.

²⁷⁹ **Revista Vida Esportiva**. 1947, p. 15. Suplemento.

²⁸⁰ Alguns exemplos: RODRIGUES, Marilita. 2006. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, 2006; RIBEIRO, Raphael R. 2007. **A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Dissertação (Mestrado em História) Belo Horizonte: UFMG, 2007; LAGE, Marcus Vinícius Costa. **Deixem em paz nossos 'cracks'**: análise sociológica da profissionalização do futebol belo-horizontino: a regulamentação e os significados sociais. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2013; COUTO, Euclides de Freitas. **Belo Horizonte e o futebol**: integração social e identidades coletivas (1897-1927). 2003. 142f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão das Cidades. 2003.

A realização da IV Copa do Mundo de Futebol no Brasil seria utilizada para propagandear uma nação que teria um grande destino a cumprir, que empolgaria os europeus por nosso futebol, pela nossa capacidade de organização e realização, por nossos grandes estádios, por nossas encantadoras cidades e por nosso povo gentil e hospitaleiro – provas insofismáveis do virtuosismo do país e de seu povo. Assim, o Brasil tinha a oportunidade de vender a imagem de um país vencedor ao mundo.²⁸¹

A Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil e com jogos em Belo Horizonte, começou a transformar o futebol da capital dentro da perspectiva urbana. Diferentemente do que acontece hoje, não se exigiam altos investimentos urbanos. A única preocupação da FIFA era com a estrutura para a realização do jogo em si, ou seja, eram necessários estádios capazes de receber um bom público, com condições adequadas de segurança para a realização das partidas.

Belo Horizonte não tinha um estádio dentro dos moldes exigidos. Os espaços de propriedade de Atlético, América e Cruzeiro²⁸² não eram condizentes nem com as exigências da FIFA, nem com a imagem que o Brasil queria passar. Retoma-se aqui o contexto varguista que o Brasil vivia de desenvolvimento da modalidade dentro da lógica de identidade nacional.

Belo Horizonte foi a única cidade que teve um estádio construído especialmente para a ocasião da Copa do Mundo de 1950. Mascarenhas ressalta que a cidade era o que se tinha de mais moderno no Brasil, inteiramente planejada e capital de uma das unidades mais importantes do país, tanto política, histórica e economicamente. A capital mineira era o símbolo maior da modernidade na federação, símbolo do progresso. Mesmo assim, o futebol aqui ainda era considerado ‘atrasado’ quando comparado ao desenvolvimento dele em outras regiões do país.²⁸³

A construção do Estádio Independência aconteceu entre 1948 e 1950. Ele foi considerado a maior realização da cidade para a Copa do Mundo. Lage traz em seu texto dois vieses pelos quais a construção do novo estádio foi retratada pela imprensa.

Por um lado, ele foi descrito a partir de adjetivos superlativos (grandioso, monumental, majestoso...) e melhorativos universais (ênfase na excelência das instalações; símbolo de progresso; evolução, união do povo belo-horizontino e brasileiro), em consonância com a própria representação feita sobre o evento, como

²⁸¹ SANTOS, André Carazza dos. A Copa do Mundo no Brasil (1950): Belo Horizonte e o ideal de cidade almejado para encantar os estrangeiros. **Revista digital Lecturas: Educación Física y Deportes**, Argentina, Buenos Aires, ano X, n. 86, jul. 2005. s/p.

²⁸² Nesse momento o Palestra Itália já havia passado a se chamar Cruzeiro Esporte Clube, devido a 2ª Guerra Mundial.

²⁸³ MASCARENHAS, Gilmar. A Copa do Mundo de 1950 e sua inserção na produção do espaço urbano brasileiro. **GeoUERJ**. v. 2, n. 24, jul./dez. 2013, p. 13.

se o Independência fosse uma contribuição local ao empreendimento de engrandecimento nacional que era a Copa do Mundo.²⁸⁴

Por outro lado, sua construção também foi retratada pela imprensa local como uma estratégia para o desenvolvimento do futebol da capital mineira. Um avanço econômico e técnico da modalidade, como uma forma de aprimorar o futebol local e mantê-lo atraente para o público e para os praticantes, evitando, novamente, a defasagem de atletas para outras regiões.

Segundo o autor, já existia uma preocupação local com as praças esportivas dos clubes. Em 1933, o estatuto da AME, “já estabelecia esta correlação entre estádio, equipes competitivas e arrecadação de bilheterias”.²⁸⁵ Por isso, exigia-se, já naquele momento, que seus novos filiados fossem proprietários de “praças de esportes confortáveis, com capacidade para mil expectadores, no mínimo, fechada [...] esquadras em magnífica ‘performance’ [...] condições financeiras que os habilitem aos encargos da situação a ser adquirida”.²⁸⁶

A imprensa local continuava, mesmo anos depois, entendendo que a falta de palcos grandiosos para o futebol fosse um grande motivo para a falta de desenvolvimento da modalidade em Belo Horizonte. Apenas em 1948 a cidade passou a ser considerada uma das sedes da competição mundial. Em reportagens analisadas por Lage, Otacílio Negrão de Lima [então prefeito de Belo Horizonte] iniciou negociações junto aos dirigentes esportivos da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), também organizadores do evento, se comprometendo a pagar o auxílio financeiro solicitado para que Belo Horizonte fosse arrolada como cidade-sede da competição.²⁸⁷

Fato é que a capital mineira foi escolhida como uma das cidades a receber os jogos do torneio. Novamente uma interferência política para o desenvolvimento do futebol belo-horizontino. O prefeito da cidade arcou com custos para a realização da competição na cidade, o que, segundo a imprensa local, seria de grande valia para o desenvolvimento do futebol na capital. Se, antes, a falta de estádio capaz de receber grandes públicos era um empecilho para tal desenvolvimento, com a realização da Copa do Mundo um estádio deveria ser erguido, acabando, enfim, com o problema trazido pela imprensa e por aqueles que vivenciavam o futebol local.

Ainda segundo os periódicos analisados por Lage, houve uma movimentação do prefeito com alguns vereadores para a construção do novo templo do futebol belo-horizontino. O decreto municipal nº 10 lançava uma “linha de crédito especial para incentivar atividades culturais,

²⁸⁴LAGE, Marcus Vinícius Costa. A Copa de 1950 como uma "janela de oportunidades" para o futebol "montanhês". In: Euclides de Freitas Couto (Org.). **As copas do mundo no Brasil: memórias, identidades e diplomacia (1950/2014)**. 1ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018. p. 85.

²⁸⁵ LAGE, 2018, *op. cit.*, p. 86.

²⁸⁶ IMPORTANTES... 1933 *apud* LAGE, 2018, *op. cit.*, p. 86.

²⁸⁷ LAGE, 2018, *op. cit.*, p. 88-89.

artísticas e esportivas”, impulsionado pela imprensa e por dirigentes dos clubes, no valor de 12 milhões de cruzeiros.

O projeto de construção do estádio não evoluiu, mas, segundo Marcus Lage, o clube Sete de Setembro anunciou, no mesmo ano, a construção de seu estádio no bairro Horto Florestal. O Sete de Setembro era um clube de pouca expressão no cenário local, mas tinha grande poder político. Ele havia sido fundado, dentre outros personagens, por Otacílio Negrão de Lima que, na ocasião de construção do estádio, era prefeito de Belo Horizonte. Além disso, “curiosamente, também por ter Antonio Lunardi, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte e membro da ‘comissão’ do Estádio Municipal, como seu presidente”.²⁸⁸

O clube acessou três milhões de cruzeiros da linha de crédito criada pela Prefeitura e construiu um estádio com capacidade que variava, de acordo com o projeto, entre 45 mil e 80 mil espectadores. “Com a proximidade da realização do evento e diante dos atrasos na conclusão das obras, a Prefeitura encampou os trabalhos, inclusive disponibilizando seus ‘operários’ ao empreendimento.”²⁸⁹

Algumas considerações são válidas aqui. É preciso retomar o conceito de patrimonialismo, para lançar luz sobre os fatos. Sabemos que os clubes de futebol não se enquadram no conceito de empresa, mas se aproximam em algumas práticas. A relação que o poder público tem com as agremiações pode ser considerada como exemplo das práticas patrimoniais dentro dessa lógica empresarial. A figura do prefeito consegue benefícios a um clube pela relação que mantém com a instituição, seja como membro fundador, sócio ou dirigente. Os benefícios não precisam ser necessariamente materiais, mas a influência já pode ser considerada de grande ajuda.

Se os grandes clubes da capital não conseguiam construir novos estádios que atendessem à noção de modernidade daquele momento, que cumprissem com obrigações impostas pela FIFA, que abrigassem uma grande quantidade de pessoas nas arquibancadas; um clube mediano conseguiu. Conseguiu porque suas relações políticas permitiam. Os grandes clubes passavam por dificuldades financeiras, como visto, mesmo tendo grandes relações políticas estabelecidas. Todavia, um clube sem grande expressão em Belo Horizonte construiu um estádio “gigante”, considerado, naquele momento, o terceiro maior estádio do país!

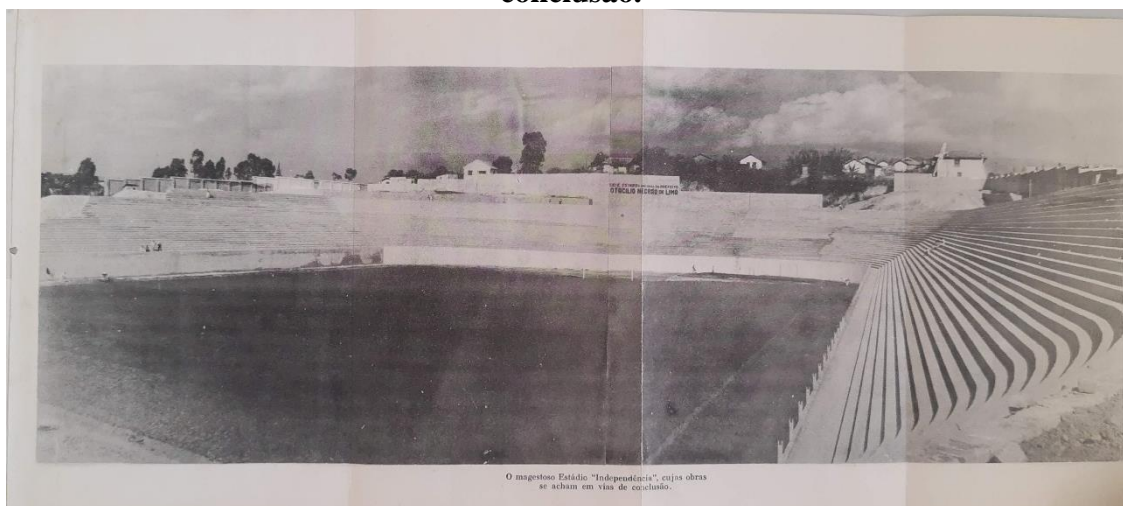
Além disso, mais uma vez, deflagra-se a Prefeitura interferindo na construção de um estádio na capital. Se o Atlético ergueu o Antônio Carlos com a ajuda do prefeito de mesmo nome, com disponibilização de operários, técnicos e engenheiros por parte do poder público

²⁸⁸ LAGE, 2018, *op. cit.*, p. 89.

²⁸⁹ LAGE, 2018, *op. cit.*, p. 90.

para uma obra privada, mais uma vez isso acontece com Otacílio Negrão de Lima, ao se colocarem operários da prefeitura na construção do Independência.

Imagem 8 – O magestoso (sic) Estádio “Independência”, cujas obras se acham em via de conclusão.



Fonte: Diretoria de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte.

Para além de tudo isso, alguns pontos analisados por Lage na imprensa local são contraditórios tanto com o senso popular quanto com a documentação analisada para esta presente pesquisa. O que popularmente se diz é que o Sete de Setembro tinha propriedade do Estádio Independência por meio de um arrendamento do espaço por um longo período e, quando da união entre América e Sete de Setembro ao final da década de 1980, um imbróglio político renovou o arrendamento para o América a partir daquela ocasião. Esse é o dito popular, sem nenhum conhecimento de causa para essa pesquisa. Diferentemente do Relatório da Prefeitura de Belo Horizonte sobre o Estádio Independência.

A documentação relacionada ao Estádio Independência é um relatório de 22 de março de 1967, requerido pela Câmara Municipal. Segundo o relatório,

O ‘Estádio Independência’ foi construído pela Prefeitura por motivo de três jogos de futebol da Copa do Mundo de 1950, realizados na capital e também porque, considerando o auxílio poderoso que a Prefeitura e o Estado prestaram ao Atlético, ao Cruzeiro e ao América na aquisição de suas praças de esportes, o Sete de Setembro, antiga sociedade esportiva, estava, neste particular, em situação de abandono pelos poderes públicos.

O relatório admite os auxílios prestados a Atlético, América e Cruzeiro pelo poder público, durante o crescimento dos respectivos clubes, e utiliza como pressuposto para a doação

do novo estádio da capital ao Sete de Setembro. De acordo com o mesmo relatório, o terreno onde o Estádio Independência foi erguido era de posse do Sete de Setembro, mas a construção, iniciada em 1949, na gestão do prefeito Dr. Otacílio Negrão de Lima, foi custeada pelo poder público e, depois de pronto, o estádio foi entregue ao clube para usufruto. O estádio ficou em posse do Sete de Setembro, até que este encerrou suas atividades em 1997, quando o América o incorporou ao clube e o alviverde acordou uma concessão de trinta anos com o Governo de Minas Gerais para a posse do estádio. Com a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, essa concessão foi interrompida e renovada após a reforma do estádio.

A justificativa para a posse do Sete de Setembro sobre o Estádio Independência pode ser a aquisição do terreno onde foi construído o estádio. Segundo documentação de cartório de 1972, o Sete de Setembro adquiriu parte do lote colonial nº 5 da ex-colônia Américo Werneck, em 1948, onde foi construído o estádio.

Importante ressaltar que a Copa do Mundo de 1950 não beneficiou apenas o Sete de Setembro, seja com crédito especial, seja com arrendamento do Independência. Atlético e América também acessaram o crédito especial criado pela prefeitura com a justificativa de que seus estádios careciam de melhorias. Com isso, os recursos públicos foram destinados à construção de alambrados e túneis de acesso.²⁹⁰

O poder público estabeleceu vínculos com os clubes de futebol sob a premissa de uma ajuda mútua. Seja com decisões federais, como no governo de Getúlio de Vargas, seja com negociações com o poder municipal, como arrendamentos de terrenos e renegociações de dívidas, o futebol se beneficiou das relações estabelecidas com os poderes.

²⁹⁰ LAGE, 2018, *op. cit.*, p. 91.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tentar responder às questões levantadas para o desenvolvimento desta pesquisa, analisamos as formas como se deram os subsídios no futebol belo-horizontino. Entender o panorama de surgimento, popularização e espetacularização deste esporte no Brasil e na capital mineira foi necessário para que se pudessem traçar relações estabelecidas ao longo do tempo entre futebol e política.

Ao pensarmos as interferências e influências que a política exerce sobre o futebol nos deparamos com um debate ainda atual. No início do século XX essas relações já existiam. A “camaradagem” existente entre os dirigentes dos grandes clubes de Belo Horizonte e os políticos permitia que as instituições esportivas se beneficiassem de alguma forma. Se pensarmos nos papéis que alguns políticos exerciam dentro dos clubes, como sócios ou até mesmo como dirigentes, parece previsível que poderes públicos cedessem a vontade desses clubes.

O ideal da modernidade, que se tentou implementar na capital, desde a sua fundação, contribuiu para o desenvolvimento esportivo, visto que o esporte foi instrumentalizado pelos poderes para a formação desse novo estilo de vida. Os esportes, como um dos anseios modernizadores presentes no limiar do século XX, amplificavam as noções de civilidade e higienismo, essenciais para a formação de um novo homem e uma nova sociedade.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder federal, o esporte é ressignificado e torna-se um instrumento de disseminação direta dos novos ideais que despontam com o Estado Novo. Ele passa a ser educador, instrumento competitivo em ambiente internacional, além de seu caráter militarista. O governo Vargas se utiliza do futebol como forma de construir uma unidade nacional, “forjando” a identidade brasileira a partir dessa prática e de outros elementos da cultura. A todo momento a ideia de “país do futebol” é reforçada, inclusive nos locais utilizados para grandes discursos do então presidente, como é o caso dos estádios São Januário, no Rio de Janeiro, e Pacaembu, em São Paulo.

Ao voltarmos o olhar para Belo Horizonte, por meio das fontes cotejadas, percebemos uma série de informações que nos remetem a uma hipótese de que essas relações entre dirigentes e políticos beneficiaram os clubes aos quais eles estavam ligados. Pode ser possível que esses subsídios a Atlético, América e Cruzeiro permitiram um crescimento maior dessas instituições e por isso elas se destacaram e destacam no futebol mineiro e se projetaram no cenário nacional e internacional.

Diante das informações contidas na documentação, é possível atestar que os três principais clubes de futebol belo-horizontinos (Atlético, América e Palestra Itália) foram diretamente beneficiados por meio de ações do poder público. Contudo, ao perceber o contexto geral de investimento na esfera esportiva ao longo da primeira metade do século XX nos âmbitos federal, estadual e municipal, traçado pela bibliografia existente, percebemos que o investimento público se deu de forma generalizada no esporte. Se Belo Horizonte nasceu com a perspectiva da modernidade e, por isso, dedicou espaços para o lazer e esporte, podemos entender que o investimento no esporte se iniciou ainda no século XIX. Também no início do século seguinte houve investimento do poder público na construção do Prado Mineiro, caracterizando mais um incentivo ao desenvolvimento esportivo na capital, visto que houve a ampliação da linha do bonde, investimento na criação de cavalos e assim o desenvolvimento do turfe em Belo Horizonte.

Além disso, com a entrada de Getúlio Vargas na presidência brasileira e a implementação do Estado Novo em 1937, o esporte se tornou fundamental para o desenvolvimento corporal, moral e cívico. Inserido no período entreguerras, no qual se contextualiza esse governo, a militarização do sujeito se torna importante para o Estado. Além disso, as mudanças da modernidade que, nesse momento, significam a industrialização do país, fizeram com que um novo homem fosse formado. Um homem com preocupação com o corpo, para ser apto ao trabalho industrial.

O que percebemos ao longo da pesquisa é que o Estado conseguiu garantir benesses aos clubes da capital, para além dos três grandes, que contribuíssem para o desenvolvimento da modalidade. A prática patrimonialista foi percebida em diferentes momentos, estabelecendo relações com diversos clubes da elite belo-horizontina.

Quando o futebol ainda era incipiente, os clubes conseguiam, junto ao poder público, tomar posse de lotes e terrenos para a realização da prática futebolística. Para além disso, quando a modalidade já estava constituída e se desenvolvendo economicamente, o arrendamento do Estádio Independência para o clube Sete de Setembro, também se caracteriza como uma benesse de grande relevância para aquele momento.

A presente pesquisa é limitada, mas outras fontes documentais poderiam auxiliar e, provavelmente, corroborar mais com a teoria aqui desenvolvida. A análise de fontes periódicas, por exemplo, seria interessante para perceber mais relações estreitas entre agentes do poder público e os clubes.

O desenvolvimento do futebol em Belo Horizonte aparenta ter sido diferente de outras cidades brasileiras por ele se formar junto à cidade. Se o futebol chegou à capital quando ela

ainda se construía, sete anos após sua inauguração, ele se apropria de espaços e se desenvolve junta à cidade. Os espaços urbanos dominados pela modalidade, a vida social efervescente em torno dos *matches*, contribuiu para uma Belo Horizonte como é hoje.

Encerramos dizendo que as relações patrimoniais de benesses aos grupos ligados ao futebol ficaram explicitadas ao longo da pesquisa. Por isso, é possível concluir que o futebol espetacularizado de Belo Horizonte se desenvolveu através – e não digo unicamente – de um Estado patrimonialista.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Coleção Legislação Municipal Impressa: Lei nº 53 de 30 de setembro de 1911; Lei nº 121 de 18 de outubro de 1916; Lei nº 187 de 6 de outubro de 1920; Lei nº 213 de 7 de abril de 1922; Lei nº 223 de 18 de abril de 1922.

Coleção Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte: C.14/ a 001; C.14/ a 002; C.14/ a 003; C.14/ a 004; C.14/ a 005; C.14/ a 006; C.14/ a 007.

Coleção Projetos Arquitetônicos de Edificações Diversas: PROJECTO DE ARCHIBANCADAS DO AMERICA FOOT-BALL-CLUB.

Coleção Relatórios Anuais de Atividades da Prefeitura de Belo Horizonte: Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da capital pelo prefeito Dr. Cornelio Vaz de Melo, Belo Horizonte, setembro de 1917; Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da capital pelo prefeito Dr. Affonso Vaz de Melo, Belo Horizonte, Setembro de 1921.

Planta Geral da Cidade de Minas, organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte, 1895.

Museu Histórico Abílio Barreto:

Séries Consultadas: ABC 1/023; ABC 2/061; ABC 2/062; ABPi 2/023; ABPi 4/003; ABPi 4/007; ABPi 4/012; ABPi 4/047; ABPi 7/ 061 Cx Nº 36; ABPi 7/124 Cx Nº 85; ABPi 7/133; ABPi 7/140 Cx Nº 95; ABPi 7/146 Cx Nº 96; ABPi 7/150; ABPi 7/153 Cx Nº 99.

Divisão de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Informações prestadas ao Presidente sobre situação do Palestra e Atlético no tocante ao arrendamento dos terrenos onde se localizam seus campos.** 1943.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **A Prefeitura beneficiando extraordinariamente os clubes Atlético e Palestra Itália, lhes arrendou respectivamente os quarteirões 13 da 9ª urbana e 16 da 8ª urbana.** 1943.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Ficha de terreno onde se encontra o América Foot-Ball Club.** 1939.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Ficha de terreno arrendado ao Atlético, adquirido pela Prefeitura do mesmo clube, quarteirão 13, 9ª secção urbana.** 1935.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Ficha de terreno Cruzeiro Esporte Clube – adquirido e arrendado ao vendedor.** 1936.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Estádio Independência: histórico, domínio, infraestrutura etc.** 1967.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Processo referente à ‘quinta elza’, de propriedade do Clube Atlético Mineiro.** 1954.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Cruzeiro – escritura de compra e venda e arrendamento entre Prefeitura de Belo horizonte e Sociedade Sportiva Palestra Itália – quarteirão 16 da 8ª urbana. Registro (inscrição de hipoteca).** 1942.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **América Futebol Clube – Carta de emissão a favor da Prefeitura extraída dos autos de ação executiva hipotecária que Almerio Gonçalves de Amorim e s/m moveram à América Futebol Clubes, para título e conservação de seu direito.** 1939.

REVISTA **Vida Esportiva**. 1947. Suplemento.

DRUMMOND, Ivan. **Da poeira ao tapete verde**. Jornal Estado de Minas. Caderno Gerais, p. 20. 25 de nov. 2014.

JACOB, Benjamim. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Jacob: 1907-1908**. 16 de set. 1908, p. 25.

BIBLIOGRAFIA

AMÉRICA FUTEBOL CLUBE. *Site institucional*. s/d. Disponível em <www.americamineiro.com.br>. Acesso em: 20 de out. 2019.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004. (coleção Política & Sociedade)

ANTUNES, Fátima Martin R. O futebol nas fábricas. **Revista USP**: Dossiê futebol. São Paulo, n. 22. jun./jul./ago. 1994.

AQUINO, Rubim Santos Leão. **Futebol, uma paixão nacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.

ASSUMPCÃO, Luís Otávio Teles. **O temp(l)o das geraes**: a nova ordem do futebol brasileiro. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2005. p. 235.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019. p. 208.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: usos e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla, et. al. **Fontes Históricas**. São Paulo, Editora Contexto. 2005. p. 63.

BARRETO, Abilio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva – História média – Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova Capital (1893-1898).

BARRETO, Plínio. **De Palestra a Cruzeiro, uma trajetória de glórias**. Belo Horizonte: (s/n). 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola *et al.* **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 1998. V.1.

BORGES, Maria Eliza Linhares (Org.). **Campo e cidade na modernidade brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BOTELHO, André (Org.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.

CALVO, Júlia. Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, p.71-93, 2003.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 de out. 2020.

CEDRO, Marcelo. Bourdieu entra em “campo”: O futebol como espaço autônomo de interações, disputas, posições e consagrações. **Tempos Gerais**, São João del Rei, v. 6, p. 9-26, 2014.

CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. **JK desperta BH (1940-1945): a capital mineira na trilha da modernização**. São Paulo: Annablume, 2009.

CLUBE ATLÉTICO MINEIRO. **Site institucional**. s/d. Disponível em: <www.atletico.com.br>. Acesso em: 15 de out. 2019.

COUTO, Euclides. Belo Horizonte e o futebol: planejamento urbano e os esportes na nova capital (1897 – 1927). **Anais do Seminário de História da cidade e do urbanismo**. v.8, n. 3. 2004.

COUTO, Euclides de Freitas. **Belo Horizonte e o futebol: integração social e identidades coletivas (1897-1927)**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão das Cidades, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

COUTO, Euclides de Freitas. Entre flertadas e goleadas: ampliação do *habitus* feminino burguês nos eventos futebolísticos belo-horizontinos (1908-1927). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 2, n. 17, p. 412-437, 2012.

COUTO, Euclides de Freitas. Esporte de classe, esporte de classes: caráter elitista do futebol em seus primórdios foi logo superado pela rápida expansão do esporte nos meios populares. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Minas Gerais, Belo Horizonte, ano L, n. 1, p. 112-131, jan.-jul. de 2014.

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE. **Site institucional**. Disponível em: <www.cruzeiro.com.br>. acesso em: 28 de out. 2019.

DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 22, p. 10-17, 1994. Dossiê Futebol.

DAMO, Arlei. **Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França**. São Paulo: HUCITEC, 2005.

DAOLIO, Jocimar. **Futebol, cultura e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2005.

DEL PRIORI, Mary. **Histórias da gente brasileira**, volume 3: República – Memórias (1889-1950) Rio de Janeiro: editora LeYa, 2017.

DIAS, Cleber *et al.* História do futebol em Minas Gerais. **Tempos Gerais**, São João del Rei, v. 6, p. 67-86, 2014.

DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

GALO DIGITAL. Disponível em: <galodigital.com.br>. Acesso em: 03 de jul. 2020.

GIGLIO, Sérgio Settani; SPAGGIARI, Enrico. A Produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil. **Revista de História USP**, São Paulo, n. 163, p. 293-350, jul./dez. 2010. Dossiê História do Futebol.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM. 1995.

GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: qual pólis. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 12-24, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26. ed.

JACOB, Benjamim. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Jacob: 1907-1908**. 16 de set. 1908.

JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)**. 1992. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1992.

JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: Eliana R. Freitas Dutra. (Org.). **BH: Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, v. 1, p. 49-105, 1996.

LAGE, Marcus Vinicius Costa. A política de esportes varguista (1930-1945) e a interação entre os poderes públicos municipal/estadual e os clubes de futebol de Belo Horizonte/MG: permanências e rupturas (?). **Revista Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 7, p. 1.191-1.198, 2015. Suplemento.

LAGE, Marcus Vinicius Costa. **Deixem em paz nossos “cracks”**: análise sociológica da profissionalização do futebol belo-horizontino: a regulamentação e os significados sociais. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

LAGE, Marcus Vinicius Costa; CORNELSEN, Elcio Loureiro. A institucionalização política dos esportes em perspectiva comparada: o totalitarismo nazista (1933-1945) e o autoritarismo varguista (1930-1945). In: ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. **Aspectos Filosóficos, Sociais, Políticos e Econômicos / III Encontro Paulista de Sociologia do Esporte**. São Paulo: Ed Escola de Artes, Ciências e Humanidade. 2016. p. 277 – 300.

LAGE, Marcus Vinicius Costa. A Copa de 1950 como uma "janela de oportunidades" para o futebol "montanhês". In: Euclides de Freitas Couto (Org.). **As copas do mundo no Brasil: memórias, identidades e diplomacia (1950/2014)**. 1ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

LAGE, Marcus Vinicius Costa. **Era uma vez um grande**: o mito da decadente aristocracia americana. 2020. 319f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 2003.

LEMOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano**: A evolução Econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFMG, Belo Horizonte, 1988.

LINHALES, Meyli Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. 267f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em

Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

LINHALES, Meily Assbú; LOPES, Tarcila Bretas; COSTA, Luciana C. L. Rodrigues; LIMA, Cássia Danielle M. D.; PEREIRA, Thiago Marques. Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Org.). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 13-58.

LINHALES, Meily Assbú. Jogos da política, jogos do esporte. In.: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte**: políticas públicas. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MASCARENHAS, Gilmar. A Copa do Mundo de 1950 e sua inserção na produção do espaço urbano brasileiro. **GeoUERJ**. v. 2, n. 24, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/11490/9040>>. Acesso em: 17 de out. 2020.

MAZZONI, Tomás. **História do futebol no Brasil – 1894 a 1950**. São Paulo: Leia. 1950.

MELO, Victor Andrade de; DRUMOND, Maurício; FORTES, Rafael; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. História política do esporte. In.: **Pesquisa histórica e história do esporte**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013c, p. 64-77.

MELO, Victor de Andrade de. A Educação Física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, ano 12, n. 115, 2007.

MOURA, Rodrigo C. B. O amadorismo, o profissionalismo, os sururus e outras tramas: o futebol em Belo Horizonte na década de 1930. In: SILVA, Silvio Ricardo da; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; SILVA, Tiago Felipe da (Org.). **O futebol nas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2012.

NEGREIROS, Plínio José L. C. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional. **História: Questões e Debates**. Editora UFPR: Curitiba. n. 39, 2003. p. 121-151.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Paiva de. **Enciclopédia do América MG: Bahia com Timbiras, onde nasceu uma paixão: a história do América Futebol Clube, de Belo Horizonte**. Ed. Especial do centenário 1912-2012. Belo Horizonte, MG: Alicerce, 2012.

OLIVEIRA, Leônidas José de (Org.). **Belo Horizonte F. C.: trajetórias do futebol na capital mineira**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fundação Municipal de Cultura, Museu Histórico Abílio Barreto, 2014.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: Uma história social do Rio de Janeiro, 1902-1938**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 39, p. 129-161, jul. 1974.

RIBEIRO, Raphael R. 2007. **A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)**. Dissertação (Mestrado) – História, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

RIBEIRO, Raphael Rajão. Em busca de um campo: o futebol belo-horizontino e a transformação dos espaços da cidade (1904-1921). In: BORGES, Maria Eliza Linhares (Org.). **Campo e cidade na modernidade brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 97-125.

RIBEIRO, Raphael Rajão. O futebol em Belo Horizonte e a constituição do campo esportivo (1904 – 1921). In: SILVA, Silvio Ricardo da; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; SILVA, Tiago Felipe da (Org.). **O futebol nas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2012. p. 261.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Política, futebol e as invenções do Brasil. **Revista História Regional**. 17(2), 2012, p. 347-377.

RODRIGUES FILHO, Mário. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

RODRIGUES, Francisco X. F. Futebol e teoria social: introdução a uma sociologia do futebol brasileiro. In: **Associação Brasileira de Antropologia**, 23, 2002, Gramado. RBA – Reunião Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de Antropologia. Congresso, Associação Brasileira de Antropologia, 2002.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, p. 260-299, jun./jul. 2004. Semestral.

RODRIGUES, Marilita. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

ROMÃO, Wagner de Melo. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. **Revista Agenda Política**. São Carlos – SP. v. 6, ano. 2, 2018.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte. In: _____. (Org.). **Cidade capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. p. 135-181.

SANT'ANNA, Denise B. **O prazer justificado**: história e lazer (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero/ MCT-CNPq, 1974.

SANTOS, André Carazza dos. A Copa do Mundo no Brasil (1950): Belo Horizonte e o ideal de cidade almejado para encantar os estrangeiros. **Revista digital Lecturas: Educación Física y Deportes**, Argentina, Buenos Aires, ano X, n. 86, jul. 2005. s/p.

SANTOS NETO, José Moraes. **Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SCHÜFFNER, Luciana Silva. **O Minas Tênis Clube e o Estado Novo: moldando corpo e mente da juventude de Belo Horizonte (1935-1945)**. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos no Rio. In: _____(org.). **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Cia. das Letras, v.3. 1998.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Silvio Ricardo da. **Levantamento da produção acadêmica sobre o futebol nas ciências humanas e sociais de 1980 a 2007**. Escola de Educação Física, Fisioterapia e terapia ocupacional/UFMG. Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Silvio Ricardo da; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; SILVA, Tiago Felipe da (Org.). **O futebol nas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2012.

SILVEIRA, Brenda. **Os donos da bola: ou histórias e lendas do futebol em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, MG: Ed. do Autor, 2006.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. **O Brasil entra em campo!: construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)**. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jhonatan Uewerton. A ‘Candidatura *Sportiva*’ e outras aproximações entre esporte e política na Curitiba da Primeira República. **Vozes, Pretérito e Devir**, Teresina, v. 5, n. 1, 2016, p. 122-148.

SOUZA, Adriano Lopes de *et al.* Levantamento e análise do desenvolvimento da produção e do estudo sobre futebol 1980-2016. In: COUTO, Ana Cláudia Porfírio *et al.* **Políticas públicas de esporte e lazer**: CENTRO MG da Rede CEDES. Belo Horizonte: Utopika Editorial, 2012, p. 73-96.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA. **O Processo de Desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970**. 1979.

VERIANO, Carlos Evangelista. **Belo Horizonte: cidade e política – 1897-1920**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, jan. 2001.

WEBER, Max. **Sobre a teoria das ciências sociais**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

ZILLER, Adelchi Leonello. **Enciclopédia Atlético de todos os tempos**: a vida, as lutas, as glórias do Clube Atlético Mineiro, o campeoníssimo das Gerais. Belo Horizonte, 1997.